



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPP

**ANÁLISE DO EMPREENDEDORISMO CULTURAL:
O CASO DO PONTO DE CULTURA ACARTES**

Fortaleza-CE
2013

Roberta Ramos de Miranda Henriques

**ANÁLISE DO EMPREENDEDORISMO CULTURAL:
O CASO DO PONTO DE CULTURA ACARTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Barbalho

**Fortaleza-CE
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho
Bibliotecário (a) Leila Cavalcante Sátiro – CRB-3 / 544

H519e Henriques, Roberta Ramos de Miranda.
Empreendedorismo cultural: o caso do ponto de cultura
Acartes /Roberta Ramos de Miranda Henriques— 2013.
CD-ROM 115f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.
“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19
x 14 cm x 7 mm)”.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do
Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado
Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza,
2013.
Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

1. Ponto de cultura. 2. Política cultural. 3.
Empreendedorismo cultural. 4. Cultura. I. Título.

CDD: 320.6

ROBERTA RAMOS DE MIRANDA HENRIQUES

ANÁLISE DO EMPREENDEDORISMO CULTURAL: O CASO DO PONTO DE
CULTURA ACARTES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

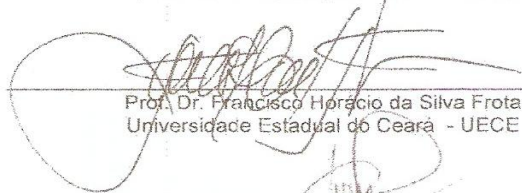
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 29/10/2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Humberto Cunha Filho
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Ao meu saudoso pai, Dr. Wamberto Leite de Miranda Henriques, médico-psiquiatra que carregou sobre si toda a maestria de trabalhar com as mentes e que, com seu exemplo, ensinou-me o valor do estudo, da pesquisa e do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida e a Jesus Cristo, meu Senhor e Salvador.

Ao meu querido esposo Ricardo Sabóia por sua presença, por seu carinho e por sua compreensão durante todas as horas de estudos e de dedicação ao presente trabalho.

A minha mãe Stella Ramos, por seu amor incondicional e exemplo.

Aos meus irmãos Luciano, Leonardo, José Wamberto e Frederico pela força.

À Universidade Estadual do Ceará e a todos os professores do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas pela dedicação e pelo repasse de conteúdos novos e instigantes.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Barbalho, por seu direcionamento e por sua orientação.

A todos os alunos da ACARTES que, de forma descontraída e empolgante, participaram das entrevistas durante as pesquisas.

Ao ex-secretário e idealizador do Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura, Célio Turino, por sua disponibilidade e por sua contribuição ao presente estudo.

Em especial quero agradecer ao Gerardo Damasceno e à Ana Cláudia, gestores da ACARTES, que me acolheram com carinho e que, com muita disposição e paciência, repassaram as informações necessárias para o presente estudo.

Pois o Senhor é quem dá sabedoria; de sua boca procedem o conhecimento e o discernimento.

Provérbios 2:6

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a dinâmica e a prática do empreendedorismo cultural existente no Ponto de Cultura Academia de Ciências e Artes (ACARTES). Tivemos como objetivo a análise de aspectos empreendedores na ação formativa em audiovisual da organização, o que se mostra um diferencial em suas práticas. Por ser o Ponto de Cultura a principal ação do Programa Cultura Viva do Governo Federal, apresentamos, inicialmente, um panorama geral sobre o programa, abordando o seu surgimento e os seus propósitos, bem como o contexto sociopolítico do país quando este foi lançado. Consideramos ainda importante o estudo do empreendedorismo cultural, identificando os conceitos relevantes em vários campos do saber e sua dinâmica mobilizadora, relacionando os mesmos e apresentando categorias identificadas na dimensão da ação empreendedora cultural. Metodologicamente, realizamos entrevistas com os gestores do Ponto de Cultura, com alguns alunos e ex-alunos bem como entrevistamos o idealizador do Programa Cultura Viva, ex-secretário da antiga Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), hoje Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). Os resultados apresentados constataam que o empreendedorismo cultural é um importante fator para as práticas no Ponto de Cultura com vistas à sustentabilidade.

Palavras-chave: Ponto de Cultura. Política Cultural. Empreendedorismo Cultural. Cultura.

ABSTRACT

This paper intends to understand the dynamics and the practice of cultural entrepreneurship in the Academia de Ciências e Artes – ACARTES, as a Ponto de Cultura. We aim to analyze the entrepreneurial aspects concerning the formative initiatives in such audiovisual organization. At first we present an overview of the Programa Cultura Viva (Federal Government) – its concepts, its objectives and the whole sociopolitical context when it started, once Ponto de Cultura is the main project concerning the Programa Cultura Viva. We also consider important the study of the cultural entrepreneurship by identifying relevant concepts in various fields of knowledge and its mobilizing dynamic, relating them and presenting categories identified in the dimension of the entrepreneurial action. Concerning the methodology, we conducted interviews with the managers of ACARTES, some students and former students as well as with the mentor of the Programa Cultura Viva. The final results point to the fact that cultural entrepreneurship is a valuable practice to help keep the Ponto de Cultura a sustainable project.

Keywords: Culture Point. Cultural Policy. Cultural Entrepreneurship. Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Total de Pontos e de Pontões: federais, estaduais e municipais.....	35
Figura 2 - Sede da ACARTES no Pirambu e suas dependências	73
Figura 3 – Equipamentos: Grua com tripé produzido na ACARTES	76
Figura 4 – Equipamentos: Jogo de banquetas (esquerda) e três tabelas (direita).....	77
Figura 5 – Cena do filme <i>Poço da Pedra</i>	78
Figura 6 – A igreja na cidade cenográfica – Itaitinga-CE.....	78
Figura 7 - A delegacia na cidade cenográfica – Itaitinga-CE.....	78
Figura 8 - Oficinas imersivas em audiovisual – Itaitinga-CE.....	81
Figura 9 - Oficinas imersivas em audiovisual – Itaitinga-CE.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alguns princípios da Agenda 21 da Cultura	27
Quadro 2 – Alguns compromissos da Agenda 21 da Cultura	28
Quadro 3 – Edições da TEIA	37
Quadro 4 – Alguns conceitos sobre Empreendedorismo em alguns campos do saber	52
Quadro 5 – Ações históricas que impulsionaram o Empreendedorismo no Brasil	53
Quadro 6 – Comparação entre empreendedorismo privado e social	58
Quadro 7 – Características de gestão das Organizações Culturais	60
Quadro 8 – Respostas dos gestores dos Pontos de Cultura ao questionário de avaliação do Programa Cultura Viva	63
Quadro 9 – Empreendedorismo privado x Empreendedorismo cultural	65
Quadro 10 – Dimensões da Ação Empreendedora Cultural	66
Quadro 11 – Equipamentos de audiovisual da ACARTES	74
Quadro 12 – Equipamentos fabricados na ACARTES	79
Quadro 13 – Principais produções em audiovisual da ACARTES	76
Quadro 14 – Oficina imersiva de audiovisual da ACARTES – Conteúdo trabalhado.....	80
Quadro 15 – Principais atividades e parceiros envolvidos	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACARTES	Academia de Ciências e Artes
AES Brasil	Empresa de abastecimento de energia elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAC	Centro de Ativação Cultural
CF	Constituição Federal
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAC	Coordenadoria de Ação Cultural
CPC	Centro Popular de Cultura
CSPLT	Centro Social Paroquial Lar de Todos
FINEP	Agência Brasileira da Inovação
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQP	Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA/CE	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ceará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINC	Ministério da Cultura
MOCUPP	Movimento Cultural e Político do Pirambu
NUAC	Núcleo de Audiovisual do Assentamento Coqueirinho
ONG	Organização sem fins lucrativos

ONU	Organização das Nações Unidas
PACRA	Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPA	Plano Plurianual
RACA	Rede de Audiovisual do Campo
SATED	Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversão
SCDC	Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SOFTEX	Sociedade Brasileira para Exportação de Software
SPPC	Secretaria de Programas e Projetos Culturais
TTE	Taxa Total de Empreendedorismo
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. PROGRAMA CULTURA VIVA – UMA ABORDAGEM VOLTADA AO RECONHECIMENTO	21
1.1 Antes de tudo uma política pública para a cultura	23
1.2 Os Pontos de Cultura – Pontos de partida.....	33
1.2.1 Por uma gestão compartilhada – tecendo uma rede	35
1.2.2 Por um pensamento articulador– dinamizando a rede	38
2. A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO CULTURAL E A SUA DIMENSÃO MOBILIZADORA	46
2.1 O que é Empreendedorismo?	46
2.1.1 Conceituações em alguns campos do saber	48
2.1.2 Empreendedorismo no Brasil – Panorama Geral	53
2.1.3 Empreendedorismo para fins não econômicos.....	57
2.1.4 O que é Empreendedorismo Cultural?	59
2.1.5 Algumas diferenças entre Empreendedorismo e Empreendedorismo Cultural	64
2.1.6 A dimensão da Ação Empreendedora Cultural	65
3. ACARTES – UM PONTO DE REPERCUSSÃO	67
3.1 Pirambu – História de reivindicações e de lutas sociais	67
3.2 A ACARTES – Histórico e surgimento	70
3.3 A ACARTES como Ponto de Cultura.....	72
3.4 A busca pela sustentabilidade	75
3.4.1 Por uma metodologia própria.....	80
3.5 De Ponto a Pontão de Cultura	84
4. ANÁLISE DO EMPREENDEDORISMO CULTURAL NO PONTO DE CULTURA ACARTES	86
4.1 Aspectos metodológicos	87

4.1.1 Enfoque metodológico	88
4.1.2 Sujeito de Análise e critérios de seleção	89
4.1.3 Instrumentos utilizados	90
4.1.4 Análise dos Dados.....	91
4.1.4.1 Experiência da ACARTES frente à gestão do Programa Cultura Viva	92
4.1.4.2 Dimensão da ação empreendedora Cultural.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

A arte, em todas as suas manifestações, tem como prerrogativa estimular o imaginário e a criatividade, instigando percepções que relatam ou mesmo transcendem a realidade com o intuito de representá-la ou de transformá-la. No mundo atual, percebemos que a tecnologia e as novas descobertas nesse campo também têm contribuído para este aspecto.

Como atores da vida individual e relacional em sociedade, atuamos no palco da vida como protagonistas ou antagonistas e, muitas vezes, como plateia dos acontecimentos. Na atuação da vida, saber em qual papel cada um se encontra está baseado no script do momento em que se vive. Ensaando atuações de forma ética e responsável, vive-se intensamente o seu papel, de modo a se deixar um legado que impacte as plateias participantes.

Desde as mais antigas manifestações artísticas conhecidas, a história do homem e dos seus feitos é representada pelas artes. As ilustrações rupestres, os sons que, retirados de instrumentos confeccionados por elementos da natureza, anunciavam o preparo para as batalhas, assim como as festas com danças e músicas que comemoravam o período de colheita, trazem essa representação. Nessas manifestações registram-se as diversidades culturais e o principal patrimônio da humanidade.

A identidade de um povo e de uma nação manifesta-se através de suas expressões artísticas e culturais. No contexto atual, esta prerrogativa foi adotada pelo Ministério da Cultura (MINC), reconhecendo a cultura seja em forma de seu valor simbólico relacionado ao imaginário, isto é, em um contexto em que se expressam as crenças, os costumes, os modos de vida, os valores e os conhecimentos, seja em sua dimensão cidadã, o que significa atribuir à cultura o direito humano amparado pela Constituição Federal de 1988 que diz “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais” (art. 215). O valor econômico, em que a criatividade e a inovação são aspectos importantes como vetores econômicos e de desenvolvimento, proporcionando, por esse viés, a geração de emprego, de renda e a consequente inclusão socioeconômica, também é reconhecido nesse contexto.

Nessa perspectiva, percebemos na última década uma crescente discussão sobre a cultura como aspecto de desenvolvimento sustentável. Como exemplo, temos a Agenda 21 da Cultura: lançado em 2004, em Barcelona, foi o primeiro documento a apresentar as bases de

um compromisso mundial das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural. É válido salientar que também que foram realizados debates e discussões sobre o tema pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), bem como é saliente a contribuição de Jon Hawkes (2001), que tratou o conceito de cultura como o quarto pilar da sustentabilidade, mostrando-a essencial ao planejamento público.

É preciso apontar ainda que, a partir de 2004, durante a gestão do ministro Gilberto Gil no primeiro mandato do presidente Lula, o governo federal passou a adotar uma política de reconhecimento da diversidade cultural no país.

Assim, é estimulada uma percepção sociopolítica da cultura e uma nova estratégia de gestão pública passa a ser adotada, propondo-se a retirar o país da condição neoliberal de sujeito com mínima participação, implantando políticas públicas transversais e abraçando uma dinâmica pautada em uma gestão participativa. É proposto, então, um contexto propício à relação entre Estado e sociedade civil.

Pensando deste modo, alguns planos, programas e ações vêm se consolidando em como propostas políticas que amparam as estratégias voltadas para a cultura como um fator de desenvolvimento, tais como o programa Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania, que tem como objetivo principal reconhecer e estimular a diversidade cultural, promovendo a inclusão social. Deste feito, temos o Ponto de Cultura como a ação mais importante, a espinha dorsal do programa.

Segundo Turino (2009), o Ponto de Cultura é um organizador da cultura no nível local e as suas ações são pautadas por três dimensões: autonomia, protagonismo e empoderamento, intencionando promover a diversidade, o acesso e a inclusão social. São aspectos-chave do programa que, para serem manifestados, necessitam ser apreendidos não apenas em nível de ação coletiva, mas, primeiramente, em uma ação individual, em que o ator social veja-se autônomo o suficiente para ser protagonista por interesse e por vontade própria, empoderando-se para empreender uma ação.

Para entendermos o empreendedorismo cultural, apresentamos o conceito de empreendedorismo e algumas de suas teorias. Não levamos a discussão do termo pela lógica do mercado e, sim, pela lógica das relações, pelo viés do seu conceito sociológico. Embora esse seja um termo advindo das ciências econômicas e administrativas, não deixa de ser um fenômeno social e cultural que tem sido utilizado, inclusive, em outras áreas do conhecimento

de forma interdisciplinar. Como um processo dinâmico, está sempre se adaptando às novas condições e aos cenários apresentados. O ser empreendedor vale-se, pois, de atributos como inovação, criatividade, visão, liderança, coragem, firmeza, iniciativa, dentre outras qualidades necessárias ao sucesso de suas ações. É um agente que mobiliza novas combinações de recursos em prol de um resultado específico. Nessa perspectiva, vários campos do saber têm levantado discussões e teorias acerca do empreendedorismo, como, por exemplo, a área da antropologia, da sociologia, da psicologia, da economia, da gestão e da filosofia.

Outra ação importante e estratégica do programa é a TEIA, que são encontros nacionais e regionais dos Pontos de Cultura: importantes mobilizações políticas que proporcionam o diálogo entre os agentes culturais e a administração pública federal. A ação tem, aliás, um caráter mobilizador e articulador, o que pressupõe diálogos, interações, relacionamento e escuta social. Nesse viés, apresentaremos aspectos importantes nessa dinâmica, tais como o pensamento sistêmico e o desejo de afiliação.

Além disso, outro ponto que merece destaque é que, em sua maioria, o público-alvo beneficiado com o programa Cultura Viva é o público jovem. Um perfil que remete à força de ação e ao dinamismo, culminando no protagonismo juvenil.

Entender esses conceitos e perceber seus traços convergentes, divergentes ou transversais é fundamental para tecermos nossas considerações sobre o tema. Então, como percurso metodológico, iniciamos nosso caminho frente à principal hipótese que norteia o presente estudo: as características do empreendedorismo cultural no Ponto de Cultura contribuem para a melhoria de suas práticas e para a sustentabilidade da organização cultural. Portanto, pretendemos demonstrar, com o presente trabalho, que o empreendedorismo cultural pode ser considerado um importante fator e um aspecto condicionante para as práticas no Ponto de Cultura com vistas à sustentabilidade, proporcionando novas formas de atuação dos agentes envolvidos, visando à melhoria de suas práticas.

Nesse sentido, como se dá a ação do empreendedorismo cultural no Ponto de Cultura? Como suas características podem contribuir para a sustentabilidade da organização cultural? Existe um processo de cooperação e de pensamento sistêmico dos diversos agentes envolvidos no Ponto de Cultura?

Na busca pelas respostas e/ou por novas perguntas, adotamos como objeto de estudo o Ponto de Cultura Academia de Ciências e Artes (ACARTES), localizado no bairro do Pirambu, em Fortaleza. Em 2004, ACARTES foi selecionado e conveniado pelo primeiro

edital de Ponto de Cultura aberto, à época, pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, do Ministério da Cultura. O Ponto desenvolve atividades culturais por meio da formação de jovens e adolescentes na linguagem do audiovisual, seu principal foco de atuação.

A escolha do presente objeto deve-se aos seguintes pontos:

- a) Ser uma instituição que trabalha com o público jovem;
- b) Ter sido Ponto de Cultura no início do Programa Cultura Viva, possibilitando investigar as percepções, bem como colher e analisar os depoimentos dos gestores do Ponto e de alguns ex-alunos;
- c) Trabalhar uma metodologia própria na capacitação dos jovens alunos em suas oficinas de audiovisual;
- d) Apresentar uma dinâmica voltada ao empreendedorismo em suas práticas.

Como objetivo geral do trabalho, temos: analisar a dinâmica e a prática do empreendedorismo cultural no Ponto de Cultura ACARTES.

Quanto aos objetivos específicos, temos:

- 1) Pesquisar e identificar alguns conceitos e teorias relativos aos temas: empreendedorismo e empreendedorismo cultural como referencial teórico;
- 2) Descrever a experiência do Ponto de Cultura ACARTES quanto a sua atuação empreendedora;
- 3) Identificar as ações de repercussão do Ponto de Cultura ACARTES, por meio do empreendedorismo cultural;
- 4) Relacionar a ação empreendedora do Ponto de Cultura com as características do empreendedorismo cultural apresentadas no referencial teórico.

Com o intuito de colaborar com esses objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva com estudo de caso. A coleta de dados, por sua vez, foi realizada pela observação direta, pela análise de documentos diversos e pela realização de entrevistas com questionário de perguntas abertas e do tipo qualitativa.

Quanto à dissertação, o trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o contexto sociopolítico do país no lançamento do Programa Cultura Viva. Em seguida, discutiremos acerca do Programa Cultura Viva e sobre os Pontos de Cultura. Em que consistem? Quais os seus objetivos? Qual é o público-alvo? Qual a sua pretensão? Nosso intuito nesse capítulo é apresentar como funciona o Programa e o cenário político que impulsionou o seu surgimento. Apresentamos ainda o conceito de pensamento

sistêmico como espectro teórico importante com o intuito de apresentar uma possibilidade de relações com a dinâmica conceitual do empreendedorismo cultural.

No segundo capítulo, apresentamos a definição de empreendedorismo e os conceitos relacionados nos campos da economia, da psicologia, da sociologia, da antropologia e da gestão (Simpeh, 2011). Em paralelo, discorremos sobre a definição de empreendedorismo cultural segundo Limeira (2008) e Bilton (2007) e tentamos identificar semelhanças e diferenças com os demais conceitos sobre o tema, partindo para a apresentação de categorias identificadas na dimensão da ação empreendedora cultural.

Já no terceiro capítulo, contamos um pouco a história do bairro do Pirambu com o intuito de contextualizar o leitor acerca do *habitat* de atuação do Ponto de Cultura ACARTES. Na continuidade, discorremos sobre o seu surgimento como organização sem fins lucrativos (ONG), seu ingresso para Ponto de Cultura, bem como as suas conquistas, as suas dificuldades e as suas adaptações. Apresentamos ainda as alternativas encontradas em busca da sustentabilidade, por meio de iniciativas empreendedoras e de repercussão. Durante as exposições, tentamos relacionar o material pesquisado com os pressupostos teóricos apresentados.

Já no quarto capítulo, analisamos o empreendedorismo cultural no Ponto de Cultura ACARTES. Esse capítulo está subdividido em três seções; na primeira apresentamos os aspectos metodológicos adotados durante o estudo de caso, tais como os instrumentos, as técnicas adotadas, o registro dos dados coletados, etc.; na segunda seção apresentamos as informações levantadas durante as entrevistas, considerando os dados individuais, bem como os aspectos comuns identificados nos relatos dos sujeitos; na terceira seção tecemos a análise dos dados, relacionando-os com as abordagens teóricas estudadas.

É importante destacar que, para o trabalho em campo, direcionamos o questionário para três tipos de entrevistados: para o ex-secretário da antiga Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), hoje Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), Célio Turino, que foi o gestor e o idealizador do Programa Cultura Viva/Ponto de Cultura; para os gestores e responsáveis pelo Ponto de Cultura ACARTES; e para alguns ex-alunos do mesmo. Como complemento para as nossas investigações, entrevistamos ainda cinco alunos do projeto Rede de Audiovisual do Campo (RACA), ação que a ACARTES desenvolve atualmente, ofertando uma oficina imersiva em audiovisual para jovens de assentamentos agrários do Ceará.

Chegando à parte final do trabalho, apresentamos as considerações finais, identificando as possíveis limitações, tecendo observações e sugestões.

1. CAPÍTULO 1

PROGRAMA CULTURA VIVA – UMA PROPOSTA VOLTADA AO RECONHECIMENTO

O Brasil, país de dimensão continental, carrega em sua história uma formação identitária pautada na diversidade de expressões culturais e artísticas, advindas como fruto da miscelânea de diversas culturas (indígenas, portuguesas e africanas, dentre diversos grupos de imigrantes alemães, japoneses, italianos, etc.) que aportaram em nossa terra, influenciando a miscigenação e a formação do povo brasileiro, ou melhor, as diversas identidades de nosso povo.

Diante disso, podemos considerar a gama de possibilidades de combinações e trocas simbólicas de valores e de costumes envoltos em cada uma dessas culturas que se mostraram e que se formaram durante séculos. Nesse contexto, a diversidade de nossas manifestações culturais é enorme e se perpetuam em diversos grupos artísticos e sociais nas diversas regiões, Estados, municípios e distritos de nosso país. Das manifestações da cultura popular como a cavallhada, as cirandas, o bumba meu boi, ao movimento hip-hop, ao concerto de música erudita, à ópera, à opereta, muitos são os gêneros artísticos desse Brasil.

Cultura e arte andam juntas. Existe a cultura na arte e a arte na cultura. Arte, vale salientar, num sentido mais amplo, ou seja, como uma expressão de identidade, de aspecto simbólico, transcendente em sua dimensão estética. Em sentido antropológico, a cultura, por sua vez, está relacionada a um conjunto de crenças, de valores, de língua e de costumes, sendo a arte pertencente ao seu conceito. É dessa relação, pois, que se apresentam as suas representações.

Vale ressaltar, logo, que não pretendemos analisar o aspecto filosófico e as relações epistemológicas entre a arte e a cultura, investigando a sua formação e as suas manifestações em todo o território nacional, mas reconhecer a existência de uma enorme gama cultural existente em nosso país. É nesse contexto que se faz necessário um conjunto de

políticas públicas voltadas para o reconhecimento da diversidade cultural, para as suas diversas manifestações e para o estímulo de suas práticas.

Essa potencial diversidade é reconhecida, atualmente, pelo Governo Federal através do programa Cultura Viva que tem como sua principal ação os Pontos de Cultura. Para chegarmos ao objeto de nosso estudo neste trabalho, discorreremos um pouco acerca das políticas culturais adotadas no período da criação do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura.

O programa Cultura Viva nasce dentro de um contexto de mudanças, surge da necessidade por políticas públicas que gerassem uma maior participação e abrangência dentro de um cenário político-cultural desacreditado nas dinâmicas adotadas por um governo de mínima participação.

Em janeiro de 2003, o ministro Gilberto Gil discursou em sua posse:

A gestão pública e as instituições estão absorvendo riquezas, inteligências e valores ocultados por anos de falta de apoio e reconhecimento do Estado. A cultura passa, enfim, a estar presente na agenda do país. Esperamos, assim, encerrar um ciclo de descompromisso do Estado para com o desenvolvimento cultural do Brasil. Este é o sentido do “do-in antropológico” promovido por políticas, programas e ações: massagear pontos vitais — mas momentaneamente adormecidos — do corpo cultural do país. Avivar o velho e atizar o novo, porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (GIL, 2003)

Um novo olhar, uma nova perspectiva percebe, então, a cultura como um corpo dinâmico, permeado, pois, por sistemas vivos de manifestações artísticas apresentadas nas mais diversas possibilidades. É a busca pelo reconhecimento e pelo resgate da dívida de um país que, devido ao seu aparato burocrático, parecia direcionar as suas ações mais à aprovação de projetos e às prestações de contas do que ao acesso e à inclusão social, que dessem lugar a novos atores na busca da democracia cultural.

1.1. ANTES DE TUDO UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A CULTURA

Embora não seja nosso objetivo tecer exaustivas explicações acerca das políticas públicas e suas origens, necessitaremos evidenciar o momento de transição vivenciado pelo Brasil durante o lançamento do programa Cultura Viva. Em 2004, criou-se no Ministério da Cultura o programa Cultura Viva, uma ação importante na gestão do ministro Gilberto Gil, que trouxe, aliás, para as discussões políticas referentes à cultura um novo conceito: o de pensar a cultura de forma inclusiva e cidadã.

Durante o encontro de Balanço Final do primeiro ano de sua gestão, o ministro mencionou a busca por uma política aberta, transformadora e democrática, corroborando com o discurso de mudança deflagrado pela recente eleição do Presidente Lula, em 2003. Segundo o ministro Gilberto Gil:

Em primeiro lugar, o novo conceito de cultura. Ele se impôs de imediato. Era preciso abarcar a vida cultural brasileira, simultaneamente, em sua unidade e em sua multiplicidade. Em suas variações regionais, em seus traços distintivos internos, em suas diferentes colorações sociais, em sua vasta gama de formas e de sentidos. Era preciso pensar a cultura em termos de inclusão e cidadania, tanto em sua dimensão simbólica quanto em sua dimensão econômica. Era preciso não dissociar nação e cultura, cultura e soberania nacional, cultura e afirmação do Brasil no mundo. E foi por tudo isso que decidimos deixar definitivamente para trás noções elitistas e restritivas do fenômeno cultural, adotando um conceito mais amplo, mais rico, de caráter antropológico, capaz de nos permitir encarar o Brasil, em seu conjunto, como um fato de cultura. (GIL, 2003)

Como podemos perceber, tornava-se urgente e necessária uma nova dinâmica que trouxesse à tona mudanças para a área cultural de nosso país. Para tanto, o Estado não poderia apenas estar em uma posição contemplativa, isto é, de mínima participação, pautada na dinâmica neoliberal, nem muito menos fadada ao autoritarismo e ao determinismo. Segundo Albino Rubim:

Um Estado que não esteja nem descolado e nem acima da sociedade, como um ente todo poderoso, que impõe autoritariamente seus interesses e sua vontade política à sociedade. Um Estado que não seja mínimo, reduzido a um suposto suporte “técnico” capturado por um mercado, tornado sujeito todo poderoso que regula a sociedade a partir de sua lógica e seus interesses.

Mas um Estado radicalmente articulado com a sociedade, através de políticas públicas, entendidas como políticas necessariamente resultantes do debate e da deliberação compartilhadas com a sociedade. (RUBIM, 2011, p. 23-24)

Para o autor, cabe imaginar um novo e ativo papel para o Estado, um Estado radicalmente articulado com a sociedade através de políticas públicas resultantes de debates, de deliberações compartilhadas com a sociedade.

Nesse momento político, necessitamos entender que a cultura no Brasil era - e atualmente ainda é - bastante incentivada pelas leis de renúncias fiscais, especificamente, a lei Rouanet, criada em 23 de novembro de 1991 pelo governo Collor e bastante aplicada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Presentemente, no governo da presidente Dilma Rousseff, grandes aportes financeiros destinados à área da cultura também são advindos da Lei Rouanet.

Contudo, muitas críticas são feitas à lei, tais como a complicação do repasse da deliberação político-cultural estar nas mãos de empresários e de seus setores de marketing que, na realidade, estão mais interessados em alavancar a imagem de sua marca ante o mercado por meio do marketing cultural, ou seja, a utilização da marca em eventos culturais ocorre à custa de impostos não recolhidos. Uma lógica que estimula mais a imagem da marca do que a disseminação e a contribuição de uma política que fomente a cultura. Assim, como afirma Rubim (2011), o Estado quase abdica de seu papel na cultura, reduzindo-se a mero repassador de recurso via leis de incentivo.

Ainda para o autor, uma dinâmica desse tipo, pautada apenas no sentido neoliberal de isenção e de transferência, potencializa a intervenção do mercado, isto é, dos interesses privados, de modo a promover o esquecimento da política e a afirmar o mercado como um ente capaz de regular a cultura e a sociedade, colocando, assim, o econômico sobre o simbólico.

Podemos perceber, deste modo, um cenário que, por vezes, impossibilitava a dinâmica das trocas, bloqueando novas alternativas, inibindo a abrangência e a fluidez da diversidade. Era preciso mais, fazia-se necessária uma nova disposição conceitual e prática, ou seja, uma visão menos segmentada, exclusiva e vertical para uma visão mais abrangente, criativa, inclusiva e transversal. Em suma, participativa e global.

O governo federal, então, adotou diretrizes voltadas à democratização e à cidadania, sendo o lema principal do plano de governo Lula, apresentado em 2002, “Crescimento, Emprego e Inclusão Social”, o que abria terreno para se proporcionar um

“Brasil para todos”. Assim, o âmbito da cultura dimensiona-se como inclusivo e fortalecedor da cidadania.

O desafio para o Ministério da Cultura estava posto, então, a partir da gestão de Gilberto Gil (2003-2008) e, em continuidade, na gestão de Juca Ferreira (2008-2010) implementa-se um Estado mais formulador, articulador e executor de políticas públicas na área da cultura. Para tanto, a proposta política de parceria com o Estado teve como ponto-chave a participação da sociedade. Em entrevista para a Revista Rio de Janeiro, n. 15, jan.-abr. 2005, o ministro Gilberto Gil mencionou:

Dentro do governo, procuramos destacar o caráter estratégico da cultura e das atividades de produção e difusão de bens e serviços culturais, demonstrando seu impacto na renda, no emprego e na formação do capital humano da sociedade, seu potencial de instrumento de transformação coletiva e individual. Tudo isso para mostrar que o investimento público em cultura não é secundário, mas de primeira necessidade. (GIL, 2005, p.104)

Como percebemos, um despertar antropológico é levantado, iniciando uma dinâmica de reconhecimento do governo à importância e à relevância que a cultura possui.

Uma política cultural, para Celso Furtado, deveria ser destinada a não apenas proporcionar o consumo de bens culturais e, sim, estimular a participação, a criatividade e a inovação. Em discurso concedido no I Encontro Nacional de Política Cultural, em 23 de abril de 1984, em Belo Horizonte, ele refletiu:

A política cultural que se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação (...) o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça. (Furtado, 2012, p.41)

Passados vinte e nove anos, torna-se notório que são bem atuais as palavras de Furtado, que foi ministro da Cultura de 1986 a 1988, durante o governo de José Sarney. Atualmente, pois, a cultura passa a ter uma perspectiva ampliada e adotada em três dimensões pelo Ministério da Cultura: a simbólica, a econômica e a cidadã.

A dimensão simbólica volta o olhar para as diversas manifestações artísticas existentes como a música, a literatura, a dança, as artes plásticas, assim como outras combinações e criações simbólicas; a dimensão econômica, considera a cultura um potencial gerador de emprego, renda, dividendos e lucros, proporcionando uma gama de possibilidades

produtivas pautadas na criatividade e na inovação, consolidando, assim, a economia da cultura; por fim, a dimensão cidadã, promove a circulação e o acesso aos bens culturais, ou seja, ao direito básico do cidadão de acesso à cultura. Neste aspecto, vale ressaltar a relação da cultura com a educação e com a inclusão social.

Canedo (2011) menciona as mudanças instaladas e propagadas pelo MINC, dentre elas: o alargamento do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura como um dos princípios basilares da cidadania, nessa perspectiva, o público-alvo das ações governamentais é deslocado do artista à população em geral.

O Estado, então, retoma o seu lugar como agente principal na execução das políticas culturais, estimulando a participação da sociedade na elaboração dessas políticas. Para a gestão das ações, divide as responsabilidades entre os diferentes níveis de governo (estaduais e municipais), bem como às organizações sociais e à sociedade.

Nessa perspectiva, em meio a uma grande participação política e social, inúmeras conferências, encontros e seminários foram realizados, garantindo um estímulo a maior participação da sociedade nas questões culturais do país. Desses encontros, pleitos sociais e políticos, alguns avanços foram conquistados como as discussões, os debates acerca da implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que se propõe a organizar as responsabilidades das ações em cada nível governamental com o intuito de integrar as políticas públicas nos âmbitos federais, estaduais e municipais, buscando descentralizar, organizar o desenvolvimento cultural e assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura como políticas de Estado. Outro ponto diz respeito à criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) que, como instrumento estratégico, visa planejar, estabelecer compromissos e prazos para a realização de políticas culturais pelo Poder Público. Ou seja, o primeiro é voltado à estrutura e à organização das políticas, enquanto o segundo abraça os aspectos de planejamento e de execução.

Vale destacar também que, durante esse período, ocorreu no mundo o surgimento de novos paradigmas no contexto das políticas sociais e culturais. Dentre eles, a Agenda 21 da Cultura foi aprovada no dia 8 de maio de 2004, em Barcelona, pelo IV Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social de Porto Alegre, no marco do primeiro Fórum Universal das Culturas, mostrando-se um documento orientador que estabelece as bases de um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural.

O quadro abaixo apresenta alguns dos 16 princípios da Agenda 21 que foram destacados para corroborar com nossa discussão acerca da importância da Cultura. São eles:

QUADRO 01 – Alguns princípios da Agenda 21 da Cultura

Princípio 01 - A diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade. É o produto de milhares de anos de história, fruto da contribuição coletiva de todos os povos, através das suas línguas, imaginários, tecnologias, práticas e criações. A cultura adota formas distintas, que sempre respondem a modelos dinâmicos de relação entre sociedades e territórios. A diversidade cultural contribui para uma “existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória” (Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, artigo 3), e constitui um dos elementos essenciais de transformação da realidade urbana e social;

Princípio 05 - O desenvolvimento cultural apoia-se na multiplicidade dos agentes sociais. Os princípios de um bom governo incluem a transparência informativa e a participação cidadã na concepção das políticas culturais, nos processos de tomada de decisões e na avaliação de programas e projetos.

Princípio 07 - As cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto (procedências, visões, idades, gêneros, etnias e classes sociais) torna possível o desenvolvimento humano integral. O diálogo entre identidade e diversidade, indivíduo e coletividade, revela-se como a ferramenta necessária para garantir tanto uma cidadania cultural planetária, como a sobrevivência da diversidade linguística e o desenvolvimento das culturas.

Princípio 09 - O patrimônio cultural, tangível e intangível, é o testemunho da criatividade humana e o substrato da identidade dos povos. A vida cultural contém, simultaneamente, a riqueza de poder apreciar e acumular tradições dos povos com a oportunidade de permitir a criação e a inovação das suas próprias formas. Esta característica descarta qualquer modalidade de imposição de padrões culturais rígidos.

Princípio 10 - A afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para o seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social. O caráter central das políticas públicas de cultura é uma exigência das sociedades no mundo contemporâneo. A qualidade do desenvolvimento local requer o imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas – sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas.

Princípio 11 - As políticas culturais devem encontrar um ponto de equilíbrio entre interesse público e privado, vocação pública e institucionalização da cultura. Uma excessiva institucionalização, ou a excessiva prevalência do mercado como único distribuidor de recursos culturais, comporta riscos e levanta obstáculos ao desenvolvimento dinâmico dos sistemas culturais. A iniciativa autônoma dos cidadãos, individualmente ou reunidos em entidades e movimentos sociais é a base da liberdade cultural.

Princípio 12 - A adequada valoração econômica da criação e difusão dos bens culturais de caráter amador ou profissional, artesanal ou industrial, individual e coletivo – converte-se, no mundo contemporâneo, num fator decisivo de emancipação, de garantia da diversidade e, portanto, numa conquista do direito democrático dos povos a afirmar as suas identidades nas relações entre as culturas. Os bens e serviços culturais, tal como afirma a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (artigo 8), “na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais”. É necessário destacar a importância da cultura como fator de geração de riqueza e desenvolvimento econômico.

Princípio 13 - O acesso ao universo cultural e simbólico em todos os momentos da vida, desde a infância à velhice, constitui um elemento fundamental de formação da sensibilidade, da expressividade, da convivência e da construção de cidadania. A identidade cultural de todo indivíduo é dinâmica.

Princípio 14 - A apropriação da informação e a sua transformação em conhecimento por parte dos cidadãos é um ato cultural. Portanto, o acesso sem distinções aos meios de expressão, tecnológicos e de comunicação e a constituição de redes horizontais fortalece e alimenta a dinâmica das culturas locais e enriquece o acervo coletivo de uma sociedade que se baseia no conhecimento.

Fonte: Agenda 21 da Cultura. Ajuntamento de Cultura, Instituto de Cultura (2004). Adaptado pela autora.

Dentre os compromissos determinados pela Agenda 21, destacamos:

QUADRO 02 – Alguns compromissos da Agenda 21 da Cultura

- Estabelecer políticas que fomentem a diversidade cultural, a fim de garantir a amplitude da oferta e a presença de todas as culturas, especialmente das minoritárias ou desprotegidas, nos meios de comunicação e de difusão, incentivando as coproduções e os intercâmbios, e evitando posições hegemônicas.
- Gerar instâncias de coordenação entre as políticas culturais e as educativas, fomentando a criatividade e a sensibilidade promovendo a relação entre as expressões culturais e o sistema educativo.

Fonte: Agenda 21 da Cultura. Ajuntamento de Cultura, Instituto de Cultura (2004). Adaptado pela autora.

Como podemos perceber, as ações implementadas no Brasil no campo da cultura e a sua intencionalidade social e política, isto é, o seu propósito na busca por transformações sociais, vem ao encontro do pensamento contemporâneo, estando em discussão acerca dos direitos humanos, da cidadania, da diversidade cultural, da sustentabilidade, da democracia participativa, como os destacados e apresentados acima como princípios e como compromissos da Agenda 21 da Cultura, que priorizam o desenvolvimento, a inclusão social e a sustentabilidade.

Vale destacar que a cultura como fator de sustentabilidade foi um conceito difundido pelo australiano Jon Hawkes com o estudo “O quarto pilar da sustentabilidade: o papel essencial da cultura no planejamento público”, título do livro lançado em 2001 e que, de lá para cá, tem suscitado debates acerca do tema. O autor defende que o desenvolvimento sustentável, além dos pilares econômicos, sociais e ambientais, deve considerar a cultura como pilar fundamental, de modo a integrar essas dimensões. Ele apresenta a importância da mesma no planejamento da gestão pública:

Quando a cultura é feita para denotar a produção social e a transmissão de valores e significados e reconhece-se que a expressão e aspiração da finalidade social estão no centro do processo de planejamento público, então a conexão entre cultura e planejamento se torna mais clara. (HAWKES, 2001, p. 1)

O uso da cultura é, portanto, elemento central, sendo um mecanismo facilitador de um planejamento público eficaz. Além disso, o autor embasa seu estudo na percepção da cultura englobando três aspectos:

- 1) Nossos valores e aspirações;
- 2) Os processos e os meios, através dos quais se desenvolvem, recebem e transmitem esses valores;
- 3) As aspirações e as manifestações materiais e imateriais desses valores, bem como as aspirações no mundo real.

A cultura como tema central e imprescindível à sustentabilidade vem sendo adotada e debatida também no cenário mundial em congressos e em assembleias organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelos países membros, a exemplo da realização, nos dias 15 a 17 de maio de 2013, do Congresso Internacional “Cultura: chave para o desenvolvimento sustentável”, que abordou o papel que a cultura desempenha como fator de desenvolvimento. Seu objetivo foi, pois, inspirar os governos, a sociedade civil, as empresas e as comunidades a aproveitar o poder da cultura para enfrentar os desafios mais urgentes do mundo.

O congresso reuniu cerca de 450 políticos, líderes de instituições de desenvolvimento, representantes do setor privado, da sociedade civil, da academia e das artes, com o intuito de dar uma contribuição substancial às discussões sobre o enquadramento da agenda de desenvolvimento pós-2015. Em pronunciamento sobre o evento, a diretora geral da UNESCO, Irina Bokova disse:

Este poder é cada vez mais reconhecido por países de todo o mundo. Precisamos agora determinar a vontade política para agir sobre esse reconhecimento, a cultura dominante em todas as estratégias e programas de desenvolvimento nos níveis global, regional e local, para integrar a cultura dentro de metas nacionais de desenvolvimento.¹

Devemos destacar que o governo federal criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, que surgiu como proposta de ação pública com a finalidade de fomentar as manifestações culturais já existentes no país, de promover a democratização do acesso aos meios de produção cultural e de criar uma rede de criação e de

¹Entrevista concedida à United Nations New Centre em maio de 2013 ao newsletter oficial do site da UNESCO.

gestão cultural, ou seja, um contexto propício ao resgate da cidadania através do reconhecimento da importância da cultura e de sua ação transversal nas políticas públicas.

Atualmente, o programa envolve ações como Economia Solidária e Cultura, Griôs², Agentes Jovens de Cultura, Cultura e Saúde, Cultura Digital, Mestres da Cultura tradicional transmitida pela oralidade, Escola Viva, Interações Estéticas, Pontos de Memória, Pontos de Mídia Livre, Pontos de Leitura, Pontos de Cultura, Pontinhos de Cultura (para público infantil), Pontões (responsáveis pela articulação, capacitação e difusão na rede dos Pontos de Cultura).

O Programa Cultura Viva tem como sua principal ação o Ponto de Cultura que será nosso foco de estudo. Foi criado e regulamentado por meio das Portarias do MINC nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 e, hoje, está sob responsabilidade da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

Como objetivos³ do programa Cultura Viva temos:

- Reconhecer iniciativas e entidades culturais;
- Fortalecer processos sociais e econômicos da cultura;
- Ampliar a produção, a fruição e as difusões culturais;
- Promover a autonomia da produção e da circulação cultural;
- Promover intercâmbios estéticos e interculturais;
- Ampliar o número de espaços para atividades culturais;
- Estimular e fortalecer redes estéticas e sociais;
- Qualificar Agentes de Cultura como elementos estruturantes de uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.

O Plano determina ainda o público-alvo⁴ a ser alcançado. São eles:

² “A ação Griô Nacional é uma ação compartilhada no âmbito do Ministério da Cultura através da Secretaria de Cidadania Cultural, SCC-MinC e o Ponto de Cultura Grãos de Luz/Lençóis-BA, que visa a preservação das tradições orais das comunidades e a valorização dos Griôs, Mestres e Aprendizes enquanto patrimônio cultural Brasileiro” (Minc). Para mais informações acessar o portal do Ministério da Cultura: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/?cat=11>

³ Portal do Ministério da Cultura- MINC. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>>

⁴ Portal do Ministério da Cultura- MINC. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>>

- Populações de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios;
- Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- Estudantes da rede básica de ensino público;
- Professores e coordenadores pedagógicos da educação básica;
- Habitantes de regiões e de municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro;
- Comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos;
- Agentes culturais, artistas e produtores, pesquisadores, acadêmicos e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural.

Percebemos, então, que os objetivos propõem ações que tentam trazer um papel mais articulador, estimulador e fomentador do Estado, convocando a sociedade à participação, à gestão compartilhada e a uma postura empreendedora - entenda-se empreendedora como uma postura de liderança, de responsabilidade, de persistência, de visão de futuro -, estabelecendo-se como peça fundamental para o sucesso dessa articulação. A articulação pressupõe diálogos, ideias, sugestões, escuta social, isto é, junção de interesses diversos em prol de um bem maior e comum a todos, básico ao cidadão e amparado constitucionalmente: o direito à cultura.

No artigo 216, aliás, a Constituição Federal estabelece que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (CF 1988, p. 124). Vale mencionar ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 27, aponta que “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”. Deste modo, os direitos culturais são tão importantes quanto o direito ao voto, à moradia, à alimentação, à saúde e à educação.

Vale notar também que o público prioritário do programa Cultura Viva merece destaque para o presente trabalho, aliás, está direcionado a adolescentes e a jovens adultos em situação de vulnerabilidade social.

Outro aspecto importante refere-se ao papel do público jovem na área da cultura. Segundo o SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, dados de 2006, cerca de 28,77% da força de trabalho no setor cultural está na faixa etária compreendida entre 10 e 24 anos, um público jovem que pode ser considerado força de ação e de dinamismo, o que imbrica no protagonismo juvenil.

Vale destacar que o termo protagonismo juvenil sugere aspectos do processo de gestão e de participação ativa, considerando fenômenos da contemporaneidade como as transformações de cunho social e cultural que configuram a pós-modernidade, as novas descobertas na ciência e na tecnologia, especificamente, os meios de comunicação que, por vias digitais, estabelece redes sociais e contribui para um cenário de interatividade e de participação. É, pois, uma forma de proporcionar ao jovem a possibilidade de se envolver ativamente em questões que possibilitam uma voz atuante nos cenários políticos, nas associações de classes e nas manifestações que almejam mudanças nos cenários do cotidiano, o que configura a ação política na juventude. Atualmente, vemos novos formatos de ação e de manifestação desses jovens, alinhados a expressões artísticas e culturais como forma de comunicação e discurso frente aos seus posicionamentos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010) em suas Perspectivas de Desenvolvimento Brasileiro, a política social montada no Brasil abrange dois grandes objetivos: a proteção social (seguridade social), que visa proteger o cidadão de situações alheias a sua vontade e a promoção social, que busca gerar oportunidades e resultados como instrumento de justiça e equidade. Desta última, destacam-se, dentre outras, as ações que abarcam a formação e o desenvolvimento do cidadão por meio da educação, da cultura e das políticas de qualificação profissional, bem como a regulação do mercado de trabalho.

Como podemos perceber, a educação, a cultura e o trabalho fazem parte de um mesmo espectro de ação das políticas setoriais, assim como a juventude e a cultura integram as políticas transversais, situando-se como componentes da política social brasileira.

Outro dado importante é apresentado no Plano Plurianual 2008-2011, que nos mostra a atividade cultural respondendo por 5,7% do pessoal ocupado no Brasil, ou seja, é uma atividade geradora de emprego e de renda não menos importante do que as demais.

É preciso ressaltar que o PPA 2008-2011 menciona o Programa Cultura Viva em seu objetivo 3, que visa propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade, quando diz: “na área de inclusão social pela cultura, deve ser ressaltado o apoio à implementação de Pontos de Cultura, no âmbito do Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, que atende a projetos já existentes desenvolvidos em comunidades diversas, particularmente nas mais carentes”. (PPA 2008-2011, p. 81) Segundo o PPA 2008-2011, em relação à Cultura, o acesso aos seus bens é premissa básica para o projeto de desenvolvimento nacional e o conhecimento da diversidade nacional e o incentivo à sua expressão é uma das principais formas de valorização do cidadão e do seu espaço sociocultural embora constitua ainda um grande desafio para a sociedade brasileira.

Atualmente, com o Plano Plurianual 2012-2015, o programa transformou-se em uma iniciativa inserida no Programa Temático “Cultura: Preservação, Promoção e Acesso”, criado para contemplar todas as iniciativas e as ações de cultura do Governo Federal. Podemos perceber, então, que são nas ações dos Pontos de Cultura e na sua dinâmica de articulação em rede que o Programa Cultura Viva consolida-se e pretende apresentar-se como proposta de reconhecimento, de mobilização e de inclusão social.

Dentro desse contexto, propomos observar a dinâmica de funcionamento do Ponto de Cultura e a capacitação destinada aos jovens, identificando a presença de princípios e de práticas de empreendedorismo em sua dinâmica de ação frente às categorias da dimensão empreendedora cultural. O que são os Pontos de Cultura? Qual a sua lógica de atuação? É o que passaremos a discutir.

1.2. OS PONTOS DE CULTURA – PONTOS DE PARTIDA

Como mencionamos anteriormente, a principal ação do Programa Cultura Viva são os Pontos de Cultura: entidades da sociedade civil que recebem incentivos do Ministério da Cultura com o intuito de promover e de ampliar o acesso à cultura.

O incentivo é fornecido via edital público, ao qual concorrem organizações e/ou instituições sem fins lucrativos, constituídas legalmente, que desenvolvam ações de cunho

social e cultural na comunidade. Em seu lançamento, em 2004, segundo Turino (2009) foram ao todo 860 projetos inscritos e 250 propostas selecionadas.

Segundo dados recentes do Relatório Cultura Viva em números de 2006-2012, publicado em setembro de 2012, o país tinha 3.703 pontos e a previsão de que, em 2014, teríamos cerca de 4.203 Pontos de Cultura. Vale destacar que Pontões de Cultura são entidades jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos, de natureza/finalidade cultural, também selecionados por edital público e conveniados diretamente com a Secretaria e/ou com entes federados e outros instrumentos jurídicos de repasse, que têm o objetivo de desenvolver e de articular atividades culturais nos eixos da informação, da comunicação e da educação em parceria com as redes temáticas da cidadania e da diversidade cultural e/ou com os Pontos de Cultura. Quanto ao financiamento, o programa é custeado por recursos do Governo Federal e dos parceiros públicos e privados. Atualmente, o valor de convênio para cada Ponto é de até 180 mil reais, divididos em até cinco parcelas. Já o Pontão, recebe em média até 350 mil por ano e o convênio é de três anos.

A partir de 2008, a descentralização dos pontos de cultura começa a se firmar e as verbas, por sua vez, passam a ser repassadas aos Estados e aos municípios que são responsáveis pelas inscrições, seleções e acompanhamentos dos Pontos de Cultura, tornando-se, assim, uma política de Estado. No estado do Ceará, segundo informações da Coordenadoria de Ação Cultural (CODAC) da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT), temos 200 Pontos de Cultura Estaduais e 40 Pontos diretamente conveniados ao Ministério da Cultura. Abaixo segue gráfico que apresenta o total de Pontos e Pontões no Brasil, sendo federais, estaduais e municipais.

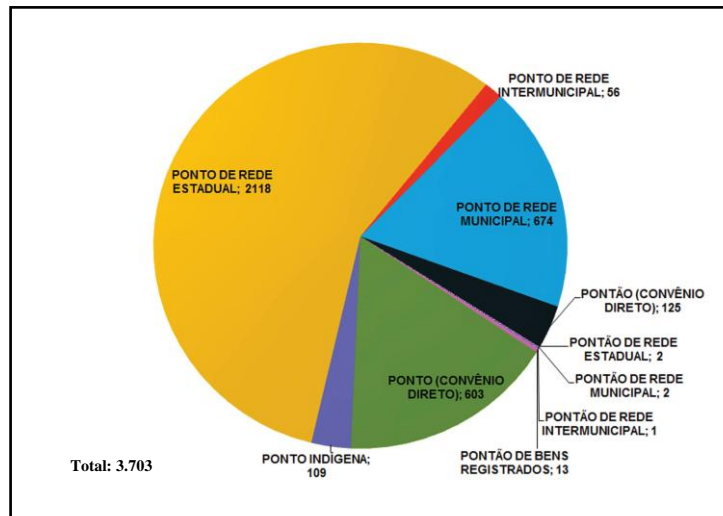


Figura 1 - Total de Pontos e Pontões – por tipos: federais, estaduais e municipais.

Fonte: Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural. Setembro 2012.

Podemos perceber que, com a descentralização, a maior parte dos Pontos no Brasil são os da rede Estadual com 2.118, enquanto os da rede municipal ficam em segundo maior número com 674 e os de convênio direto, consequentemente, em terceiro, com a quantidade de 603 pontos. O intuito é, pois, promover uma maior capilaridade à ação, intencionando estimular e atender a demanda de forma mais abrangente no território brasileiro.

1.2.1 Por uma gestão compartilhada – tecendo uma rede

Segundo Turino (2009), o Ponto de Cultura é um conceito de política pública em que as organizações culturais da sociedade ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto com o Estado. Percebemos novamente aqui a dinâmica de um trabalho compartilhado em que o Estado reconhece a atuação de movimentos diversos na área da cultura.

O conceito de Ponto de Cultura é o que eles já praticam: trabalho compartilhado e o desenvolvimento de atividades culturais respeitando a autonomia e o protagonismo das comunidades. Como um Ponto de Cultura não se cria, nem se inventa, mas se potencializa a partir do que já existe. (TURINO, 2009, p.28)

Como pilares de sua estratégia de gestão compartilhada temos, segundo o autor, a autonomia, o protagonismo e o empoderamento. A autonomia configura-se como o reconhecimento de tomada de decisões, de reforço de identidade comunitária, de interação com autoridades e de práticas reivindicatórias. O protagonismo, como força propulsora, reconhece os sujeitos sociais, propondo mudanças locais, intervindo em suas realidades e, por fim, o empoderamento com a participação dos jovens nas decisões de gestão, com a conquista da capacidade de participação e com o exercício da cidadania.

Como estímulo ao diálogo e ao reconhecimento das manifestações culturais locais e a sua ampla diversidade, intensificando a interação dos sujeitos e de sua comunidade, o caráter de gestão compartilhada estabelece também, segundo Turino (2009), novos parâmetros de gestão e de democracia entre Estado e sociedade. De um lado, a especificidade de cada Ponto com a sua própria dinâmica de gestão e, de outro, a máquina burocrática do Estado, lutando para manter seus processos e procedimentos. Sem dúvida, estilos de gestão diferentes que necessitam dialogar em busca de um denominador comum.

Ainda para o autor, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço, é um organizador da cultura a nível local, isto é, “uma ação das pessoas não para as pessoas” (TURINO, 2009). Atuando como um ponto de recepção e irradiação, a cultura passa a ser entendida como um processo em vez de um produto.

Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social. (TURINO, 2009, p.64)

Aqui a dinâmica de ação parte não mais do assistencialismo e, sim, propõe um rompimento das relações de dependências, uma vez que estimula o compartilhamento de poder do Estado com novos sujeitos sociais que já possuem uma atuação na comunidade em atividades de arte e cultura, cidadania, economia solidária e educação. Verdadeiros agentes em potência de atuação, sendo estimulados à participação em uma gestão compartilhada, empreendendo novas possibilidades de manifestação das diversidades culturais e que, por meio de deliberações compartilhadas, promovem a construção de “políticas públicas que liguem, aglutinem e reúnam: Estado e sociedade (civil), sem esquecer as tensões imanentes a qualquer dinâmica social”. (RUBIM, 2011, p. 24)

Nesse raciocínio, a dinâmica empreendedora subjacente nos Pontos de Cultura não pode ser entendida pela lógica do lucro, do mercado, do capital, mas pela lógica dos processos, do reconhecimento dos sujeitos sociais, do reforço da identidade e do exercício da cidadania cultural, da capacidade de articulação e de realização.

Para Turino (2009), o processo de empoderamento social promovido pelo Ponto de Cultura só conseguirá sustentabilidade quando articulado em rede. Os encontros regionais e nacionais dos Pontos de Cultura (TEIA) são importantes mobilizações políticas nesse sentido, pois proporcionam o diálogo entre os agentes culturais e a administração pública federal.

No âmbito nacional, a TEIA ocorreu em quatro edições com os seguintes temas:

QUADRO 03 - Edições da TEIA

EDIÇÃO (ano de realização)	TEMA	LOCAL
2006	Venha Se Ver e Ser Visto	São Paulo –SP
2007	Tudo de Todos	Belo Horizonte – MG
2008	Iguais na Diferença	Brasília - DF
2010	Tambores Digitais	Fortaleza – CE

Fonte: Portal do Cultura Viva – Minc. Quadro elaborado pela autora.

O principal objetivo é promover o encontro entre os Pontos, proporcionando um cenário propício às trocas. Segundo o MINC, “entre as premissas do evento estão a ruptura de hierarquias culturais e a construção de novas legitimidades no processo de transformação de um Brasil a desesconder e se revelar”.⁵

Como instância política dos Pontos de Cultura, temos o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura que reúne os representantes dos demais encontros e fóruns municipais, estaduais ou regionais, além das áreas temáticas e redes que compõem o programa Cultura Viva. Sua implantação deu-se na segunda edição da TEIA, em 2007.

Toda essa estratégia de articulação e de encontros é organizada pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, que estimula a participação dos Pontos nos encontros,

⁵Portal Ministério da Cultura – MINC. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/teia/>

procurando garantir também a participação destes no Fórum Nacional e em outros eventos importantes para os Pontos.

Além de ser um encontro que promova a articulação e o debate político, a TEIA mostra-se como um grande evento artístico, devido à grande manifestação cultural que ocorre durante a programação que inclui feira de economia solidária, de discussões e de seminários.

Percebemos, assim, que, no processo de empoderamento, de protagonismo, de autonomia, de compartilhar e de articulações em rede, vemos que os Pontos de Cultura disseminam ações e iniciativas já em processo de andamento, conferindo um caráter articulador e potencializador.

A articulação em rede pressupõe, então, relacionamentos, diálogos, interações e aprendizado. Nesse contexto do pensamento relacional, temos as organizações, as instituições e os feitos humanos como sistemas conectados por ações interligadas.

1.2.2 Por um pensamento articulador – dinamizando a rede

No século XX, os novos processos tecnológicos criados, tais como os microcomputadores com seus processadores capazes de acumular e de repassar informações com rapidez, bem como o advento das novas mídias como a internet que promove novas formas de relações comunicacionais e, conseqüentemente, sociais, têm construído um novo cenário de complexidade, de conexões. Termos como conectividade, processos sistematizados, compartilhamento de informações, interatividade, cooperação, sinergia e o pensamento sistêmico passaram a ser recorrentes na vida cotidiana contemporânea.

Nessa perspectiva, é necessário promover no Ponto de Cultura o acesso à cultura digital e ao registro das produções na internet. Essa estratégia é abraçada em todos os Pontos de Cultura, através do estúdio multimídia. O intuito é, pois, proporcionar a troca de experiências, de registros de suas ações, através da utilização de uma plataforma que facilite as interações em rede.

Como o propósito do Ponto de Cultura é promover a articulação entre o Estado, a sociedade e os demais agentes públicos e/ou privados que possam, de forma colaborativa,

interferir na dinâmica de ação mobilizadora e de reconhecimento do Programa Cultura Viva, um novo pensar dinâmico, sistêmico, articulador e compartilhador faz-se necessário.

O pensamento sistêmico é, por esse viés, um termo bastante corrente nas discussões e nos debates sobre trabalho em equipe, que demanda ações coletivas e se torna um conceito imprescindível à promoção do sucesso de uma ação compartilhada.

No pensamento sistêmico, aliás, o pensar é direcionado a perceber e a entender o todo, isto é, as suas inter-relações, as suas conexões, as suas dinâmicas geradoras e as suas repercussões. É preciso pensar em processos e não em eventos particularizados.

Pode-se destacar também um novo paradigma sustentado pela Teoria dos Sistemas⁶, teoria que surgiu em meio a um contexto de rápidas transformações, de avanços tecnológicos, em que o homem viu-se em busca de soluções que dialogassem com os novos arranjos políticos, sociais, tecnológicos e culturais que surgiam na contemporaneidade, pois “nos tornamos cada vez mais desamparados diante de tanta complexidade.” (SENIGE, 2006, p.99).

Na contramão do pensamento reducionista e cartesiano, não mais voltados às características do método da racionalidade e da objetividade de Descartes⁷, o novo paradigma volta-se à dinâmica das relações, das interligações e da interdependência. Assim, passou-se de sistemas fechados, lineares e reducionistas a sistemas abertos, vivos e não lineares.

Capra apresenta em sua obra “As Conexões Ocultas” (2002), um apurado teórico que integra as dimensões biológicas, cognitiva e social da vida, buscando oferecer uma visão unificada da vida, de forma a desenvolver “uma maneira coerente e sistêmica de encarar algumas das questões mais críticas da nossa época”. (CAPRA, 2002, p.7).

⁶ Teoria proposta em 1937 pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy e com plena divulgação na década de 1950. Segundo Capra (1996), suas concepções de uma teoria geral dos sistemas de Bertalanffy como sistemas abertos e orgânicos, contribuíram para estabelecer o pensamento sistêmico como um movimento científico de primeira grandeza.

⁷ René Decartes (1596-1650) foi um filósofo francês. Considerado o primeiro filósofo moderno, contribuiu imensamente para o pensamento científico ocidental, trazendo um pensamento revolucionário para uma sociedade feudalista da época com sua obra “Discurso do Método” que introduz o racionalismo, ou seja, o conhecimento significativo só é atingido pela razão e o método para isso se dá pelo método da análise e da síntese, criando assim o método do pensamento analítico.

Para o autor, o pensamento sistêmico é um novo modo de pensar em termos de relações, de conexidade, de contexto em que as propriedades do organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo e que as partes isoladas não as possuem. Surgem, pois, das relações e interações entre essas partes. Quando o sistema é dividido, essas propriedades destroem-se.

Capra (1996) menciona ainda que essa emergência do pensamento sistêmico causou uma revolução na história do pensamento científico ocidental, uma vez que, embora o método do pensamento analítico de Descartes tenha contribuído para o avanço da ciência e tenha sua importância, o “grande impacto que adveio com a ciência do século XX foi a percepção de que os sistemas não podem ser entendidos pela análise”(CAPRA, 1996, p. 31).

Para Capra, houve uma reversão na relação entre as partes e o todo:

Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo. Em consequência disso, o pensamento sistêmico concentra-se não em blocos de construção básicos, mas em princípios de organização básicos. O pensamento sistêmico é "contextual", o que é o oposto do pensamento analítico. A análise significa isolar alguma coisa a fim de entendê-la; o pensamento sistêmico significa colocá-la no contexto de um todo mais amplo. (CAPRA, 1996, p.31)

Sendo assim, a compreensão das forças constituintes e as propriedades intrínsecas só se expressam em contexto, portanto o todo deve ser considerado no pensamento sistêmico.

Explanando sobre a análise sistêmica da realidade social, Capra (2002) vale-se do conceito de Cultura como um sistema integrado de valores, crenças e regras de conduta adquiridas pelo convívio social:

(...) a cultura nasce de uma dinâmica complexa e altamente não linear. É criada por uma rede social dotada de múltiplos elos de realimentação através dos quais os valores, crenças e regras de conduta são continuamente comunicados, modificados e preservados. A cultura nasce de uma rede de comunicações entre indivíduos; e, à medida que nasce, impõe limites às ações desses mesmos indivíduos. (CAPRA, 2002, p. 90)

Para o autor, as relações imbricadas nas redes de comunicação são necessárias ao nascimento da cultura, apresentando e rerepresentando os seus significados. O ser humano vive dentro de um sistema, de uma aglomeração em que as partes juntam-se, integram-se, conectam-se em ligações: junções que se complementam, promovendo uma engrenagem que

faz pulsar e dá um sentido. Percebemos que o planeta move-se em consonância à cadeia alimentar, à teoria dos sistemas, à natureza, etc. Nosso sistema nervoso, respiratório e imunológico funciona nessa perspectiva. Como seres em relação, estamos em constante transformação e somos, portanto, chamados à coletividade.

Inseridos em um contexto em que a cultura busca meios de se expressar, analisar essa dinâmica reduzindo-a em partes isoladas não se mostra suficiente, por isso, é preciso proporcionar uma compreensão das relações, das interações e das repercussões que surgem no contexto, lançando um olhar sistêmico para a percepção do todo. Assim, é necessário conscientizar os envolvidos do programa dessa perspectiva sistêmica, proporcionando um olhar que inspire as suas ações e as suas intervenções seja dentro do Ponto de Cultura, do Programa Cultura Viva ou de ações articuladoras como a TEIA.

Segundo Senge (2006), o pensamento sistêmico promove uma integração com as demais áreas que ele chama de disciplinas: domínio pessoal, modelos mentais, visão compartilhada e aprendizagem em equipe. Para o autor, no domínio pessoal temos a busca por capacitação, por conhecimento, isto é, levar o agente ao entendimento de um investimento constante no aperfeiçoamento pessoal e profissional. A disciplina dos modelos mentais leva o indivíduo à busca de seus conceitos, de seus paradigmas, de seus valores, de suas crenças arraigadas, que podem influenciar sua forma de ver o mundo. Vale ressaltar que analisar tais modelos destaca o que estamos percebendo enquanto "verdades". A visão compartilhada pressupõe a percepção de uma imagem compartilhada pelas pessoas em torno de identidade, de metas, de valores, de missões e de um senso de propósito comum. Finalmente, temos a aprendizagem em equipe em que os integrantes da equipe crescem e há, conseqüentemente, resultados surpreendentes.

A base, segundo Senge (2006), está no diálogo, que pressupõe, aliás, o fluxo de significados, proporcionando novas percepções e ideias, gerando um pensar em conjunto, um pensar sistêmico. É gerado, assim, um trabalho em equipe consistente que, conforme Spitzer (1997), tem como marca registrada a sinergia, que promove um desempenho na equipe maior do que os esforços individuais de cada integrante. Quando as equipes estão trabalhando de forma sinérgica, a energia positiva e produtiva liberada é surpreendente.

Spitzer (1997) classifica ainda o trabalho em equipe como motivador e parte integrante de um dos oito desejos humanos⁸ capazes de liberar enormes quantidades de forças motivacionais: o desejo de afiliação. Os seres humanos são criaturas sociais e que têm um desejo profundo de interagir e de socializar com outras pessoas:

Embora alguns de nós possamos desejar mais contato social do que outros, não há dúvida de que todos tenham o desejo de afiliação.(....) O trabalho fornece oportunidades imensas importantes de afiliação. Fornece contatos e relacionamentos sociais ricos e variados. Na verdade, para muitas pessoas, o trabalho é a principal fonte de interação social. (SPITZER,1997, p. 41-42)

A interação também é um motivador e faz parte do desejo de afiliação. Para o autor, a interação social não significa um bate-papo no corredor ou no refeitório, mas uma interação produtiva que inclui atividades cooperativas, aconselhamentos aos colegas, compartilhamento de habilidades, de crenças, de valores e de habilidades, bem como a resolução cooperativa de problemas, etc.

Como enunciamos anteriormente, a própria dinâmica de ação do Programa Cultura Viva e, especificamente, as do Ponto de Cultura estão pautadas numa gestão compartilhada, reconhecendo as diversidades culturais e promovendo um cenário propício para a troca de responsabilidades e de conquistas coletivas, que visam a interação entre sujeitos e seu meio, entre sujeitos e sujeitos, bem como, nessa apropriação coletiva, de valores, de conceitos e de práticas entre instituições, governos, etc. É uma relação entre os “eus-eus”, “eus-outros” e “eus-nós”. Mais adiante, abordaremos alguns conceitos relacionados ao empreendedorismo, cujas características estão pautadas no estabelecimento de relações cooperativas entre os envolvidos.

Segundo Arendt (2007), a pluralidade humana confere um caráter propício à ação e ao discurso. É no “outro” que podemos perceber a existência de um “eu” e, na alteridade, o aspecto importante da pluralidade, ou seja, só sabemos que um “eu” existe em relação a um “outro”. Há sempre uma relação de sociabilidade que distingue o indivíduo na coletividade, com sua diversidade e sua unidade. Arendt diz:

Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o

⁸ Para saber mais acerca dos oito desejos humanos ler “Supermotivação” de Dean R. Spitzer da editora Futura.

discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens (...). (ARENDRT, 2007, p.189)

É na ação articuladora e no discurso das práticas individuais e coletivas que o Ponto de Cultura propõe ações cooperativas entre os indivíduos, o Estado, as políticas públicas e as instituições, pressupondo um trabalho em equipe, que pretende um diálogo compartilhado e interdependente. Uma ação de manifestação entre indivíduos e coletividade.

Nesse contexto, faz-se necessário um olhar sistêmico destinado a essas dinâmicas articuladoras, capacitando e reforçando as suas práticas. Percebemos, nesse sentido, que os Pontões de Cultura pretendem cumprir essa missão. Afinal, os Pontões são ações do Programa Cultura Viva destinadas a promover a articulação dos Pontos de Cultura, auxiliando na capacitação e na difusão dos conteúdos desenvolvidos, de modo a estabelecer a integração e o funcionamento da rede.

Para Turino (2009), é no Pontão que se “encontra o nó⁹ que sustenta a rede”. No entanto, uma vez que a visão compartilhada, o trabalho em equipe e o desejo de afiliação são impulsos motivadores para o envolvimento dos indivíduos em um determinado projeto ou causa, necessitam, primeiramente, partir de um “eu”. Sendo assim, por que não focamos uma ação direcionada ao fortalecimento da identidade, da crença e dos valores que o termo cultura carrega em si e proporciona aos sujeitos? Em seu circuito de intervenção, que política cultural poderia ser adotada que possibilitasse uma dinâmica de reforço dessa crença?

É na mudança de crenças, de paradigmas e de atitudes que percebemos uma efetiva mudança cultural, uma disposição para se identificar e abraçar o novo. Para tanto, é necessário um investimento nas pessoas e para as pessoas. Uma ação mais direcionada a um maior envolvimento das mesmas é importante e precisa ser considerada. A ação “Agentes Cultura Viva” estimula a participação de jovens e pretende esse fim, o Ministério da Cultura, aliás, assim o define:

(...) uma ação que tem por finalidade desenvolver a consciência de si, a autoestima pessoal e social da juventude atuante nos Pontos de Cultura e em outras ações do Programa Cultura Viva. Está direcionada à capacitação e à articulação dos Pontos de Cultura que desenvolvam projetos ou apoiem grupos de jovens, voltados para as

⁹Turino usa o termo “nó”, sugerindo a ideia de algo que se “sustenta com mais força”. (TURINO, 2009, p.103).

alternativas de construção das trajetórias pessoais, acesso e a participação em manifestações culturais e aos espaços amplos de sociabilidade.¹⁰

Percebemos, então, uma ação que pretende estimular a autonomia e o protagonismo de uma juventude que se apropria de ferramentas e que se reconhece como ser atuante na sociedade. Nessa perspectiva, a juventude participa como articuladora, orientando a continuidade das ações, apoiando espaços de produção coletiva e incitando a participação política na comunidade e em contextos em que se encontra inserida. A ação estimula ainda possibilidades de trabalho, a partir do desenvolvimento do potencial do jovem e das experiências de formação.

A ação, oferecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com o programa Primeiro Emprego¹¹, previa uma bolsa de R\$150,00 durante seis meses. Os jovens deveriam ser beneficiários da ação Agente Cultura Viva, ter frequência escolar, participar de ações de formação no Ponto de Cultura e realizar serviços comunitários.

Foram 11 mil bolsas ofertadas para jovens em 200 Pontos de Cultura, numa média de 55 bolsistas por Ponto. Segundo Turino (2010), o Agente Cultura Viva, contudo, teve apenas uma edição, pois “as diferenças de método e concepção com o Primeiro Emprego eram grandes, além de posterior extinção do programa, dados seus exíguos resultados na área privada” (TURINO, 2010, p. 92).

No entanto, em 2009, uma nova tentativa foi feita, lançando-se um edital em caráter experimental, com recursos da Secretaria da Cidadania Cultural. Segundo informações do MINC, foram selecionados 90 projetos de Pontos de Cultura, que beneficiaram 360 bolsistas, totalizando um investimento de mais de R\$ 2,5 milhões. Cada jovem, na faixa etária entre 15 e 29 anos recebia o valor de R\$ 4.560,00, divididos em 12 parcelas mensais.

Autonomia, protagonismo e empoderamento: aspectos-chave do Programa Cultura Viva. Para serem manifestados, necessitam ser apreendidos não apenas em nível de

¹⁰Descrição da ação “Agentes Cultura Viva” no portal do MINC. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/cultura-viva/?cat=15>>

¹¹Programa do Ministério do Trabalho e Emprego que se destina a subsidiar o primeiro emprego da juventude.

ação coletiva, mas, primeiramente, em uma ação individual, em que o agente vê-se autônomo o suficiente para protagonizar, por interesse e por vontade própria, empoderando-se para empreender uma ação.

2. CAPÍTULO 2

A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO CULTURAL E SUA DIMENSÃO MOBILIZADORA

Inicialmente, é necessária uma compreensão do que venha a ser o empreendedorismo, o seu surgimento, bem como a apresentação de algumas abordagens teóricas sobre o termo.

No entanto, a nossa intenção é apresentar um panorama geral sobre o tema. Em seguida, tentaremos identificar as semelhanças e as diferenças entre o empreendedorismo e o empreendedorismo cultural, cujo objetivo é responder à questão que norteia nosso presente estudo: como o Ponto de Cultura ACARTES manifesta sua ação empreendedora?

2.1. O QUE É EMPREENDEDORISMO?

O dicionário Houaiss de língua portuguesa define empreendedorismo como àquele indivíduo que tem “disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios” (HOUAISS, 2009).

Embora a definição sugira que o termo apresente-se como um fenômeno individual, estudiosos mencionam que outros fatores são considerados determinantes para a compreensão do empreendedorismo, tais como: o comportamento empreendedor, as relações com os envolvidos, o contexto social e cultural existente, as políticas públicas adotadas para o seu desenvolvimento e os fatores econômicos.

Para Dolabela (2006), o termo empreendedorismo significa uma livre tradução da palavra *entrepreneurship* que contém ideias de iniciativa e de inovação. Um termo que expressa uma forma de ser, de se relacionar e de perceber o mundo. Para o autor, há várias

formas de se empreender, além da mais comumente relacionada ao termo, que é a de abrir uma empresa, o que configura o empreendedorismo empresarial.

Podem ser empreendedores também o pesquisador, o funcionário público, o empregado de empresas. Podem e devem ser empreendedores os políticos e governantes. As ONGs e o terceiro setor estão repletos de empreendedores. É empreendedor o artista, o escritor, o poeta que publica seus versos. (DOLABELA, 2006, p.26)

Para além de uma concepção do termo no campo da economia, percebemos que o empreendedorismo pode apresentar-se e desenvolver-se em diversas atividades nas quais o indivíduo possa se envolver, inclusive na área da cultura. Entender a origem, as características e o desenvolvimento do termo constitui-se, então, como um fator importante para compreendermos sua dimensão mobilizadora.

O empreendedorismo tem sido bastante estudado nas últimas décadas. Principalmente a partir da década de 1990 do século passado, o contexto socioeconômico solicitava uma mudança de mentalidade acerca das formas de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, a inovação, as invenções e os avanços tecnológicos geraram novos estilos de vida às pessoas e o empreendedorismo surgiu como consequência dessas mudanças.

Atualmente, diante de um mundo globalizado e sem fronteiras devido aos avanços tecnológicos, novas formas de compreensão das relações sociais, econômicas e culturais foram requisitadas. Dornelas (2008) relata que o momento atual pode ser chamado de era do empreendedorismo, pois segundo o autor:

Os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade. (DORNELAS, 2008, p. 2)

Por esse viés, muitos pesquisadores têm contribuído com estudos sobre o empreendedorismo. Segundo Filion (2004), o empreendedorismo é um campo de estudo, pois não existe um paradigma único ou um consenso científico.

Sendo assim, é interessante apontar que, embora percebamos que o empreendedorismo é um termo propagado a partir do séc. XX, acredita-se que tenha surgido na França por volta dos séculos XVII e XVIII para designar aquele indivíduo que estimulava o progresso econômico, isto é, um agente de inovação, um indivíduo que gerasse

oportunidades, buscando os recursos suficientes para realizá-las. Entendamos recursos aqui não apenas como um aspecto financeiro, mas também como recursos de mão de obra, de estrutura física, de materiais, de insumos, logo, como uma combinação de fatores de uma produção, seja ela material ou imaterial, simbólica. Toda essa cadeia produtiva pressupõe um conjunto de relações imbricadas entre os atores envolvidos, sejam eles profissionais, empresas, instituições governamentais ou não, de modo a atestar o caráter interdisciplinar conferido ao empreendedorismo.

Segundo Dornelas (2008), o primeiro exemplo de definição de empreendedorismo pode ser creditado a Marco Polo quando tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente. Este foi, pois, um empreendedor que assumiu um papel ativo, correndo riscos físicos e emocionais.

Para o autor, na Idade Média o termo empreendedor era utilizado para designar o indivíduo que apenas gerenciava grandes projetos de produção, porém sem assumir riscos excessivos. Os recursos disponíveis nessa época eram provenientes do governo do país.

É mencionado ainda que um dos criadores do termo empreendedorismo seja Richard Cantillon, um importante escritor e economista do século XVII. Este foi um dos primeiros a diferenciar o empreendedor (o que assume riscos) do capitalista (o que fornece o capital), o que foi definitivamente diferenciado com a fase da industrialização no século XVIII. Já nos séculos XIX e XX os empreendedores foram definidos pelo enfoque econômico e, muitas vezes, foram confundidos como administradores.

Dornelas (2008) menciona ainda que “empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades”.

2.1.1 Conceituações em alguns campos do saber

Várias teorias foram formuladas para apresentar o campo do empreendedorismo passando pela economia, pela psicologia, pela sociologia, pela antropologia e pela gestão

(SIMPEH,2011). Não pretendemos tecer minuciosas discussões acerca de cada uma dessas teorias, mas tentaremos apresentar seus conceitos com o intuito de percebermos as ideias discutidas acerca desse tema que, de forma ampla, tem-se atribuído muitas vezes apenas ao campo da economia.

Para Simpeh (2011), na teoria do empreendedorismo econômico são os fatores econômicos que impulsionam a melhoria do comportamento empreendedor, como mercado, demanda, produção, distribuição de bens, impacto dos resultados, etc. Os estudiosos economistas dão ênfase a essas questões externas, focando-se na coordenação dos recursos e esquecendo, por vezes, de lançar um olhar ao comportamento do indivíduo empreendedor.

No campo da psicologia, por sua vez, David McClelland, que foi psicólogo da Universidade de Harvard, definiu empreendedorismo a partir do comportamento empreendedor. Para ele, empreendedor é aquele indivíduo psicologicamente diferente dos outros por possuir uma enorme necessidade de realização. Seu interesse em traçar um perfil com os tipos de comportamentos mais importantes levou-o a realizar, na década de 60 do século passado, juntamente com a ONU, uma pesquisa em que foram mapeadas as dez características comportamentais mais frequentes em determinado grupo de empreendedores bem-sucedidos. Como resultado, apresentaram as seguintes qualidades: iniciativa, autoconfiança, concentração, organização, curiosidade, persistência, coragem, persuasão, superação e comprometimento.

Como podemos perceber, para o autor, o empreendedorismo relaciona-se a um comportamento. Uma atitude que, para ser germinada, necessita estar inserida em um contexto de relacionamento, de diálogos, de discursos e de ações direcionadas a outros. Embora seja importante considerar o aspecto comportamental do empreendedor uma vez que este concebe e lidera um empreendimento, mantendo relações cooperativas com os envolvidos, focaremos nossa discussão sobre no processo empreendedor que abordaremos mais adiante.

No campo da sociologia, o empreendedorismo é definido como a criação de novas organizações que ocorrem dentro de um processo dependente do contexto social e econômico (THORNTON, 1999). A influência desses fatores sociais, que impulsionam uma ação empreendedora, ainda continuam sob estudo. A autora menciona que as variações

empreendedoras são melhor compreendidas por considerar o ambiente social em que o empreendimento foi criado, porque, além da atividade econômica, o empreendedorismo é um fenômeno social. Deste modo, entender os contextos sociais e culturais que afetam a dinâmica empreendedora é um campo bastante vasto e desafiador.

Ainda sob o ponto de vista sociológico, Simpeh (2011) cita os quatro contextos sociais que, identificados pelo professor Paul D. Reynolds, da *George Washington University*, possuem relação com a oportunidade empreendedora. O primeiro deles é o de redes sociais na construção de relações sociais, ou seja, a capacidade de promover confiança e não oportunismo, mantendo a credibilidade com os outros. O segundo é o contexto de vida do indivíduo empreendedor que engloba sua característica pessoal e a sua situação de vida, impulsionando as suas atitudes, influenciadas por pensamentos que incentivam um fazer significativo para si e para a sociedade. O terceiro contexto é a identidade social, a identificação com o contexto, o que configura um fator decisivo para se tornar um empreendedor. É ressaltado que o contexto social de uma pessoa determina o quão longe ela pode ir, como os grupos menos favorecidos podem superar todos os desafios e obstáculos em busca por melhores condições de vida. E, por fim, o quarto contexto social é chamado de ecologia populacional: para o desenvolvimento empreendedor, os fatores ambientais desempenham um papel importante e precisam ser considerados. O sistema político, a legislação do governo, os clientes, os funcionários e a concorrência são alguns dos fatores ambientais que pode ter um impacto na sobrevivência do novo empreendimento ou no sucesso do empreendedor.

É válido salientar que o campo da teoria antropológica estuda as origens, os costumes, os valores, as crenças e a evolução, ou seja, a cultura de uma comunidade. No empreendedorismo bem sucedido, o contexto cultural deve ser examinado. Segundo Thornton et al (2011), a ênfase é sobre o modelo de empreendedorismo cultural. O novo empreendimento é, pois, criado pela influência de sua cultura. As práticas culturais levam a atitudes empreendedoras como a inovação e a criação, portanto, devem ser consideradas. A característica étnica individual influencia comportamentos e atitudes, pois a cultura reflete as particularidades sociais, étnicas, ecológicas, econômicas, políticas e individuais de cada pessoa.

Já na teoria baseada na gestão, temos a contribuição de autores como Peter Drucker e Howard Stevenson que, em uma abordagem baseada em oportunidades, fornece um quadro amplo para a pesquisa sobre empreendedorismo. Seria, pois, na percepção das oportunidades durante as mudanças que o empreendedor a explora e reage. Vale destacar que Stevenson amplia ainda o conceito, trazendo a desenvoltura como outro comportamento importante na teoria baseada na gestão.

Pode-se salientar também que, no âmbito da gestão, temos a teoria do empreendedorismo baseada no recurso, que, por sua vez, pode ser financeiro, humano ou social. No recurso financeiro é mais comum percebermos as ações realizadas sob esse fator. As ações são, aliás, comumente implementadas quando possuem um aporte financeiro, o que não deixa de ser importante, porém, não é essencial.

Podemos destacar que se tem demonstrado que empreendimentos podem ser fomentados, considerando-se outros recursos importantes. No recurso social, por exemplo, buscam-se oportunidades por meio de um melhor acesso às informações e às redes sociais que geram oportunidades. Já no recurso humano, temos a educação e a experiência como fatores potenciais às oportunidades, uma vez que as experiências e o conhecimento podem ser compartilhados entre os indivíduos, gerando maiores possibilidades de ações empreendedoras.

A seguir, relacionamos, de forma resumida, os conceitos de empreendedorismo do ponto de vista dos campos do conhecimento mencionados acima.

Quadro 04 – Alguns conceitos sobre Empreendedorismo em alguns campos do saber

CAMPO	AUTOR	CONCEITUAÇÃO
Econômico	Simpeh (2011)	São os fatores econômicos que impulsionam a melhoria do comportamento empreendedor.
Psicologia	David McClelland	Definiu empreendedorismo a partir do comportamento empreendedor. Qualidades: iniciativa, autoconfiança, concentração, organização, curiosidade, persistência, coragem, persuasão, superação e comprometimento.
Sociologia	Thornton, (1999) Paul D. Reynolds apud Simpeh(2011)	As variações empreendedoras são melhores compreendidas por considerar o ambiente social em que o empreendimento foi criado. Quatro contextos sociais que possuem relação com a oportunidade empreendedora: - redes sociais (confiança e não oportunismo); - contexto de vida (sua característica pessoal e sua situação de vida); - identidade social (identificação com seu contexto); - ecologia populacional (os fatores ambientais desempenham um papel importante) .
Antropologia	Thornton et all, (2011)	A ênfase é sobre o modelo de empreendedorismo cultural. As práticas culturais levam a atitudes empreendedoras.
Gestão	Peter Drucker Howard Stevenson	É na percepção das oportunidades durante as mudanças que o empreendedor a explora, que reage a ela. A desenvoltura como outro comportamento importante na teoria baseada na gestão.

Fonte: Simpeh (2011). Quadro elaborado pela autora.

Como podemos perceber, o empreendedorismo tem sido considerado em alguns campos do saber e, considerando-se a importância de cada contribuição teórica, é apresentado através de várias definições.

2.1.2 Empreendedorismo no Brasil – Panorama Geral

O Empreendedorismo surgiu no Brasil a partir da década de 1990. Segundo Dornelas (2008), esse fenômeno deu-se pela criação de duas entidades: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e às Pequenas Empresas (SEBRAE) que apoia, dá suporte e consultoria às pequenas empresas e à Sociedade Brasileira para Exportação de *Software* (SOFTEX) que, segundo o autor, confunde o seu histórico com o surgimento do empreendedorismo no Brasil. A SOFTEX tinha, pois, como objetivo levar as empresas de software do país ao mercado externo com ações de capacitação em gestão e em tecnologia junto à incubadoras de empresas, de universidades e de cursos de informática, despertando, assim, o tema empreendedorismo na sociedade.

Algumas ações históricas são apresentadas por Dornelas (2008) e apontam para o desenvolvimento, a implementação e a importância do Empreendedorismo no Brasil. Elaboramos um quadro com algumas delas:

Quadro 5 – Ações históricas que impulsionaram o Empreendedorismo no Brasil

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
Os programas Softex e Genesis (Geração de Novas Empresas de <i>Software</i> , Informação e Serviços).	Apoio às atividades de empreendedorismo em <i>software</i> , estimulando o ensino da disciplina em universidades, e a geração de novas empresas de <i>software</i> (<i>startups</i>). Atualmente, foi reformulado e continua em atividade.
O programa Brasil Empreendedor do Governo Federal.	Capacitação de mais de 6 milhões de empreendedores em todo o país, destinando recursos financeiros a esses empreendedores, o que totalizou um investimento de R\$ 8 bilhões. Este programa vigorou de 1999 até 2002 e realizou mais de 5 milhões de operações de crédito.
Programas Empretec e Jovem Empreendedor do SEBRAE.	Ações voltadas à capacitação do empreendedor. Programas líderes em procura por parte dos empreendedores. Têm ótima avaliação.
Explosão do movimento de criação de empresas pontocom no país nos anos de 1999 e 2000.	Evento pontual, que depois se dissipou, mas que também contribuiu para a disseminação do empreendedorismo. Motivou o surgimento de várias empresas <i>startup</i> (de <i>software</i>) de internet, desenvolvidas por jovens empreendedores.

Enorme crescimento do movimento de incubadoras de empresas no Brasil.	Segundo dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec), em 2010, mais de 400 incubadoras de empresas estavam em atividade no país.
Evolução da legislação em prol das micro e pequenas empresas:	Lei da Inovação, instituição do Simples, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o Programa Empreendedor Individual.
Repercussão na mídia nacional	Semana anual do empreendedorismo mundial, com eventos, workshops, seminários e discussões sobre os resultados anuais da pesquisa GEM e com debates sobre as estratégias para o futuro do empreendedorismo brasileiro.
Os diversos cursos e programas desenvolvidos nas universidades brasileiras para o ensino do empreendedorismo e criação de negócios,	Consolidação da primeira fase do empreendedorismo universitário do país (a fase da disseminação); e o desenvolvimento do ensino de empreendedorismo na educação fundamental, no ensino médio e em cursos técnicos.
A consolidação de programas de apoio à criação de novos negócios	Recursos de subvenção econômica, bolsas, investimentos para empresas iniciantes inovadoras, provenientes de entidades governamentais de apoio à inovação e ao empreendedorismo, tais como FINEP, fundações de amparo à pesquisa, CNPq, BNDES, entre outros.
Aumento da quantidade de brasileiros adultos criando negócios	Melhoria do cenário econômico, possibilitando maior quantidade de oportunidades de negócios, principalmente para empreendedores das classes sociais C e D.

Fonte: Dornelas (2008). Quadro elaborado pela autora.

Percebemos que um cenário voltado à implementação e à consolidação do empreendedorismo estava montado, aliás, ocorreram ações que contribuíram para a aceitação do empreendedorismo como um relevante fator para o desenvolvimento econômico, para a inovação, para a produtividade e para o emprego.

Para Dornelas (2008), essas ações também servem como base para a nova fase do empreendedorismo que, no Brasil, terá ainda mais repercussão com dois importantes eventos que acontecerão: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, estimulando novas oportunidades empreendedoras.

Vale destacar que outra importante contribuição para o mapeamento e para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil são os relatórios publicados pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). O GEM é, pois, um programa de pesquisa aplicado

anualmente que avalia o nível de atividade empreendedora em todos os países participantes. É, por esse viés, um importante relatório que objetiva compreender a realidade empreendedora e o seu desenvolvimento. O programa teve início em 1999, por meio de uma parceria entre o *Babson College*, dos Estados Unidos e a *London Business School*, da Inglaterra. Na primeira versão, foram avaliados 10 países e, em 2012, 69 países foram participantes da pesquisa. É considerado um estudo contínuo sobre a dinâmica empreendedora. Em 13 anos, participaram do projeto mais de 80 países. Atualmente, o GEM é considerado o maior estudo contínuo sobre a dinâmica empreendedora no mundo.

Desde o ano 2000, o GEM é executado no Brasil pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP). Em 2011, passou a contar com o apoio técnico do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas e, atualmente, conta também com a parceria técnica e financeira do SEBRAE, que promove os estudos regionais.

Segundo o relatório GEM 2012, no Brasil, foram entrevistadas 10.000 pessoas entre 18 e 64 anos, residentes nas cinco regiões do país, o que gerou cerca de 2.000 entrevistados em cada, além de 87 especialistas na área.

O relatório aponta três fatores favoráveis ao empreendedorismo brasileiro, são eles: o clima econômico (62,1%), o que revela que a situação econômica do país é favorável e propícia; as normas culturais e sociais (41,4%), que percebem o espírito empreendedor nos indivíduos que persistem frente às dificuldades, muitas vezes, valendo-se da criatividade; e a infra-estrutura comercial e profissional (26,4%), o que configura um elevado acesso à informação permitindo, com mais rapidez, a descoberta de novas oportunidades, através da internet e das redes sociais, bem como através do apoio de vários órgãos, como o SEBRAE.

Quanto aos fatores limitantes, o estudo apresenta os seguintes tópicos: as políticas governamentais (77%), o apoio financeiro (59,8%) e a educação e capacitação (39,1%). Em relação às políticas governamentais, são mencionadas as dificuldades encontradas pelo poder público em fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo de forma consistente e sustentável. Embora tenham ocorrido avanços nesse campo, tais como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a implantação do Simples Nacional e a criação do Empreendedor Individual, fica como gargalo a complexidade do Sistema Tributário Nacional que tem elevadas taxas e excessiva burocracia nas instituições públicas.

Outro dado importante é que, em 2012, segundo o GEM Brasil, estimou-se que 36 milhões de brasileiros (público pesquisado entre 18 e 64 anos) estavam empreendendo algo, ou seja, a Taxa de Empreendedores ou Taxa Total de Empreendedorismo (TTE) é de 30,2%, colocando o Brasil em 10º lugar do ranking mundial. O Relatório afirma que esses dados demonstram “a importância econômica e social do tema e a necessidade de ações governamentais ou não governamentais para sua consolidação” (GEM Brasil, 2012, p. 39).

No Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, temos o exemplo de uma iniciativa interessante que estimula e desenvolve o empreendedorismo: o Prêmio Empreendedor Cultural. A iniciativa é patrocinada pela AES Brasil, empresa de abastecimento de energia elétrica das regiões sul e sudeste, contando com o financiamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, via Lei Pró-Cultura RS e apoio de uma rede de prefeituras municipais, entidades e lideranças comunitárias. É uma política de investimento que fomenta formas inovadoras e sustentáveis de empreender cultura.

O Prêmio tem como objetivos e finalidades¹²:

- Promover o Desenvolvimento Humano sustentado na cultura enquanto livre expressão simbólica, direito humano e atividade econômica;
- Fomentar empreendimentos culturais inovadores, baseados em tecnologias sociais e orientados a gerar benefícios para a comunidade de forma estruturante, democrática e sustentável;
- Ampliar o acesso continuado a meios econômicos e tecnológicos para a fruição, a produção e a circulação cultural em municípios gaúchos;
- Estimular a cooperação entre empreendedores culturais, lideranças comunitárias, poderes públicos municipais e a iniciativa privada;
- Ativar redes de conhecimento e a colaboração entre agentes culturais e sociais;
- Semear a cultura de paz, com valores e práticas de não violência, respeito ao meio ambiente e à diversidade cultural.

¹² Portal Prêmio Empreendedor Cultural. Disponível em: <<http://empreendedorcultural.com.br>>

No Ceará, percebemos iniciativas realizadas com a finalidade de incentivar e de implementar o empreendedorismo; o projeto E-Jovem, por exemplo, atesta essa finalidade. O programa é executado pela Secretaria de Educação do Estado – SEDUC, tendo como princípios a formação continuada, o protagonismo e o empreendedorismo juvenil, assim como a qualificação profissional de jovens concluintes do ensino médio, egressos da rede pública estadual. O projeto busca desenvolver o empreendedorismo social nas comunidades e escolas inseridas, criando uma cultura de responsabilidade social.

2.1.3 Empreendedorismo para fins não econômicos

Com as informações apresentadas até aqui podemos perceber que o empreendedorismo surgiu intencionando proporcionar o desenvolvimento econômico, o que, por esse viés, explica a maioria dos estudos advindos da área da economia e da administração.

Embora isso seja constatado, outros estudos e conceitos foram apresentados em variados campos do saber, como vimos anteriormente. Sendo assim, contextos como o social e o cultural também podem usufruir das características do empreendedorismo, ou seja, podemos adotá-lo para uma ação voltada com fins não econômicos.

Como nosso estudo direciona-se ao empreendedorismo cultural, não aprofundaremos o estudo do empreendedorismo social. No entanto, apresentaremos algumas de suas definições, entendendo que a cultura também está inserida no campo social.

Dornelas (2007) menciona a existência de vários tipos de empreendedores, dentre eles: o nato, o que aprende; o serial, o que cria vários negócios; o corporativo, executivos; o herdeiro, advindo de sucessão familiar; o por necessidade, isto é, o que cria por não ter outra opção; o planejado; e o social. Deste último, apresentaremos algumas características por acreditar que essas também podem ser atribuídas ao empreendedor cultural.

Segundo o autor, o empreendedor social é aquele cuja missão de vida está na construção de um mundo melhor para as pessoas. É o único que não busca estabelecer um

patrimônio financeiro, pois a sua motivação não está em ganhar dinheiro, mas em compartilhar recursos e em contribuir para o desenvolvimento social.

Já para Dees (2001), o empreendedor social desempenha o papel de agente de mudanças, adotando uma missão, criando e promovendo um valor social. Para Melo Neto e Froés (2002) apud Oliveira (2004), por sua vez, o empreendedorismo social tem como objetivo o negócio social, cujo principal foco de atuação é a sociedade civil, tendo como estratégia a parceria entre comunidade, governo e setor privado. Os autores apresentam ainda as diferenças entre empreendedorismo social e empresarial, relacionando as principais características que reproduzimos no quadro a seguir.

Quadro 6: Comparação entre empreendedorismo privado e social

EMPREENDEDORISMO PRIVADO	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
É individual.	É coletivo.
Produz bens e serviços para o mercado.	Produz bens e serviços para a comunidade.
Tem foco no mercado.	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o impacto social.
Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.	Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las.

Fonte: Oliveira (2004) a partir de MELO NETO & FRÓES, 2002, p. 11.

Tal comparação é importante, uma vez que nos proporciona compreender o empreendedorismo e as suas características como um campo do conhecimento também utilizado no âmbito social.

Conforme vimos no capítulo anterior, a cultura, em sua dimensão cidadã, promove a inclusão social. Aliás, o próprio governo federal reconhece esse atributo quando menciona no Plano Plurianual 2008-2011 no objetivo 3 que pretende propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade, relatando ainda o apoio à implementação de Pontos de Cultura na área de inclusão social pela cultura. Nessa dimensão, as suas características são pautadas por uma

lógica que se assemelha com o quadro apresentado acima, porém, com algumas especificações que apresentaremos mais adiante.

É preciso apontar ainda que a área da cultura, segundo Limeira (2008), passou a ser utilizada como aliada na diminuição e/ou nas soluções de problemas sociais.

Assim, a área cultural passou a argumentar que poderia ajudar a resolver problemas sociais como os da educação, bem como abrandar as hostilidades raciais, ajudar a reverter a deterioração urbana com o turismo cultural, criar empregos e diminuir a criminalidade. (LIMEIRA, 2008, p.2)

A cultura passa a ser utilizada como um meio, como um recurso para uma finalidade específica e não como um fim. Para a autora, prender-se a essa estratégia impulsiona a cultura a deixar de ser experimentada como transcendente, pois, enquanto está voltada a resultados práticos imediatos, a mesma deixa de estar em uma esfera autônoma, passando a se integrar à esfera social. (LIMEIRA, 2008)

Diante disso, a cultura passa a integrar um sistema organizado por instâncias estratégicas que promovem, difundem e organizam possibilidades de ação. Os empreendedores culturais, isto é, profissionais que, de forma criativa e inovadora, abrem oportunidades de atuação da cultura, inserem-se nessa dinâmica.

Mas, afinal, o que vem a ser o empreendedorismo cultural? Qual o perfil desse profissional que atua no campo da cultura? É o que passamos a discutir.

2.1.4 O que é Empreendedorismo Cultural?

Esse é um conceito praticamente novo, pois surgiu na década de 1980 com os estudos de Paul Dimaggio¹³, que discutia o papel do empreendedor na formação e na sustentação de organizações culturais sem fins lucrativos. Dimaggio apud Limeira (2008), ao analisar a diversidade de formas das organizações culturais, identificou três tipos:

a) As estruturadas empresarialmente com finalidade de lucro - sustentadas pelas receitas geradas pelo público frequentador de seus espetáculos e produções;

¹³ Professor de sociologia da Princeton University.

b) As sem fins lucrativos – sustentadas por doações privadas e por subsídios estatais;

c) Os pequenos artistas e produtores – organizando-se de modo voluntário e temporário, com sustento precário, dependendo das doações e da contribuições do público e do Estado.

Vale salientar, assim, que o autor menciona ainda que a organização cultural estruturada nos moldes empresariais não se configura como modelo no setor cultural, predominando, desse modo, as de fins não lucrativos e os pequenos grupos de artistas amadores.

Aprofundando um pouco mais esse assunto, nota-se que as organizações culturais possuem três características distintas de gestão, segundo Bilton (2007), que destaca que as mesmas possuem um comportamento diferente frente aos moldes de estrutura operacional das organizações produtivas tradicionais¹⁴. Abaixo, seguem as três características relacionadas:

Quadro 7: Características de gestão das Organizações Culturais

Autogestão	As tarefas gerenciais e operacionais sobrepõem-se, desenvolvendo um estilo empreendedor de "autogestão".
Redefinição da cadeia de valor ¹⁵	Combinação de muitas funções em toda a cadeia de valor com redes de colaboradores em relações formais e informais.
Motivos e valores	Conciliamento de motivos comerciais com prioridades culturais, artísticas e sociais.

Fonte: Bilton (2007) adaptado pela autora

Bilton (2007) menciona ainda que impor formatos prontos, provavelmente, não funcione, uma vez que a capacidade empreendedora de tolerar a sobreposição de tarefas e de

¹⁴ Chamamos de organizações produtivas tradicionais as que se enquadram nos setores da economia, aquelas que se regem pela lógica do mercado e do lucro como: indústrias, empresas privadas do setor de comércio e serviços etc.

¹⁵ Conjunto de atividades desempenhadas por uma organização – relação com fornecedores, produção, venda e distribuição. No campo cultural, ensaiando um paralelo, podemos mencionar as fases de produção, fruição e distribuição cultural.

funções pode ser um indicador de capacidade criativa e, simplesmente, importar estruturas de gestão prontas sem considerar as particularidades que a organização cultural possui, estará fadada ao fracasso. Outro aspecto salientado refere-se ao engessamento, que pode ser proporcionado à medida que a organização hierarquiza, pois o sistema provocaria uma verticalização dos processos de cima para baixo, dificultando uma fluidez nas informações de forma horizontal.

Para Bilton (2007), portanto, os empreendedores culturais são profissionais que não enxergam a cultura como uma esfera autossuficiente e auto-realizável, aliás, buscam sempre abrir espaços e possibilidades: “não estão satisfeitos com a geração de conteúdo, eles também querem se envolver no processo de comercialização e exploração do conteúdo que eles criam.” (BILTON, 2007, p.06)

A noção de empreendedorismo cultural, segundo Limeira (2008), estabelece relação com dois conceitos distintos em suas ações: o de empreendedor, como termo da economia, da administração; e a cultura, amparada pela sociologia e pela antropologia. Esta junção proporciona uma visão realizadora no âmbito das criações e das produções culturais. Um empreender de ações e de discursos mobilizadores e compartilhados.

A autora define ainda o empreendedor cultural como um “mobilizador de recursos criativos e econômico-financeiros, bem como articulador de redes sociais, visando a criação, organização, gestão e sustentação de empreendimentos culturais” (Limeira, 2008, p. 9)

Yúdice (2004) menciona que o papel da cultura expandiu-se para as esferas política e econômica, ao passo que as noções convencionais esvaziaram-se muito. Para ele, nesse contexto globalizado em que vivemos, a cultura deve ser abordada como um recurso.

Se na lógica empreendedora o recurso, como vimos, é um substrato imprescindível à sua dinâmica, a cultura pode ser empreendida, oportunizada e potencializada em todas as suas possibilidades de criação, de fruição e de produção. Em 2005, em entrevista¹⁶ concedida para a Z Cultural, Yúdice refletiu:

¹⁶ Entrevista concedida a Heloisa Buarque de Hollanda em agosto de 2005.. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/heloisa-buarque-de-hollanda-entrevista-george-yudice-agosto-de-2005/>>

Realmente eu sempre fui muito crítico do uso da arte para fins práticos. Mas eu acho que a essa altura eu vou ter que mudar. Já sinto que estou pensando de uma maneira diferente. A arte vai ser usada queira eu ou não. A minha ideia agora é que a cultura seja um recurso. E quando você pensa que a cultura é recurso, o único jogo que existe é o do gerenciamento, da gestão dos recursos. É como na ecologia. Eu poderia continuar com a ideia de arte para transcendência, uma arte para fins não instrumentais, mas mesmo assim a arte vai continuar sendo usada. Eu posso ser artista “puro”, mas quando eu colocar minha arte em um museu, estarei contribuindo com orçamento do PIB da cidade. Quando as pessoas pensam em criar um museu, elas justificam o museu pela arte, mas esse museu vai certamente contribuir para a economia da cidade. Então, queira eu ou não, a arte será sempre um recurso.

Dentro dessa perspectiva, a arte e a cultura, como recurso, passam a requerer uma gestão, um acompanhamento, uma organização do *modus operandi* da atividade cultural para melhor utilizá-la e desenvolvê-la. Limeira (2008) escreveu:

A concepção de empreendedorismo cultural também está ligada ao conceito de redes sociais. Ou seja, o empreendedor não é a de um ator atomizado e individualista, que atua de maneira isolada. Ele é, antes de tudo, um articulador e um forjador de redes, com capacidade de unir e conectar, de maneira muitas vezes inovadora, diferentes atores e recursos dispersos no mercado e na sociedade, agregando valor à atividade produtiva. (LIMEIRA, 2008, p. 8)

Mais uma vez, portanto, notamos a articulação em rede. Percebemos aqui que Limeira, assim como Reynolds *apud* Simpeh (2011) e Bilton (2007), concorda que as redes sociais são importantes fatores a serem considerados em uma ação empreendedora.

Nesse aspecto, voltando ao nosso objeto de estudo, podemos verificar que as articulações em rede dos Pontos de Cultura por meio da TEIA, conforme mencionamos na seção anterior, é uma iniciativa existente no Programa, que pretende fomentar esse sentimento de pertencimento, de sinergia, de conexão entre todos os envolvidos. Esse é, pois, um contexto propício para os empreendedores culturais exercerem a sua capacidade de articulação e de mobilização, transformando as suas ideias em oportunidades.

O empreendedorismo cultural como fator mobilizador e impulsionador de ações na área da cultura busca fundamentos nos vários campos do saber como a economia, a sociologia, a antropologia, a gestão e a psicologia. Esse panorama encontra terreno fértil no âmbito das relações individuais e coletivas, configurando uma rede de ações, de discursos e de mobilizações impulsionadas pelas várias identidades representadas, pelos costumes, pelas crenças, pelos valores e pela vontade de realização. É preciso, assim, empreender como ação realizadora, não pautada pela lógica do capital, do lucro, mas, sim, pela lógica das relações

sociais, das dinâmicas das redes, da autogestão, das buscas e das conquistas individuais e coletivas, fomentando um contexto sociocultural digno e sustentável.

Nessa perspectiva, a lógica articuladora do Programa Cultura Viva, que tem no Ponto de Cultura a sua “espinha dorsal”, pretende com as suas ações materializar a dinâmica transversal, alcançando políticas públicas de reconhecimento da diversidade, assim como a participação de inúmeros entes, grupos, associações, coletivos e artistas nesse Brasil de diversas culturas.

Todavia, problemas de gestão foram detectados e apresentados em pesquisas de avaliação do programa Cultura Viva. O IPEA realizou uma avaliação do mesmo e, ao questionar alguns gestores dos Pontos de Cultura acerca da adequação do programa ao mundo da cultura e o porquê de seus motivos, as respostas enfatizaram os problemas de gestão, sendo bem criticados os quesitos como implementação e execução, o que se contrapôs ao bom desenho conceitual do programa (IPEA, 2010). O quadro a seguir apresenta as respostas que apareceram na pesquisa com maior frequência.

Quadro 8 – Respostas dos gestores dos Pontos de Cultura ao questionário de avaliação do Programa Cultura Viva

“A filosofia do programa, sim. O programa deu a oportunidade da cultura realmente ser viva, mas a burocracia não. É preciso mudar a parte burocrática, ela amarra a filosofia da coisa”.
“Como teoria, está. O problema é a gestão”.
“Conceitualmente, sim. O que não está adequada é a gestão do programa (pelo MINC), pois devido à descontinuidade as conquistas obtidas acabam sendo prejudicadas”.
“Em termos de filosofia, a proposta está adequada; porém, na operacionalização, os requisitos legais tornam difícil a realização das atividades”.

Fonte: IPEA - Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania (2010, págs. 36-37)

Pergunta realizada: O programa Cultura Viva está bem adequado à realidade do mundo da cultura? Por quê?

Além disso, a avaliação também apontou que os maiores problemas enfrentados pelos Pontos de Cultura relacionam-se aos repasses de recursos que sofrem descontinuidades e atrasos, cujas razões encontram-se na complexidade dos procedimentos, nos contingenciamentos, nas mudanças de regras e nas prestações de contas complicadas.

Percebemos, dessa forma, que as organizações culturais empreendedoras necessitam de flexibilidade, uma vez que a imposição de estruturas prontas, engessadas, compromete o andamento das ações dos Pontos de Cultura, cujos produtos culturais necessitam de fôlego e espontaneidade que abram espaço para o criativo manifestar-se.

Foram ainda apresentadas na avaliação algumas soluções imediatas como a simplificação de procedimentos, a articulação com outras políticas públicas e a ampliação do montante de recursos do MINC/Redes. Para isso, no entanto, como o funcionamento do setor público é definido por marcos legais, esses teriam que sofrer mudanças. Outra solução apresentada seria a descentralização de recursos para os municípios e a capacitação das equipes dos pontos. Segundo o IPEA, em parte, essas alternativas contornam problemas e dificuldades do MINC, devido às suas limitações institucionais.

Turino (2009) ressalta que as leis, normas e decretos são definidos sem considerar a experiência real e as mesmas “deveriam funcionar como uma roupa que deve se adequar às medidas de que vai vesti-la e não como armaduras às quais estruturas vivas precisam se adequar.” (TURINO, 2009, p.155)

A gestão e o controle são necessários e imprescindíveis, porém, de forma a respeitar a particularidade dessas organizações, que, inseridas no campo cultural, têm pouco contato com as burocracias do sistema público.

2.1.5 Algumas diferenças entre Empreendedorismo e Empreendedorismo Cultural

Como vimos, a lógica de atuação das organizações produtivas tradicionais diferem da dinâmica de funcionamento das organizações culturais. O empreendedorismo cultural e a sua lógica mobilizadora oportuniza a movimentação de ideias por meio da inovação e da criatividade, apropriando-se, dentre outros, de recursos financeiros, humanos e materiais, gerando resultados para a organização e para a comunidade em que a mesma está inserida.

Assim como no campo social, podemos propor, com base nos dados apresentados até aqui, a seguinte relação entre as características do empreendedorismo cultural e do empreendedorismo privado.

Quadro 9: Empreendedorismo privado x Empreendedorismo cultural

Empreendedorismo Privado	Empreendedorismo Cultural
É individual.	É coletivo.
Produz bens e serviços para o mercado.	Produz bens culturais para a sociedade.
Tem foco no mercado.	Tem foco na produção cultural, na fruição e na distribuição cultural.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o valor cultural.
Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.	Visa promover a cultura e suas manifestações gerando transformações sociais.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de MELO NETO & FRÓES, 2002, p. 11 apud Oliveira (2004).

2.1.6 - A dinâmica da ação Empreendedora Cultural

Baseando-se nas informações do tópico anterior, podemos perceber que a dimensão da ação empreendedora nas organizações culturais vale-se de princípios relacionados à natureza do propósito de cada instituição, ou seja, são organizações cujas razões de existência estão relacionadas a uma dimensão da cultura que necessita de processos voltados à coletividade e à produção de bens culturais. Produzindo, fruindo e distribuindo produtos culturais, promovem-se valores culturais e uma dimensão cidadã que colabora com transformações sociais.

Tendo em vista essas considerações e, a partir dos referenciais teóricos estudados, identificamos, a seguir, categorias que julgamos importantes na dimensão da ação empreendedora cultural.

Quadro 10: Dimensões da Ação Empreendedora Cultural

DIMENSÃO	CATEGORIAS
Ação Empreendedora Cultural	Autogestão.
	Articulação em rede.
	Busca de oportunidades.
	Sustentabilidade.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.

Tais categorias apresentam-se como aspectos importantes do empreendedorismo e servirão, portanto, como referências para o nosso estudo.

3. CAPÍTULO 3

ACARTES – UM PONTO DE REPERCUSSÃO

No capítulo anterior apresentamos o contexto sociopolítico do Brasil quando foi lançado o Programa Cultura Viva, discorremos sobre os Pontos de Cultura - a ação mais importante do programa - e apresentamos os conceitos relacionados ao empreendedorismo, tecendo análises sobre esses no empreendedorismo cultural.

O Ponto de Cultura, conforme mencionamos, é um organizador da cultura a nível local, uma ação que propõe uma articulação e uma mobilização, por sua dinâmica estratégica, baseada na autonomia, no protagonismo e no empoderamento.

No presente capítulo, apresentaremos, de forma geral, a história do bairro Pirambu e o histórico da associação sem fins lucrativos Academia de Ciências e Artes - ACARTES, que se tornou Ponto de Cultura durante a primeira edição do Programa Cultura Viva e tem-se mantido após a finalização do convênio com o Ministério da Cultura com ações empreendedoras de sustentabilidade, apresentando suas ações de repercussão.

3.1. O PIRAMBU – HISTÓRIA DE REIVINDICAÇÕES E DE LUTAS SOCIAIS

O Pirambu encontra-se na zona Oeste da área litorânea da cidade de Fortaleza e é considerada a maior favela do Ceará. Está a 3 km do centro da cidade. O bairro faz parte do Grande Pirambu, que compreende os bairros: Barra do Ceará, Cristo Redentor e o Pirambu, propriamente dito. Abrange uma área de 586,1 km², sendo de 42.878 a população residente em

domicílios¹⁷ particulares e em aglomerados subnormais¹⁸, tendo uma média de 3,7 moradores e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,391, segundo o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O bairro surgiu como resultado dos constantes deslocamentos de agricultores vindo do sertão, fugindo das precárias condições de sobrevivência, instalando-se e convivendo com os pescadores que moravam e que viviam de pescas na região.

A partir da década de 1940, os movimentos populares em todo o Brasil começam a crescer e no Pirambu já se percebia certo nível de organização nesse sentido. A igreja católica teve importante participação, trazendo novas ideias sociais trazidas pelos padres. O padre Hélio Campos, vale destacar, deu novos rumos ao Pirambu, pois criou o Centro Social Paroquial Lar de Todos (CSPLT), em 1964, que, desde então, auxilia relações conflituosas.

A história do Pirambu reporta-se a registros de lutas e de conquistas sociais. Em 1960, o bairro contou com o apoio da Igreja Católica que, intermediária junto ao poder público, lutava em favor dos moradores, evitando a expulsão dos mesmos. Liderados pelo padre Hélio Campos, promoveu-se um movimento que gerou muita repercussão na época: a Marcha do Pirambu, que aconteceu em janeiro de 1962.

Segundo Costa Monteiro *et al* (1999), com a realização da Marcha, as portas abriram-se para o Pirambu, pois o fato projetou o bairro como um dos pioneiros dos Movimentos Sociais Urbanos de Fortaleza. Como resultado, o povo conquistou o direito à terra com o apoio de Virgílio Távora, então governador na época.

Em 1969, o bairro foi dividido em duas paróquias: Nossa Senhora das Graças e Cristo Redentor. Isso trouxe divisões e conflitos, comprometendo a identidade do bairro. Em 1973, criou-se ainda a avenida Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, a conhecida Leste-Oeste. Em décadas seguintes, vale apontar, ocorreu o surgimento de vários líderes comunitários, de várias associações que lutaram e reivindicaram por melhorias no bairro.

O movimento cultural do Pirambu é bem diversificado. As manifestações artísticas surgem como herança dos retirantes do interior que vinham para a capital, trazendo

¹⁷ Domicílio: é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Para mais informações sobre o tema ver Censo Demográfico 2010-IBGE.

¹⁸ Aglomerados subnormais: é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Para mais informações sobre o tema ver Censo Demográfico 2010-IBGE.

tradições folclóricas e artesanatos, tais como bordado, tapeçaria, bolsas de palha, escultura em madeira, etc.

Apesar de o registro da história da arte no bairro ser bem recente, os antigos moradores falam da existência de grupos folclóricos, como foi o do pastoril e do bumba meu boi, do seu “Josa”, e também do Maracatu, que se reunia na rua Nossa Senhora das Graças para seus ensaios, na casa do senhor “Zé Bembem”. Estes se preparavam o ano inteiro para desfilar o carnaval de rua de Fortaleza. (COSTA, MONTEIRO et al, 1999, p.37)

Muitos artistas contribuíam com a arte do Pirambu, desde poetas populares, cantadores de viola, emboladores de coco a artistas plásticos, como Chico da Silva: a figura mais famosa. Ao ser incentivado por um pintor suíço, Chico da Silva, aliás, ganhou fama, fazendo exposições de seus trabalhos em Fortaleza, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Salvador e no exterior em países como a Suíça, a França, a Espanha e a Itália, dentre outros.

Alguns grupos, coletivos, movimentos e encontros de artistas foram criados, atestando o interesse em preservar e em reconhecer as diversas atividades artísticas e culturais no bairro. No final da década de 60, foi formada a União dos Compositores do Pirambu. No início dos anos 80, surgiu o grupo musical Pirão dando novo impulso aos compositores do bairro.

Outro impulsionador das atividades artísticas e culturais, que surgiu como decisão do 2º Encontro de Artistas do Pirambu, foi a criação, em 25 de setembro de 1983, do Movimento de Cultura Popular do Pirambu (MOCUPP). O MOCUPP tinha como objetivo aglutinar os artistas em torno de uma proposta abrangente, unificando a luta por melhores condições de trabalho, colocando em pauta das discussões “aspectos inerentes ao próprio fazer artístico, bem como à defesa da comercialização da arte” (COSTA, MONTEIRO et al, 1999, p.37)

Buscando organizar os artistas por atividade, o MOCUPP dividia-se em três setores: teatro, literatura-música e artesanato. Segundo Gerardo Damasceno, ator, dramaturgo e diretor da ACARTES, o Movimento veio para melhorar as condições do próprio fazer artístico.

Assim foi criado o MOCUPP. Havia naquela época sete grupos de teatro atuando na área. Nesse período, realizou-se uma Mostra de Teatro Amador, que tinha como objetivo a escolha do espetáculo que iria representar o Ceará no Festival Nacional de Teatro, e o grupo Palmares, aqui do Pirambu, concorrendo com a peça Fábrica Ativa Organizar, de Raimundo Cavalcante, foi o grupo escolhido. Assim um grupo do Pirambu foi representar o Ceará no Festival Nacional realizado em Recife, Pernambuco. Isso proporcionou grande destaque para o movimento artístico do bairro. (GERARDO DAMASCENO APUD COSTA, MONTEIRO et al, 1999, p.38)

Outro aspecto importante é, pois, o engajamento com outras entidades de movimento popular do bairro, tais como os sindicatos e as associações de moradores. O MOCUPP também foi fundamental como articulador da campanha Diretas Já, movimento civil desencadeado no período de 1983-1984, que reivindicava eleições diretas para a Presidência da República.

Podemos perceber que o bairro Pirambu teve uma recorrente participação em movimentos sociais e culturais de reconhecimento, de emancipação e de reivindicação. Um bairro que buscou e ainda busca melhorias contínuas em seu cotidiano.

Para preservar a história e a memória do bairro, documentando informações, artigos, fotografias, vídeos e as diversas informações acerca do Pirambu, cria-se, em setembro de 1992, o Centro Popular de Documentação e Comunicação do Pirambu – CPDOC. Para a coleta de informações e registros acerca do bairro foi realizada uma gincana cultural pró-memória do Pirambu, que conseguiu engajar toda a comunidade. Como resultado, o CPDOC possui hoje um acervo de artigos sobre o bairro desde a década de 1930, além de uma pinacoteca, uma biblioteca, uma videoteca, bem como registro de fotos datadas desde 1953. Percebemos, com tal iniciativa, a preocupação dos moradores em proporcionar um grande acervo de registros que resgatasse e que preservasse a memória do Pirambu.

Observamos que o engajamento da comunidade, as lutas, as conquistas, a disposição em preservar a história e a identidade, reforçam o sentimento de pertencimento, de identidade do bairro e é, pois, diante desse cenário que um grupo de pessoas imbuídas em gerar transformações por meio das artes, cria a Academia de Ciência e Artes (ACARTES) que se tornou Ponto de Cultura em 2004 e cujo histórico apresentamos a seguir.

3.2. A ACARTES – HISTÓRICO E SURGIMENTO

A Academia de Ciência e Artes (ACARTES) funciona no bairro do Pirambu, no município de Fortaleza-CE e desenvolve atividades culturais através da formação de jovens e adolescentes em diversas linguagens artísticas, dentre elas a linguagem do audiovisual, que é o seu foco de atuação principal.

Iniciada por remanescentes de um grupo de doze pessoas que participavam de antigos movimentos culturais do bairro, o Movimento Cultural e Político do Pirambu (MOCUPP), o Centro de Ativação Cultural (CAC) e o Centro Popular de Cultura (CPC), surgiu da necessidade de se constituir legalmente¹⁹, pois, embora já se realizassem ações culturais para concorrer a editais, valia-se da parceria de outras instituições, tais como associação de moradores, sindicatos, escolas ou entidades importantes no contexto da comunidade do Pirambu, mas que não tinham como ação principal a cultura.

Para suas atividades acontecerem, utilizavam as instalações de outra associação, ficando à mercê dos horários vagos para a realização de suas atividades como encontros, ensaios, aulas, reuniões, etc. Porém, apesar dessa condição, conseguiram realizar muitas ações culturais, como mostra de poesias, peças de teatro, feiras culturais, exposições de filmes – Cine Clube, dentre outras.

Diante disso, a ACARTES foi fundada em 13 de outubro de 2002 e no artigo 2º de seu Estatuto²⁰ constam as seguintes finalidades:

- I - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- II - Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- III - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- IV - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- V - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- VI - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos

¹⁹ Criação legal da organização com criação do Estatuto Social, CNPJ, registros em cartório e demais requisitos para abertura e funcionamento de uma instituição.

²⁰ Finalidades contidas no estatuto de constituição jurídica da ACARTES. Acervo institucional da organização.

técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Podemos constatar que o principal foco da ACARTES era promover o desenvolvimento cultural e local com ênfase na questão artística e econômica, proporcionando a transformação social. Além disso, utiliza-se de novos modelos alternativos de produção, como veremos mais adiante.

No início de suas atividades, a organização ofertava oficinas de artes plásticas, de história da arte, de interpretação para teatro, de teatro de bonecos, e tinham, em média, 40 alunos aumentando esse número para 200, quando se tornou Ponto de Cultura.

3.3. A ACARTES COMO PONTO DE CULTURA

A ACARTES participou do primeiro edital do Ponto de Cultura em 2004, lançado à época pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), hoje Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC).

O primeiro edital selecionou 100 projetos em todo o Brasil e a ACARTES foi contemplada dentre os treze projetos aprovados no Estado do Ceará. A associação foi conveniada no mesmo ano, porém, o primeiro recurso foi disponibilizado no início de 2005, segundo informações do gestor do Ponto que expressou insatisfação com o atraso do repasse das verbas do convênio. O recurso vindo do Ministério da Cultura encerrou-se em 2006, quando deixaram de receber o convênio.

Após o convênio, em 2004, passaram a atender 200 jovens, que eram estimulados também pela bolsa que o Programa Cultura Viva inicialmente ofertava para o Ponto de Cultura. O atendimento aos jovens deveria acontecer durante o espaço de dois anos, sendo 50 jovens por semestre, totalizado os 200. Porém, devido à alta procura, essa foi a quantidade atendida logo no primeiro semestre durante os turnos da manhã, da tarde e da noite.

Com a demanda e o choque na agenda da outra associação parceira que sedia o espaço, alugaram uma casa para montar a sua sede e iniciaram um processo de estruturação. Reformas foram realizadas e salas construídas, gerando uma ampliação vertical do espaço e, posteriormente, a aquisição da casa. Atualmente, a ACARTES possui um prédio, que, embora seja pequeno, tem 03 andares e um pequeno terraço que serve como mirante e é o espaço onde se realizam algumas reuniões.

A nova sede, com 115m² de área e segundo pavimento de 60m², tem cinco dependências entre salas e uma pequena cozinha, possibilitando a ACARTES ofertar oficinas nos turnos da manhã, da tarde e da noite nas áreas de teatro, de artes visuais na modalidade vídeo, de artes plásticas e de maquinaria. As ações são registradas em sua ilha digital, uma das exigências do Programa Cultura Viva para todos os Pontos de Cultura.



Figura 2 – Sede da ACARTES no Pirambu e suas dependências

Fonte: Foto retirada durante as pesquisas – 2012

Atualmente, a ACARTES possui, em seu acervo, os seguintes equipamentos:

Quadro 11: Equipamentos de audiovisual da ACARTES

• 04 câmeras HD 1000
• 01 Câmera Z-7
• 02 ilhas Mac com o programa de edição Final Cult
• 04 ilhas de edição (Sistema operacional do Windows com o programa Adobe Premier)
• 06 refletores de luz fria (kinofluor)
• 01 kit de luz quente - 02 refletores fresnel de 650w - 02 refletores de 1.000w - 02 refletores de 2.000w
• 04 tripés de luz
• 01 mini-grua de 3m

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa. Quadro elaborado pela autora.

Além desses equipamentos, a ACARTES também fabrica o próprio maquinário e acessórios, comercializando-os também por encomenda. Dentre eles, temos:

Quadro 12: Equipamentos fabricados na ACARTES

Tripés
Grua
Cabeça de efeitos – grande e pequeno
Garra jacaré
Super garra
Garra Loel
Praticáveis de ½ metro e 1 metro
03 tabelas
Banquetas

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa.

É notório perceber que, a partir do momento em que se tornou Ponto de Cultura, a ACARTES teve um salto de qualidade tanto na estrutura física como na ampliação da oferta de cursos e de atividades culturais para a comunidade.

À medida que caminhavam nessa nova condição, perceberam que, após a capacitação e o estímulo dado aos jovens quanto ao contato com a arte e a cultura, ocorria, por vezes, o não aproveitamento dos mesmos no mercado de trabalho. Uma realidade bem que ainda perdura nos dias atuais, uma vez que a oferta de atividades ocupacionais voltadas à área cultural são poucas, considerando a demanda. Some-se a isso o fato de que o jovem era cobrado para conseguir um emprego e, assim, ajudar na renda familiar, o que lhe impulsionava a buscar qualquer alternativa como ocupação profissional.

3.4. A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE

A ACARTES, prosseguindo em suas atividades, iniciou um processo de busca por um formato que proporcionasse criar um meio de sobrevivência no meio artístico. A partir dessa perspectiva, começaram a ofertar as oficinas com esse viés, intensificando o empreendedorismo e a construção de um mercado de trabalho na área cultural.

As oficinas ofertadas tinham como objetivo estimular o contato dos alunos com o campo da cultura e as suas diversas possibilidades. Eram discutidas políticas de cultura, empreendedorismo, questões sociais e econômicas, debatendo-se a inserção no mercado de trabalho, a capacitação e a necessidade de filiação aos sindicatos, às associações da classe artística, bem como a busca por outras instâncias de conhecimento na área cultural. Ou seja, inseria-se o aluno no contexto sociocultural e econômico.

Para além de oficinas em seu formato inicial, que estimulavam o contato do jovem com algumas atividades culturais em aulas de formato tradicional²¹, a ACARTES começa a pensar em um formato de capacitação que pudesse estimular o empreendedorismo, as atividades práticas, as incubadoras e uma ação de sustentabilidade para o projeto.

²¹ Entenda-se “tradicional” o formato adotado na maioria dos cursos e que consiste no repasse das informações em quadro branco, entrega de apostilas, trabalhos em sala de aula, provas e entrega de notas.

À medida que avançavam em suas atividades e na busca por novas perspectivas de atuação, a ACARTES decide produzir e comercializar seu próprio equipamento, acessórios para a área do audiovisual como: guias, tripés, dentre outros, durante a Oficina de Produção de Maquinário.

Durante a oficina são aproveitados materiais recicláveis e restos de alumínio fundido. A peça era apresentada como modelo e, assim, o material era aproveitado para a confecção de guias²², tripés e outros equipamentos. Na própria associação um torneiro mecânico da comunidade faz a usinagem²³ e dá o acabamento para depois ser comercializado. No caso da guia, a ACARTES já vendeu o equipamento para Cabo Verde, na África e para alguns estados brasileiros, totalizando a venda de 15 guias. Atualmente, adotam como estratégia vender, juntamente com a guia, um kit com um jogo de acessórios e suportes como as três tabelas com três peças de ferro, um jogo de banquetas e um praticável, conforme demonstrado nas figuras abaixo.



Figura 3 – Equipamentos Guia com tripé produzidos na ACARTES

Fonte: Foto retirada durante as pesquisas – 2012

²² Guia – equipamento de audiovisual onde se prende a câmera de vídeo e é utilizado para conferir um movimento contínuo na vertical (para cima ou para baixo) durante as gravações.

²³ Segundo o dicionário Michaelis *usinagem* é o ato ou efeito de *usinar* que consiste em submeter um material em estado bruto à ação de uma máquina-ferramenta; trabalhar, acabar, fazer a máquina-ferramenta.



Figura 4 – Equipamentos: jogo de banquetas (esquerda) e três tabelas (direita)
Fonte: Acervo ACARTES

Percebemos, então, um formato que estimula a criatividade, formando cadeias produtivas que possibilitam a geração de emprego, de renda e de sustentabilidade para a organização.

Em torno dessa discussão, fomenta-se o empreendedorismo, estimulando a criatividade e um processo novo em suas práticas enquanto Ponto de Cultura. Em 2005, a ACARTES estimula a realização de um projeto de produção de um longa-metragem chamado “Poço da Pedra”. O objetivo era realizá-lo aproveitando ao máximo os alunos e os técnicos formados pelo Ponto. O projeto do filme foi apoiado, via lei Rouanet, pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura e, claro, pelo próprio Programa Cultura Viva.

A utilização da Lei Rouanet demonstra que este mecanismo de incentivo fiscal é útil como outra estratégia de fomento, facilitando os processos de estímulo à realização e à difusão da cultura.

Em 14 de abril de 2011, o filme foi exibido pela primeira vez para a imprensa e para convidados no Theatro José de Alencar. Uma exposição dos maquinários confeccionados e utilizados durante o filme foi realizada na ocasião. Célio Turino, que, na época, era o então secretário da Secretaria da Cidadania Cultural do governo Lula foi o grande homenageado.



Figura 5 – Cena do filme Poço da Pedra
Fonte: Acervo ACARTES

Para a realização do filme, a ACARTES alugou uma propriedade de 10.000 m² em Itaitinga, município a 25 quilômetros de Fortaleza e construiu uma cidade cenográfica. Em seguida, adquiriram a propriedade e começaram, então, a produzir os 14 cenários que compunham o enredo do filme. Todos foram construídos como resultado da oficina de direção de arte, assim como os figurinos foram concebidos durante a oficina de Direção de Figurino e a interpretação foi elaborada com a Oficina de Atuação.



Figuras 6 e 7: A igreja e a delegacia na cidade cenográfica – Itaitinga-CE
Fonte: Fotos retiradas durante as pesquisas – 2013

A repercussão começou a surgir e iniciaram a produção de outro projeto para concorrer, à época, a um edital da prefeitura com o filme “Bota camisinha”, que conscientizava sobre as doenças sexualmente transmissíveis. Um curta-metragem que foi também aprovado e premiado. Posteriormente, foi vendido ao Ministério da Saúde e, atualmente, é transmitido esporadicamente pela TV Brasil. O filme foi todo produzido dentro da comunidade do Pirambu, ou seja, os participantes foram os próprios alunos das oficinas de audiovisual, sob a orientação dos instrutores e a participação acontecia em todas as áreas de produção do filme. Os alunos adaptaram um conto literário para roteiro em vídeo e participaram da produção executiva de todo o processo artístico, passando a gravação e a edição do mesmo.

A ACARTES possui uma produção audiovisual bem diversificada. As principais produções estão relacionadas no quadro a seguir:

Quadro 13 – Principais produções em audiovisual da ACARTES

TÍTULO DA OBRA PRODUZIDA	DATA	SUPORTE DE CAPTAÇÃO	SUPORTE DE FINALIZAÇÃO	DURAÇÃO
Série A nova arte de se comunicar nos assentamentos	2013	HD	DIGITAL	144 min.
Poço da Pedra	2011	digital	Digital	137 min.
Dent”d” hora	2010	digital	Digital	20 min.
Amor Adolescente	2009	digital	Digital	52 min.
Pelada na Areia	2009	digital	DIGITAL	100 min.
Bota Camisinha	2007	digital	Digital	15 min.
Robes O Mestre da Zona Oeste	2006	Mini DV	BETA DIGITAL	15 min
O Filme	2003	Mini DV	Mini DV	12 min

Fonte: Acervo institucional da ACARTES.

3.4.1 – Por uma metodologia própria

Como podemos perceber com a descrição acima, a ACARTES criou um formato próprio de oficinas, que tem uma característica peculiar. Embora ainda tenham ministrado oficinas no formato tradicional por um determinado tempo, começaram a adotar o formato intensivo como diferencial.

Segundo o diretor da instituição, o aluno aprende fazendo, participando e realizando todas as etapas de uma produção audiovisual. O processo é imersivo. Durante um período de 01 semana, o aluno vivencia as fases de produção em audiovisual. Durante a formação, a cada dia da semana, o aluno tem contato com os seguintes temas:

Quadro 14 – Oficina imersiva de audiovisual da ACARTES – Conteúdo programático.

Dias da Semana	Temas trabalhados durante a formação
1º Dia	<p>Oficina de roteiro</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visão panorâmica da realização de um filme (estudos de making off²⁴; - Exibição de filmes e debates sobre a os elementos utilizados na produção; - As etapas da roteirização: storyline²⁵, sinopse, argumento, roteiro literário no método convencional e o adotado pela ACARTES: uma história criada coletivamente sob a condução doicineiro posterior roterização.
2º Dia	<p>Oficina básica de operação de câmera</p> <ul style="list-style-type: none"> - Familiarização com o equipamento; - Planos e movimentos das câmeras; - Introdução sobre linguagem cinematográfica.
3º Dia	<p>Oficina de produção do roteiro</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura e ensaio do roteiro realizado no dia anterior; - Primeiro tratamento; - Seleção de elenco; - Ensaio com os atores (alunos).
4º e 5º Dia	<p>Gravação das imagens</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gravações sob orientação doicineiro que corrige inadequações no posicionamento de refletores, microfone, marcação de atores, etc.

²⁴ O “making off” é um documentário em vídeo e som do que acontece nos bastidores da produção de um produto audiovisual.

²⁵ Storyline é a “linha da história”- um resumo da história que se transformará em roteiro.

6º Dia	Edição do vídeo - Programa de edição, captura de imagem, decupagem ²⁶ , montagem, finalização, .exportação e gravação na mídia.
7º Dia	Retorno para casa

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.



Figuras 8 e 9: Oficinas imersivas em audiovisual – Itaitinga-CE

Fonte: Acervo ACARTES

Durante a oficina de operação de câmera, a turma de 20 alunos dividia-se em quatro grupos de cinco participantes e, cada grupo, em posse de uma câmera entrevistavam uns aos outros, capturando as imagens. Após a finalização da atividade, as imagens eram exibidas, comentadas e analisadas, discutindo-se sobre algum problema durante as gravações, como enquadramento mal elaborado, cenas tremidas ou fora de foco, luz estourada, etc. À medida que as correções eram feitas, os conceitos teóricos eram disseminados.

Esse formato de oficina imersiva acontece de forma gratuita quando o projeto é patrocinado ou, no formato pago tem um custo de R\$1.000,00 por aluno, incluindo as oficinas, a hospedagem e a alimentação.

Com a estruturação da ACARTES, os convites começaram a surgir. Viagens a festivais, divulgando as ações do Ponto e o formato de suas oficinas começaram a acontecer.

²⁶ Decupagem – Segundo o “Dicionário teórico e crítico de cinema” de Jacques Aumont e Michel Marie, decupagem é a preparação do filme sobre o papel, com seguimento de planos e de sequências e serve de referência para a equipe técnica.

Com a repercussão e na busca pela sustentabilidade, a ACARTES foi convidada a ministrar oficinas em Cabo Verde, em Moçambique e em Angola. Concomitantemente, concorriam a editais, inscrevendo projetos cujo intuito era difundir e expandir as ações do Ponto para outras comunidades, municípios, estados e países. Como exemplo, inscreveram um projeto no Ministério das Relações Exteriores para trabalharem o formato dessas oficinas em cinco países africanos de língua portuguesa.

No Estado do Ceará, por sua vez, as oficinas aconteceram nos municípios de Itaitinga, Redenção, Canindé, Guaramiranga, Cascavel e Jijoca de Jericoacoara, dentre outros. Vale destacar que, em Redenção, a oficina foi destinada a alunos de 06 países, sendo 05 africanos e os demais brasileiros. Os alunos eram estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Conforme Damasceno, diretor da instituição:

(...) a gente começou a ver a possibilidade de criar condições de sobrevivência no meio artístico. Aí, então começamos a tocar as nossas oficinas com esse viés. Intensificamos a questão do empreendedorismo e intensificamos essa discussão da construção de um mercado do trabalho, da necessidade de se filiar ao SATED – Sindicato dos artísticas e técnicos, da necessidade de não estacionar com o conhecimento que é dado aqui, mas procurar outras instâncias de conhecimento na área(...) Quando íamos para Festivais e mostrávamos o processo a gente começou a ser convidado. Quando eu ministrava oficina em vários estados do Brasil nesse formato de tudo acontecendo em uma semana. E a gente foi convidado para ir a Cabo Verde dar a mesma oficina, capacitar pessoas por lá. Agora nós temos convite para irmos pra Moçambique e Angola.²⁷

Aqui podemos perceber o aspecto disseminador que as ações do Ponto de Cultura ACARTES vêm atingindo desde a sua criação. Além disso, a relação com universidades, escolas, associações e governos confere o caráter de articulação e parcerias que o Ponto de Cultura possui. Abaixo, apresentamos as principais atividades desenvolvidas pela ACARTES. Com exceção da Produtora Social, que foi realizada pela própria organização, as demais atividades estão relacionadas com os respectivos parceiros envolvidos.

²⁷ Entrevista concedida na própria sede ACARTES em 06 de dezembro de 2012.

Quadro 15 – Principais atividades e parceiros envolvidos

ATIVIDADE	PARCEIRO ENVOLVIDO
Produtora Social	ACARTES
Formação em audiovisual para Jovens em Jericoacoara	Banco do Nordeste do Brasil - BNB
Projeto de formação em Audiovisual e Comunicadores	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Pontão Polo de Produção Audiovisual do Ceará	Ministério da Cultura - MINC
Ponto de Cultura Projeto Escola de Artes	Ministério da Cultura - MINC
Oficina de linguagem básica de vídeo para alunos da rede municipal de ensino	Secretaria Municipal de Ensino
Produção do vídeo ficção Bota Camisinha, que trata da discussão de combate às doenças sexualmente transmissíveis	Secretaria Municipal de Saúde

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa

A partir de 2009, a ACARTES foi convidada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ceará (INCRA/CE) para desenvolver a oficina imersiva de audiovisual para os jovens no projeto “Arte Cultura e Comunicação: Fortalecendo os Territórios da Cidadania”, projeto concebido pelo Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA).

O PACRA surgiu com o intuito de proporcionar formação, difusão, intercâmbio, registro e preservação da produção artístico-cultural nos assentamentos, de forma a valorizar a diversidade desta produção, gerando novas oportunidades formativas, geração de renda e de reconhecimento dos assentados enquanto produtores de cultura. Embora não seja nosso objeto de estudo analisar especificamente essa ação da ACARTES, julgamos interessante mencioná-la, uma vez que demonstra um desdobramento da ação formativa em audiovisual com jovens das comunidades dos assentamentos.

A ação consistiu na capacitação em audiovisual para jovens de alguns assentamentos do Estado do Ceará, tais como: Todos os Santos e Tiracanga II, em Canindé; Santana, em Beberibe; Recreio, em Quixeramobim; Cachoeira do Fogo, em Independência; Coqueirinho, em Fortim; Sabiaguaba, em Amontada; e Barra do Leme, em Pentecoste. A capacitação aconteceu em Itaitinga com oficinas de técnicas de fotografia, de som, de edição,

de figurino, de maquiagem para cinema, de produção e de captação de recursos. Ao final, os jovens produziram vídeos documentários sobre suas comunidades.

Tais assentamentos foram escolhidos por possuírem equipamentos audiovisuais, computadores e acesso à internet. Vale destacar ainda que o assentamento Coqueirinho, localizado no município de Fortim, promoveu a criação do Núcleo de Audiovisual do Assentamento Coqueirinho (NUAC), com o apoio do Programa BNB de Cultura.

Nesse contexto, a ACARTES, em parceria com o projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA) e com o NUAC, propuseram o projeto Rede de Audiovisual do Campo – (RACA), a ser integrada num primeiro momento por onze assentamentos.

A rede tem, pois, como objetivo promover, apoiar e consolidar o núcleo de audiovisual em cada assentamento, proporcionando geração de renda e a permanência do jovem em suas comunidades. Além disso, a rede estimula a continuidade dos processos de formação e a aquisição de equipamentos de audiovisual, o que é gerido pela RACA de forma coletiva, disponibilizando aos núcleos de assentamento de acordo com a demanda.

Percebemos, então, outra ação empreendedora promovida pela ACARTES, uma vez que se proporcionaram às comunidades dos assentamentos condições necessárias para a articulação em rede, para a geração de renda, para a autogestão e para o empreendedorismo.

3.5. DE PONTO À PONTÃO DE CULTURA

Como mencionamos no capítulo anterior, o Pontão de Cultura, em parceria com as redes temáticas da cidadania e da diversidade cultural e/ou com os Pontos de Cultura, tem como objetivo desenvolver e articular atividades culturais nos eixos da informação, da comunicação e da educação. É uma ação estratégica do Programa Cultura Viva, que visa promover uma maior articulação, de modo a gerar uma integração da rede dos Pontos. Podemos observar que essa articulação acontece de forma horizontal, enquanto as redes ocorrem de forma vertical com as instituições públicas, conforme vimos anteriormente.

A ACARTES, em 2006, último ano de convênio como Ponto de Cultura e próximo a sua conclusão, inscreveu-se no edital para Pontões de Cultura, sendo contemplado e conveniado em 2007. Enquanto Pontão de Cultura, a ACARTES teve a possibilidade de melhorar as condições da cidade cenográfica, bem como oferecer oficinas mais específicas para os atores e para os envolvidos no filme “Poço da Pedra”, tais como: oficina de figurino, direção de arte e direção de atores.

Vale reforçar aqui que o público-alvo do Pontão de Cultura é diferente do público do Ponto de Cultura. Aliás, esse é direcionado ao público de outros Pontos de Cultura que queiram trocar saberes e práticas, promovendo uma rede de Pontos.

O Diretor da ACARTES informou ainda que a experiência como Pontão de Cultura foi uma experiência de construção diária do convênio ao cumprimento do objetivo. É preciso ressaltar que, para ele, a relação com o poder público ainda é difícil.

As atividades como Pontão de Cultura foram finalizadas em 2008.

4. CAPÍTULO 4

ANÁLISE DO EMPREENDEDORISMO CULTURAL NO PONTO DE CULTURA ACARTES

No primeiro capítulo, descrevemos o cenário sociopolítico vivenciado pelo Brasil quando ocorreu a implantação do Programa Cultura Viva, contextualizou-se o leitor acerca dos acontecimentos favoráveis à implantação do programa, delineando a ação dos Pontos de Cultura do Ministério da Cultura do Governo Federal. No segundo, apresentamos os conceitos de empreendedorismo, de empreendedorismo social e, de forma um pouco mais aprofundada, de empreendedorismo cultural e a lógica de sua dimensão mobilizadora. Na continuidade de nossa investigação, no terceiro capítulo passamos ao estudo de caso, apresentando a dinâmica de funcionamento da Academia de Ciência e Artes – ACARTES, o Ponto de Cultura que procura disseminar o desenvolvimento social por meio da cultura.

No presente capítulo, analisamos o impacto das ações do Ponto de Cultura à luz do empreendedorismo cultural. Optamos por fazer uma análise a partir dos relatos de experiências dos envolvidos direta ou indiretamente com o Ponto de Cultura, realizando entrevistas qualitativas com os mesmos e relacionando-as com o referencial teórico apresentado. O nosso objetivo com este capítulo é analisar, por meio das impressões e dos relatos, as ações empreendedoras do Ponto de Cultura.

Concordamos, então, em obter três pontos de vista distintos dos sujeitos observados:

- 1) De dois gestores do Ponto de Cultura ACARTES;
- 2) De três ex-alunos;
- 3) Do idealizador e gestor do Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura, ex-secretário da Secretaria da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura entre 2004 e 2010.

Embora não faça parte diretamente de nosso objeto de investigação, decidimos também entrevistar cinco alunos participantes da ação da ACARTES nos assentamentos

agrários com o intuito de apresentar alguns relatos que julgamos importantes acerca da contribuição da organização para os jovens de algumas comunidades dos assentamentos participantes.

4.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Acerca dos aspectos metodológicos utilizados, apresentamos a trajetória de investigação realizada no presente trabalho. A pesquisa teve uma fase inicial, a fase exploratória, em que tentamos compreender mais acerca do tema central de nosso estudo: o empreendedorismo cultural. Por ser um tema relativamente novo, as referências teóricas sobre o assunto em nosso país não são amplas e as encontramos de forma fragmentada em artigos e em outras fontes e modalidades, como em sites na internet, em revistas e em jornais. Constatamos também que tais produções teóricas possuíam forte influência da literatura internacional.

Após essa fase, debruçamo-nos sobre as referências teóricas, buscando um contato mais próximo com as mesmas, não pretendendo esgotar seus conhecimentos, uma vez que seria tarefa praticamente impossível ao pesquisador, pois não há como produzir um conhecimento completo da realidade. No entanto, tentamos da melhor forma possível, identificar conceitos, relacioná-los e apresentá-los como referências para a análise de nosso objeto de estudo. Julgamos interessante sistematizar algumas reflexões sobre o empreendedorismo cultural e entre os pontos de vista de teóricos internacionais e nacionais.

Nesta trajetória de investigação teórica, percorremos teorias sobre o assunto em alguns campos do saber e identificamos com os dados da pesquisa as seguintes categorias relevantes na dimensão de ação do empreendedorismo cultural: autogestão, articulação em rede, busca de oportunidades e de sustentabilidade. Tais categorias, no entanto, poderiam ter sido investigadas de modo amplo e sistemático, por meio da utilização de questionário quantitativo o que, devido à limitação de tempo, não foi possível. Propomos isso, todavia, como sugestão complementar ao estudo proposto.

Neste trabalho, procuramos identificar as categorias citadas como importantes características a serem analisadas no processo de ação empreendedora na ACARTES. Em seguida, partimos para a coleta de dados, escolhendo a técnica de estudo de caso, a análise documental e a aplicação de entrevistas.

Dividimos em quatro partes a apresentação da metodologia: na primeira parte, tecemos as considerações acerca do enfoque metodológico utilizado; na segunda, apresentamos o sujeito de análise e os critérios de seleção; na terceira parte, apresentamos os instrumentos utilizados; e, na última seção, tecemos a análise do material coletado, sistematizando os dados transcritos das entrevistas, analisando os conteúdos frente às categorias identificadas durante o percurso teórico. A análise foi realizada buscando-se uma postura distanciada do pesquisador e uma crítica frente aos dados estudados.

4.1.1 – Enfoque metodológico

A presente pesquisa é do tipo descritiva, uma vez que se propõe a descrever, a registrar, a analisar e a interpretar os fenômenos atuais com vistas ao seu funcionamento no presente. (Bet,1972 apud Lakatos e Marconi.)

Nosso intuito foi buscar informações qualitativas e não dados probabilísticos, por isso adotamos como aspecto técnico operacional o estudo de caso. Para Yin (2005), adota-se o estudo de caso como técnica investigativa “quando se colocam perguntas do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.” (YIN, 2005, p. 19).

4.1.2 – Sujeito de análise e critérios de seleção

Escolhemos como unidade de caso para essa pesquisa a organização sem fins lucrativos ACARTES – Academia de Ciência e Artes, localizada no bairro do Pirambu, no município de Fortaleza-CE que, no período de 2004 a 2006, foi conveniada como Ponto de Cultura pelo MINC. Trata-se de uma organização que, direcionada ao público jovem, desenvolve produções culturais por meio do audiovisual, sua principal atividade.

A organização desenvolve ainda uma metodologia própria na ação formativa em audiovisual, propondo um formato imersivo de aprendizagem, em que os conteúdos são transmitidos e vivenciados na prática pelos alunos. Essa ação formativa será analisada considerando os discursos relatados nas entrevistas, relacionando-os com as categorias identificadas na dimensão de ação empreendedora cultural vista no capítulo anterior. Consideraremos ainda em nossa análise a experiência da organização frente à gestão do programa Cultura Viva.

Como critério de seleção do objeto os seguintes pontos foram considerados:

- a) Ser uma instituição que trabalha com o público jovem;
- b) Por ter sido Ponto de Cultura no início do programa Cultura Viva, possibilitando-nos investigar as percepções, bem como colher e analisar os depoimentos dos gestores do ponto e de alguns ex-alunos;
- c) Por, atualmente, trabalhar uma metodologia própria na capacitação dos jovens alunos em suas oficinas de audiovisual;
- d) Por apresentar uma dinâmica voltada ao empreendedorismo em suas práticas.

4.1.3 – Instrumentos utilizados

Quanto aos aspectos técnico-instrumentais de coleta de dados, utilizamos a observação direta, a análise de documentação e as entrevistas com sujeitos que tiveram experiências práticas com o tema pesquisado. Segundo Goldenberg (2004), a observação direta permite um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações e complementada com a entrevista em profundidade, “revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece em um questionário padronizado” (GOLDEMBERG, 2004, p. 17)

A observação direta foi realizada em quatro momentos distintos: o primeiro em dezembro de 2012 e o segundo em julho de 2013 quando visitamos a sede da ACARTES no Pirambu. Na ocasião, foram capturadas imagens de suas dependências, feita a coleta de informações, realizadas as entrevistas com o gestor da organização cultural e alguns de seus ex-alunos. Vale destacar a dificuldade que encontramos em não ter conseguido acesso a alguns documentos e dados, devido à extinção dos arquivos digitais e a perda durante mudanças desses papéis.

O terceiro e quarto momentos foram, respectivamente, em janeiro e agosto de 2013, na cidade cenográfica, propriedade em Itaitinga/CE, município à 25km de Fortaleza, onde aconteceram as oficinas imersivas em audiovisual. Na oportunidade, entrevistamos cinco alunos advindos dos assentamentos e envolvidos no projeto da Rede de Audiovisual do Ceará – RACA, outra ação desenvolvida pela ACARTES.

Nosso intuito foi investigar as particularidades da Academia de Ciências e Artes – ACARTES como Ponto de Cultura e participante do programa Cultura Viva. A metodologia adotada teve como objetivo identificar as características empreendedoras na dinâmica de ação da organização, baseadas nas teorias apresentadas no capítulo 2 sobre empreendedorismo e empreendedorismo cultural.

Quanto às entrevistas, procuramos aplicar um roteiro de perguntas que foram estruturadas considerando os objetivos da pesquisa. Para tanto, seguimos as seguintes etapas:

1. Especificação das informações a recolher
2. Elaboração das questões
3. Definição do formato e sequência
4. Revisão do formato
5. Aplicação

As perguntas foram estrategicamente elaboradas considerando sua relação com os objetivos do presente estudo com o intuito de adquirir respostas com informações que não conseguiríamos por meio de outros instrumentos de coleta.

Quanto à aplicação das entrevistas, decidimos adotar como estratégia de investigação três tipos de entrevistados: os gestores e responsáveis pelo Ponto de Cultura ACARTES; alguns ex-alunos do Ponto de Cultura e o idealizador e gestor do Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura, que foi secretário da Secretaria da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura entre 2004 e 2010. A escolha desses perfis baseou-se na possibilidade de analisar diferentes perspectivas dos sujeitos envolvidos em suas experiências práticas com o tema estudado.

Além disso, como mencionamos acima, decidimos também entrevistar cinco alunos participantes da ação da ACARTES nos assentamentos agrários com o intuito de apresentar alguns relatos que julgamos importantes acerca da contribuição da organização nas comunidades dos assentamentos participantes.

4.1.4 – Análise dos Dados

Consideramos para análise dos dados coletados nas entrevistas os seguintes temas: a experiência da organização frente à gestão do programa Cultura Viva e a ação formativa imersiva em audiovisual, cujas características serão analisadas considerando as categorias identificadas na dimensão de ação empreendedora cultural vista no capítulo anterior.

4.1.4.1 - Experiência da ACARTES frente à gestão do Programa Cultura Viva

Com o intuito de analisarmos o ponto de vista dos gestores do Ponto de Cultura ACARTES acerca do Programa Cultura Viva e do empreendedorismo cultural, entrevistamos o diretor e a coordenadora de projetos da organização.

A entrevista foi realizada, primeiramente, na própria sede da ACARTES no Pirambu e, em um segundo momento, na cidade cenográfica do município de Itaitinga. Em seguida, as informações foram transcritas, relacionadas e analisadas, considerando-se os referenciais teóricos estudados.

Ao discorrer sobre a inscrição e sobre o convênio como Ponto de Cultura em 2004, o diretor enfatizou que souberam da abertura do edital, então inscreveram um projeto e conseguiram a aprovação. Conforme apresentamos no capítulo 3, o programa Cultura Viva previa um repasse de parcelas mensais de R\$ 5.000,00, além de equipamentos para a ilha digital e o repasse de R\$150,00 para auxílio bolsa dos jovens alunos.

A organização, posteriormente, passou a selecionar o corpo de jovens alunos, ao mesmo tempo em que estruturava os seus processos e as suas instalações. No entanto, vivenciaram uma experiência constrangedora, pois houve atrasos no repasse do convênio e da bolsa auxílio. Os jovens, então, passaram a sofrer resistências e cobranças de seus familiares e o próprio Ponto de Cultura necessitou apresentar esclarecimentos para não comprometer a sua imagem. Como a organização apresentava uma credibilidade frente à comunidade, essa situação conseguiu ser contornada.

Percebemos, nessa perspectiva, que houve um descontentamento dos envolvidos e dos beneficiados, o que afetou o processo de andamento do Ponto de Cultura. Constatamos que esse episódio demonstra uma dificuldade que o Programa apresenta em relação à gestão dos recursos e ao atendimento dos prazos de repasse das verbas. Embora tenha passado por essa dificuldade, a organização acredita no Programa Cultura Viva e defende a sua filosofia. Ao mencionar a respeito da gestão do Programa, aliás, o entrevistado afirma que:

(...) o problema é que o governo não está pronto para um programa dessa natureza. A burocracia não permite que a coisa ande na velocidade que nós precisamos que ela ande. Ideologicamente, nós sempre compreendemos a grandeza do programa. (DAMASCENO)²⁸

O depoimento do diretor corrobora com a avaliação realizada pelo IPEA (2011) quanto aos aspectos levantados por gestores dos Pontos de Cultura a respeito de problemas de gestão do programa e de repasses de verbas do convênio, conforme foi mencionado no capítulo 2 deste estudo.

Para Turino (2009), gestor e idealizador do Programa Cultura Viva, nesse processo entre Ponto de Cultura e Estado há tensões em que, de um lado, os grupos culturais familiarizam-se e se apropriam de mecanismos de gestão e, de outro, o Estado dita normas de controles e regras rígidas.

Outro aspecto levantado pelo diretor da organização refere-se à decisão política adotada pela ACARTES de não mais trabalhar com um programa que tenha repasse de bolsa para os alunos. Eles perceberam que isso acarretava nos jovens uma motivação voltada mais ao recebimento da verba do que à própria participação nas aulas, nas atividades, no gosto pela arte e pela cultura. Segundo o entrevistado “ela é uma coisa legal, mas ela vicia a tal ponto que o menino não está mais interessado no teatro, na dança, mas está interessado no dinheiro”.

No momento dessa decisão, a organização trabalhava com outra ação do Programa Cultura Viva, a ação Griô, que é direcionada, por sua vez, à valorização da tradição e da oralidade, oferecendo bolsas para mestres da cultura. Determinaram, deste modo, que se o Programa quisesse uma continuidade teriam que buscar outra organização, aliás, a decisão de não se trabalhar com a dinâmica de bolsas foi impulsionada pelo não interesse em intermediar esse processo porque “o Estado demora, mas quem tem a relação com a comunidade é a gente. As pessoas não querem nem saber quem é o ministro, não sabe nem quem é o secretário. Hoje é dia 4, não era dia 1º? Isso faz uma diferença(...) Aparentemente (...) o atraso se dá sempre por culpa nossa.” (Damasceno).

Sendo assim, a demora do Estado nos repasses de verba complica a dinâmica de gestão, bem como as ações do Ponto de Cultura.

²⁸ José Gerardo Damasceno – diretor e coordenador geral da Academia de Ciências e Artes - ACARTES

Foi mencionado ainda que o acompanhamento da bolsa deveria ser articulada por um órgão governamental que tenha uma estrutura para tanto, pois, além de gestor, o entrevistado destacou que tem um papel enquanto artista que, por sua vez, necessita estar focado também em sua arte, em sua criação. Foi ressaltado ainda que sugestões foram enviadas, segundo o mesmo, mencionando a importância do Programa de se articular e de se conveniar a outras instâncias governamentais, tais como secretarias, autoridades públicas estatais ou grupos de pessoas com esse perfil articulador, uma vez que se tem várias demandas como gestão, prestação de contas, criação artística, produção, etc.

Eu também sou gestor, mas também sou artista. Nós nos propomos a fazer outra coisa. Ao passo que uma secretaria não, os computadores estão lá, as pessoas estão sendo remuneradas para isso, então ótimo que elas façam. Até defendo que se estruture, convenie com secretarias municipais, com autoridades públicas, destacar um grupo de pessoas com esse perfil, para articular esse programa. E a parte que nos couber que for a artística, cultural, a articulação política dentro da comunidade até topamos. Nós não topamos ser o gestor desse programa, não temos recursos, professores e nem é nosso foco da ação. Imagina que isso vai acontecendo enquanto você tem mil outras demandas para fazer, se preparando para fazer um filme, buscando patrocínio, ministrando uma oficina, gerindo um Ponto de Cultura tendo que apresentar um relatório. (DAMASCENO).

Podemos perceber, assim, dois aspectos ante o relato apresentado: o primeiro diz respeito à necessidade que o Ponto apresentou em relação à articulação dos repasses das bolsas dos alunos a uma instituição governamental, sugestão enviada ao MINC, conforme o entrevistado. Relacionamos esse aspecto à avaliação feita pelo IPEA (2011) com gestores de Pontos de Cultura que também sugeriram a articulação do MINC com outras instâncias e políticas públicas, de modo a se contornar as limitações institucionais de gerenciamento do Programa Cultura Viva.

O segundo aspecto refere-se à gestão do Ponto, pois o entrevistado vê-se articulando muitas funções. Aqui podemos relacionar o relato com o que menciona Bilton (2007) acerca das categorias de gestão das organizações culturais como a autogestão, em que as tarefas gerenciais e operacionais sobrepõem-se, desenvolvendo um estilo empreendedor de autogestão. Percebemos, então, uma categoria de análise para uma gestão de empreendedorismo cultural.

Vimos também em Bilton (2007) que impor formatos prontos, provavelmente, não funcione, uma vez que a capacidade empreendedora de tolerar sobreposição de tarefas e de

funções pode ser um indicador de capacidade criativa e, simplesmente, importar estruturas de gestão prontas sem considerar as particularidades que a própria organização cultural possui, estará fadada ao fracasso. Esse aspecto deve ser considerado tanto para o gestor do Ponto de Cultura como para os gestores do Programa Cultura Viva.

Ainda sobre a bolsa para os alunos, a coordenadora de projetos da ACARTES disse que, em momentos anteriores ao conveniamento como Ponto de Cultura, aconteciam oficinas para os jovens e estes, mesmo sem o recebimento do auxílio bolsa, participavam ativamente.

Por que os alunos já vinham num processo de formação. Esses meninos vinham sem ganhar nada mesmo, vinham de noite e a gente não tinha evasão de jeito nenhum, pelo contrário, tinha era invasão, os meninos vinham e ficavam. Na primeira turma da ACARTES a gente começou com 40 e terminou com 45 alunos porque os meninos vinham. (Cláudia).

Prosseguindo, a coordenadora menciona ainda que:

Dar coisas nunca é bom para o empreendedorismo. Você receber coisas de graça nunca é bom, você tem que batalhar para aquilo (...) Quando a gente teve a seleção que era o Agente Cultura Viva que atrasava, as mães achavam que a gente tava recebendo o dinheiro, roubando eles e antes a gente não tinha esse tipo de problema. Na época da seleção teve mãe que chorou aqui por que o filho não foi selecionado. Mas era só por causa da bolsa. Não era vocação, o menino só queria vir por causa da bolsa. (Cláudia).

Percebemos que o propósito da ação Agente Cultura Viva ficou comprometido, pois dificultou o desenvolvimento da consciência de si, da autoestima pessoal e social da juventude, uma vez que a bolsa direcionou a motivação para a verba e não para o propósito da ação em si.

Eu acredito muito na bolsa quando ela é transitória, mas quando ela passa a fazer parte integrante do orçamento familiar definitivo, ela deixa de ser um instrumento de transformação e passa a ser um instrumento de dependência. É a mesma coisa que acontece com as cotas, cotas para faculdade, para mulheres, etc. Não pode ser permanente porque a pessoa se acomoda e não faz mais nada na vida. (Cláudia)

Outro ponto mencionado pela entrevistada foi a grande evasão acontecida quando houve a finalização da bolsa, permanecendo apenas aqueles jovens que, no início, participavam por vocação e por interesse.

Assim, evidenciamos uma ação do programa que não funcionou, pois, embora a sua intenção fosse promover um protagonismo nos jovens, a concessão da bolsa não se

apresentou como uma estratégia eficaz para o cumprimento do propósito da ação Agentes de Cultura. Em vez de estimular a participação e a permanência do jovem no Ponto para que este tivesse uma participação mais ativa, provocou um resultado não satisfatório. Talvez, uma ação de auxílio vinculada a algum resultado de impacto para o Ponto pudesse ser uma alternativa, pois o jovem teria que apresentar as metas atingidas para, assim, usufruir do benefício.

4.1.4.2 – Dimensão da ação empreendedora cultural

Na dimensão da ação empreendedora cultural do Ponto de Cultura ACARTES, observamos os relatos dos gestores, dos ex-alunos e do idealizador, gestor do Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura, ex-secretário da Secretaria da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura entre 2004 e 2010.

Ponto de vista dos gestores

Ao ser indagado acerca do empreendedorismo cultural no Ponto de Cultura, o diretor referiu-se a duas ações que foram desenvolvidas no Ponto de Cultura. A primeira delas é a Produtora Social, uma ação cuja finalidade era capacitar os jovens a inscreverem projetos culturais e a fomentarem os seus próprios empreendimentos. O diretor menciona que:

Nós incentivamos a formação de dois grupos, foi a Loja de artes do Pirambu e a Fábrica de Criações. Nós vamos ajudá-los a colocar em formato de projeto e incentivamos e esses dois investiram a ideia e foi apresentado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da prefeitura. Cada uma dessas experiências recebeu um recurso. A fábrica recebeu R\$ 20.000,00 e a Loja recebeu R\$ 15.000,00. A ACARTES repassava para eles e eles prestando contas com a gente e nós com a Secretaria. A loja hoje não existe mais, uma casou, outra teve filho, não levaram pra frente. Durou 01 ano e meio. A Fábrica saiu daqui e alugou uma casa, passou 01 ano e meio e alugou um espaço maior e ainda hoje pegam encomenda de projetos para filmes, efeitos especiais. Esses dois grupos foi uma aposta justamente por essa questão do empreendedorismo e isso nasceu depois de uma oficina de Empreendedorismo e Cooperativismo, visando à sustentabilidade. (Damasceno).

A segunda é a ação formativa e imersiva em audiovisual, que, atualmente, constitui-se como a sua principal atividade, conforme apresentamos em detalhes no capítulo

anterior. Em seu relato, o diretor apresenta um aspecto desta que direcionou sua decisão em acreditar no processo. Em seu relato menciona:

A grande tentativa nossa foi a nossa decisão de utilizar em nosso longa metragem atores e técnicos capacitados na escola. Temos os atores experientes e convidados, mas a gente utilizou muito a mão de obra capacitada (...) As pessoas da área diziam que estavam loucos (...) Uma escola que forma e na hora que ela é produtora, ela pega pessoas de fora. Alguma coisa tá errada. Essa foi uma decisão pesada e difícil que afastou apoiadores, mas que a gente manteve. É um filme possível de ser feito, nas condições que nós tínhamos com o conhecimento que nós detínhamos. Mas é um filme importante para mim porque ele marca um momento, ele coroa um momento anterior e demarca um momento e estabelece a nossa trajetória. Agora não acho que tenha sido uma loucura fazer uma cidade cenográfica, esse projeto se transforma aquilo acolá num pólo de produção para outros diretores, acho que isso pode ser um filão econômico e gerar recursos para a instituição. Vejo como um ponto relativo ao empreendedorismo. (Damasceno).

A coordenadora de projetos, por sua vez, menciona também a importância do formato imersivo e a dinâmica de ação da oficina em audiovisual:

O processo de imersão foi muito importante, virem de lugares diferentes para o sítio, para a cidade cenográfica. Essa questão na ACARTES do empreendedorismo, a construção da cidade cenográfica foi um fator importantíssimo. Sem a cidade cenográfica a gente não teria condições de ter o que a gente tem hoje. E o fato de os meninos poderem estar em um espaço isolado (...) Outra coisa importante para a sustentabilidade e empreendedorismo na ACARTES é o fato de a gente procurar sempre se atualizar com relação a gestão da organização. (Cláudia).

Como podemos perceber, o Ponto de Cultura ACARTES optou por construir uma metodologia própria que pudesse garantir uma ação formativa mais participativa, que apresentasse conceitos teóricos e práticos sobre o empreendedorismo cultural. Além de reconhecer a importância da capacitação em gestão, estimula-se a autonomia, a liderança e a responsabilidade dos alunos sobre as suas criações, os seus projetos e as suas realizações. Além disso, a ACARTES demonstra percepção ao abrir novas possibilidades, quando, por exemplo, proporciona um pólo de produção audiovisual construindo uma cidade cenográfica.

Comparamos as respostas das entrevistas com o que Bilton (2007) menciona acerca dos empreendedores culturais como sendo aqueles que não enxergam a cultura como uma esfera autossuficiente e autorrealizável, buscando sempre abrir espaços e possibilidades. Esse impulso e intenção foram percebidos nos relatos das entrevistas com os gestores.

Ponto de vista dos ex-alunos

Entrevistamos três ex-alunos. O primeiro de forma presencial na sede do Ponto de Cultura, onde aplicamos um roteiro que serviu de orientação para uma entrevista informal e, para os demais entrevistados, enviamos as questões via correio eletrônico, devido à dificuldade de horário e de tempo para o encontro presencial.

Quanto ao sexo, foram entrevistados uma jovem e dois jovens. Acerca da ocupação atual, três trabalham em empregos formais e um deles estuda para concurso. Os jovens têm a idade entre 25 e 28 anos, atualmente.

É válido ressaltar que optamos por entrevistar ex-alunos para colher as impressões vivenciadas nas atividades desenvolvidas na época do convênio da organização como Ponto de Cultura.

O Entrevistado 01 foi aluno do Ponto quando tinha 17 anos. Participou da ACARTES quando ainda não era Ponto de Cultura e, ainda hoje, esporadicamente, trabalha em algum projeto ou dando assistência técnica nos equipamentos de informática.

Indagado acerca da sua chegada à ACARTES e à repercussão em sua vida pessoal e profissional, o entrevistado relata que:

No começo eu chegava meio que envergonhado. Quando tinha que dar palestra eu ficava meio que observando os professores da ACARTES e fui perdendo aquele medo de falar. Na vida profissional, a produtora que tenho. Como eu gravo muito aqui na ACARTES as pessoas viam reportagens que passavam na televisão, as pessoas me procuravam e perguntavam se fazia filmagem e quanto era meu preço. Aos poucos fui comprando, adquirindo experiência. Fui comprando uma boa câmera, uma boa ilha de edição, computador. Dava para editar um aniversário de 15 anos legal que as pessoas gostavam aí tudo isso pra mim foi gratificante. A produtora chama-se A&K Produções que montei com minha esposa que também foi ex-aluna do Ponto de Cultura. (Jovem, masculino, 27 anos).

Embora tenha apresentado características empreendedoras em seu relato, como a busca por oportunidades, ao ser indagado sobre o direcionamento dado ao empreendedorismo cultural e se ele já tinha ouvido falar sobre o tema, o jovem disse que não lembrava e pediu explicações. Ao reformular a pergunta, indagando se houve alguma disciplina e informação sobre o empreendedorismo, o mesmo mencionou uma palestra que houve, mas que não se recordava bem.

Quanto à formação adquirida com os cursos do Ponto de Cultura, o Entrevistado 01 relata ainda um grande aprendizado, destacando que a experiência obtida foi fundamental à sua vida.

Eu sempre gostei da questão da câmera, de estar atrás das câmeras, de edição e gravações. Então a ACARTES me deu essa oportunidade de aperfeiçoar melhor o conhecimento. Não tinha o conhecimento 100%, tinha muito pouco. Com a ACARTES eu tive a oportunidade de pegar nos equipamentos e desde então eu fui me profissionalizar melhor. Então eu comecei a subir de cargo, fui aluno, assistente, assistente de câmera, editor e estou aqui para continuar. Essa mudança de cargo foi ótimo. Antigamente eu era aluno e hoje com a experiência que eu tive aqui eu posso estar repassando para os que estão entrando. E para mim foi um conhecimento bacana que a ACARTES me ofereceu. Sentimentos de alegria, de conseguir realizar meu sonho que eu sempre quis ser e ter o conhecimento de edição de produção. Mesmo eu editando e gravando quando a gente está no set de gravação agente vê o pessoal trabalhando, as pessoas correndo pra lá e pra cá, trabalhando. Tinha visto em making off em filmes e poder trabalhar em um filme pra mim isso foi um sentimento que nunca vou esquecer. É um aprendizado. (Jovem, masculino, 27 anos).

Os demais entrevistados receberam as questões da entrevista por correio eletrônico e, ao serem questionados sobre o tipo de formação obtida nos cursos ministrados e sobre as competências despertadas, narraram:

Não recordo todos os detalhes, mas tive preparação de interpretação, TV, palco. Fiz apresentações em Guarimiranga, Teatro José de Alencar, Centro Dragão do Mar, apresentações em bairros adjacentes a ACARTES. Foi uma experiência impar tudo que vivi nesta escola: comunicação, expressões, relacionamento interpessoal. (Jovem, feminino, 25 anos)

Tivemos varias formações como curso e formação teatral, cursos de direção, cursos de audiovisual isso fez abrir muitas portas para o mercado de trabalho na área de cultura tendo até a oportunidade de conhecer outros estados como São Paulo e Natal viajando com peças teatrais. Trabalho em equipe, eu era tímido não sou mais hoje mim sinto mais pronto para o mercado de trabalho e para o mundo. (Jovem, masculino, 28 anos).

Ao serem indagados sobre a disciplina de empreendedorismo cultural e as suas atividades práticas, obtivemos as seguintes respostas:

Aprendemos a desenvolver nossos talentos, para aprimorar nossos talentos profissionais. Na prática me juntei com outros alunos para elaborar projetos, não foi aprovado, mas valeu o aprendizado. Também fiz parte de um outro programa como agente cultural, tudo frutos do aprendizado da escola. (Jovem, feminino, 25 anos).

Montamos grupos de teatro e de bonecos de fantoches dando cursos e fazendo apresentações. (Jovem, masculino, 28 anos).

Acerca do conceito de Empreendedorismo Cultural, os entrevistados deram respostas vagas sobre o tema.

É uma adaptação de grupos/companhias que tentam gerenciar os meios artísticos através de empresa. Eu acho! (Jovem, feminino, 25 anos).

É você ter conhecimento na área de cultura e ganhar dinheiro com seu trabalho obtido fazendo valer os conhecimentos que obteve. (Jovem, masculino, 28 anos).

Podemos observar com os relatos mencionados sobre os conhecimentos adquiridos durante os cursos da ACARTES podem ter proporcionado uma visão acerca do empreendedorismo cultural através do aprendizado prático das oficinas.

Ponto de vista dos alunos dos assentamentos

Foram entrevistados cinco alunos que participaram da oficina imersiva em audiovisual em Itaitinga, na cidade cenográfica. Os mesmos fazem parte do projeto Rede de Audiovisual do Campo (RACA), que a ACARTES desenvolve juntamente com o Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA). Os entrevistados possuem idade entre 16 e 26 anos. Foram entrevistados três jovens do sexo feminino e dois do sexo masculino. Os jovens, pela ordem das entrevistas, fazem parte dos seguintes assentamentos: Recreio, de Quixeramobim; Coqueirinho, de Fortim; Tiracanga e Todos os Santos, ambos de Canindé; e, por último, o assentamento Sabiaguaba, de Amontada.

Todos os entrevistados são envolvidos com arte e cultura em seus assentamentos, seja participando de grupos artísticos ou coordenando um Ponto de Cultura, conforme discriminamos abaixo:

- Entrevistado 01: jovem, masculino, possui 17 anos de idade e faz parte do assentamento Recreio, situado em Quixeramobim/CE. Faz parte da Banda de Lata Criança Feliz, em que participa tocando. O assentamento possui Ponto de Cultura.

- Entrevistado 02: jovem, feminino, 19 anos de idade, mora no assentamento Coqueirinho, em Fortim/CE. Trabalha no Núcleo de Audiovisual do Coqueirinho (NUAC), que foi o primeiro núcleo de audiovisual da Reforma Agrária do Ceará e que, atualmente, conta com a participação de 10 jovens.

- Entrevistado 03: jovem, feminino, 23 anos de idade e faz parte do assentamento Tiracanga, de Canindé/CE. Participa a 10 anos do grupo de dança Raízes da Terra e, atualmente, é coordenadora do projeto do Ponto de Cultura Raízes da Terra.

- Entrevistado 04: jovem, masculino, 26 anos, é integrante do grupo de teatro Carrapicho, grupo com doze anos de existência.

- Entrevistado 05: jovem, feminino, 16 anos. Participa como cantora de uma banda de músicas regionais.

Ao serem indagados a respeito do que a ACARTES contribuiu e significou para os mesmos, tivemos as seguintes respostas:

Para mim está significando uma vida porque eu não tinha ideia assim de como mexer em câmera, atuar e com a vinda aqui para a ACARTES, a gente já tem a noção de como dirigir, como segurar uma câmera, encenar, o modo de encenar. A gente vai aprendendo e levando para nosso assentamento também. (Entrevistado 01: jovem, masculino, 17 anos, assentamento Recreio, Quixeramobim/CE).

Faz dois anos que a gente tá fazendo o curso aqui na ACARTES, o Damasceno tem mostrado muitas coisas, a gente vem, aprende e leva para nosso assentamento, acho super importante porque nem todos podem vir e assim a gente leva um pouco do que aprendemos aqui para lá. (Entrevistado 02: jovem, feminino, 19 anos, assentamento Coqueirinho, Fortim/CE).

É um aprendizado bom para a gente. A gente tinha muita curiosidade para saber e é muito importante o trabalho aqui, a gente tenta registrar, até mesmo a gente tá fazendo isso também dentro do assentamento. Para tá deixando os arquivos, gravando tudo, a gente tem todo o material pelo projeto, mas a gente tem câmera, filmadora, mas não sabia utilizar. E aqui, a ACARTES faz com que a gente aprenda a utilizar isso nos assentamentos e dê continuidade dentro dos assentamentos. O que a gente aprendeu aqui repassar para as pessoas que ficaram no assentamento. A gente tem a ideia de fazer um documentário. A gente já gravou o documentário com o povo contando a história e a ACARTES foi para lá e a gente fez o documentário e agora falta só editar. (Entrevistado 03: jovem, feminino, 23 anos, assentamento Tiracanga, Canindé/CE).

A ACARTES veio muito a somar com o trabalho que a gente já fazia, que já desenvolvia. (...) Uns faziam teatro, dança, música, tínhamos que fazer o registro mesmo das produções em audiovisual e a ACARTES chegou para dar uma força muito grande para nós da arte e cultura. (Entrevistado 04: jovem, masculino, 26 anos, assentamento Todos os Santos, Canindé/CE).

Eu aprendi muito, que a gente vê a gente a cada etapa adquirindo novos conhecimentos, coisas que nem imaginei. Porque a gente vê nas TVs, nos filmes ninguém imagina como é por trás daquilo. Eu aprendi a manusear câmera, a fazer o cenário, toda uma produção e agora estamos na parte da edição que é muito importante. Eu estou amando muito mesmo porque faz parte da minha formação profissional e assim, significa muito para mim porque eu acho que foi um avanço muito grande e quando eu for fazer minha faculdade, eu vou ter as dificuldades, mas é nessa parte que eu tenho certeza que eu já vou estar um mais além, elevada. Eu gostei muito, muito mesmo. Eu fiquei muito feliz em participar e todo esse conhecimento que eu sei que vai valer muito para o meu futuro. A gente vai e sai

com o objetivo de ir, captar, colher o máximo de informações possível para quando chegar ao nosso assentamento, nossa comunidade repassar o que a gente conseguiu aprender para os outros jovens que não tiveram a oportunidade. E a gente faz isso com maior orgulho porque o povo vê a gente com respeito. É tão bom passar para o outro. Me sinto realizada. Fico muito feliz em saber que posso ajudar, influenciar em alguma coisa e as pessoas me veem como uma pessoa já mais formada, que pode passar conhecimento. Para mim, isso é muito bom. (Entrevistado 05: jovem, feminino, 16 anos, assentamento Sabiaguaba, Amontada/CE).

Verificamos que os entrevistados demonstraram em seus relatos um grande interesse em repassar e em utilizar os conhecimentos adquiridos em seus Assentamentos. Além disso, mostraram também um grande interesse pela arte, participando culturalmente dos seus assentamentos e realizando ações que geram mudança em suas comunidades.

Indagados quanto aos sentimentos despertados durante a ação formativa e o processo das oficinas, eles disseram:

No começo a gente ficou meio tímido por causa de que a gente é de um assentamento diferente, mas, depois a gente vai conversando, trocando experiências e assim, a gente tá com a pretensão de no futuro nosso assentamento dirigir um filme nosso, cada pessoa assim. Eu, pelo menos, eu pretendo criar também um filme para mostrar como é a vida no campo, como se lida com o gado, com a seca também. Como se lida com esse tipo de coisa. Para mim serviu para aumentar a criatividade, incentivar os jovens também. Participar da ACARTES foi uma vitória muito grande. (Entrevistado 01: jovem, masculino, 17 anos, assentamento Recreio, Quixeramobim/CE).

Muito feliz né, porque antes eu nem falava assim muito e com essas oficinas eu meio que aprendi a me expressar na frente do pessoal né. (...) Eu cresci mentalmente, fisicamente e eu quero crescer cada vez mais para mostrar para o pessoal que esse negócio de assentamento não tem só agricultor, tem gente que estuda, que pode fazer uma faculdade, que pode avançar na vida mostrando assim para os outros jovens que eles também podem seguir meu exemplo. (Entrevistado 02: jovem, feminino, 19 anos, assentamento Coqueirinho, Fortim/CE).

Está sendo muito gratificante que a gente antes não tinha oportunidade. Para a gente chegar a ter isso tinha que pagar e hoje a gente está tendo a oportunidade de aprender e tá levando e isso para mim é gratificante porque além de a gente tá aprendendo, conhecendo outras experiências, outras pessoas de outros lugares e podendo está levando a experiência de outra pessoa para o assentamento da gente também. Vou levar para mim é que me ensinou a desenvolver mais, de interpretar. Eu era muito calada, muito na minha e o projeto fez eu despertar mais. (Entrevistado 03: jovem, feminino, 23 anos, assentamento Tiracanga, Canindé/CE).

Como pessoa veio uma visão de empreendimento porque até então quando você é artista, mas você não tem oportunidade de ver novas coisas então através da ACARTES pude desenvolver a questão enquanto pessoa, também com o teatro a me tornar uma pessoa mais crítica, que vai e corre atrás de seu objetivo. Isso foi muito bacana para mim. (Entrevistado 04: jovem, masculino, 26 anos, assentamento Todos os Santos, Canindé/CE).

Para minha vida me ajudou muito, conhecer novas pessoas, aumentar o ciclo de amizades, você aprende a destacar suas melhores expressões, conhece outros

lugares. Está sendo ótimo. (jovem, feminino, 16 anos, assentamento Sabiaguaba, Amontada/CE).

Por fim, quando indagados acerca do que compreendiam sobre empreendedorismo cultural, os entrevistados 03 e 05 não souberam responder à pergunta. Mencionaram apenas que não recordavam, mas que já ouviram falar sobre o tema. Os demais entrevistados apresentaram as seguintes respostas:

Para a gente aprender e levar e a construir um centro cultural, incentivar os jovens, criar um curso de audiovisual, como um filme, um roteiro. (Entrevistado 01: jovem, masculino, 17 anos, assentamento Recreio, Quixeramobim/CE).

É que a gente tem que, além da gente fazer a arte e a cultura, a gente tem que procurar formas para se manter. Isso ainda é um desafio para a gente, a arte e a cultura com o empreendedorismo. Temos como ajuda a questão de editais, a gente ganha em editais, ganha para montar espetáculos, a gente tem o cachê, mas entra essa questão de produzir a arte para se manter. É um desafio que tem que ser melhor planejado. (Entrevistado 04: jovem, masculino, 26 anos, assentamento Todos os Santos, Canindé/CE).

A partir da resposta acima, o Entrevistado 04 foi indagado quanto ao que era preciso a pessoa ter para que pudesse conseguir essa forma empreendedora e como a ACARTES tinha contribuído para essa questão. O mesmo respondeu:

Primeiro, você precisa estar organizado, se capacitar e se organizar melhor e ter certeza de que você quer realmente fazer aquilo. A ACARTES contribuiu, inclusive as nossas oficinas aqui, eles trabalham isso. A gente pode em nosso município estar fazendo isso, fechando produção, também para se manter, e editais ou, de repente, trabalhar em festas, aniversários, casamentos, produzir isso também como uma forma de adquirir renda. (Entrevistado 04: jovem, masculino, 26 anos, assentamento Todos os Santos, Canindé/CE).

Verificamos com os relatos apresentados acima que a ACARTES causou um impacto considerável em seus alunos, auxiliando em processos formativos na área do audiovisual, o que proporcionou sentimentos de pertencimento, de protagonismo e de articulação em rede. Instigou também a busca por novas iniciativas empreendedoras que visassem o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens e de suas atividades no campo da arte nos Assentamentos.

Ponto de vista do idealizador do Programa Cultura Viva

O terceiro ponto de vista que julgamos necessário e imprescindível adquirir para nossa pesquisa foi o do ex-secretário da Secretaria da Cidadania Cultural e idealizador do Programa Cultura Viva, Célio Turino.

A entrevista foi realizada via correio eletrônico no dia 29 de julho de 2013.

Ao ser indagado sobre como o empreendedorismo cultural e o Ponto de Cultura dialogam, o entrevistado refletiu:

Ponto de Cultura é puro empreendedorismo cultural e social, isto porque ele parte da perspectiva da Potência (e não da carência) das comunidades, buscando potencializar recursos e iniciativas já existentes nas comunidades. (TURINO)

Podemos perceber com o relato que o Ponto de Cultura parte do pressuposto que a sua dinâmica está voltada a estimular o que já existe enquanto potência de ações das comunidades. Isso corrobora com o protagonismo, estimulado por ações do governo que se vê não mais propondo uma ação governamental de assistencialismo.

Porém, ao observar o relato da coordenadora de projetos da ACARTES acerca da importância de não dar tudo pronto quando fala a respeito da bolsa auxílio da ação Agente Cultura Viva, percebemos que é importante a gestão do programa considerar os impasses, ouvindo os relatos de experiências dos gestores dos Pontos para identificar possíveis problemas que possam prejudicar a filosofia do programa.

A respeito da estratégia atuante nos processos e procedimentos do Programa Cultura Viva, que estimule, capacite e implemente o empreendedorismo cultural nos Pontos de Cultura, o entrevistado relatou que ocorreu no passado, mas que, no atual governo, isso não existe mais.

Houve, mas com o governo Dilma não há mais e o conceito da Potência como impulsor do dinamismo cultural das comunidades foi substituído pelo conceito de "Economia Criativa" (subordinando os valores da cultura aos valores da economia, abandonando o conceito de "cultura como processo" para transformá-la em "produto"). Originalmente o Cultura Viva estabelecia a seguinte estratégia:

- 1) seleção de iniciativas e propostas pré existentes nas comunidades (os pontos de cultura), em que eram as próprias comunidades que estabeleciam seu plano de trabalho conforme suas necessidades e, para tanto recebiam recursos de R\$ 60 mil/ano, por 3 anos (total R\$ 180 mil);
- 2) realização de Encontros de Conhecimentos Livres (foram realizados 82 em todo país, capacitando desde questões em gestão até o desenvolvimento de software livre e edição de vídeo e áudio);

3) Ações (Griô, Agente Cultura Viva, Interações Estéticas, Cultura e Saúde, Pontinhos, etc.) que recebiam outros recursos (na forma de bolsa) para o financiamento de ações em torno de temáticas diversas (cultura tradicional, protagonismo juvenil, interações artísticas, etc.);

4) TELAS (encontros dos pontos de cultura, em que a capacitação se dava por afecções - contatos horizontais em que um ponto contribuía com o desenvolvimento de outro - seja nos campos da gestão, organização ou criação artística ou tecnologias sociais). Com o governo Dilma (tanto com Ana de Hollanda como com Marta Suplicy, que até agravou o desmonte do programa) houve um desmonte do programa e atualmente estas iniciativas não acontecem mais, sendo que mesmo o repasse de recursos aos pontos de cultura está reduzido a algumas centenas de entidades (sendo que ao final de 2009 havia mais de 3.000 Pontos de Cultura em atividade) (TURINO).

“Identificar a cultura como um processo e não como um produto”: percebemos que esta afirmação deve ser analisada de acordo com os contextos estabelecidos. Seria necessária uma investigação mais detalhada a respeito para identificar se há alguma distorção ou não acerca da utilização da cultura como um produto.

De antemão, vimos que a lógica do empreendedorismo cultural que, embora se aproprie de algumas terminologias do empreendedorismo, cujas raízes estão relacionadas à economia, concretiza a sua dinâmica de forma mais consistente valendo-se dos campos da sociologia, da antropologia, da psicologia e da gestão. Será que o Ponto de Cultura pode não se desmontar, mas se estruturar, a partir das características do empreendedorismo cultural? Talvez, esse seja um ponto para futuras investigações.

Em relação às quais medidas estratégicas e eficazes são utilizadas na manutenção dos jovens como empreendedores culturais, o entrevistado apontou:

O programa Cultura Viva sempre esteve alicerçado no tripé "Autonomia/Protagonismo/Empoderamento Social" e esta é a base para o fortalecimento da potência empreendedora, seja de jovens ou de toda população e para isso há que respeitar o conhecimento e as iniciativas desenvolvidas "de baixo para cima". Assim aconteceu até início de 2010, porém, com a mudança de governo, houve uma inversão e o MINC passou a se relacionar com os Pontos de Cultura e a juventude dos Pontos como se estes fossem desqualificados e o Estado como o qualificador, isso gerou quebra de confiança e o fim da gestão compartilhada Estado/Sociedade (outra base conceitual do cultura viva). (TURINO)

Percebemos que o entrevistado sugere que o Estado passa a ter uma relação com o Ponto de Cultura distante o que, provavelmente, gere o fim da gestão compartilhada.

Questionado em relação à análise e à avaliação do programa Cultura Viva na atual gestão, o entrevistado respondeu mencionando um artigo que publicara em 07 de julho de

2013 na revista eletrônica Fórum, intitulado "O desmonte do Programa Cultura Viva sob o governo Dilma".

Passados nove anos desde a formulação inicial do programa, o Cultura Viva está reduzido a algumas centenas de Pontos de Cultura que efetivamente receberam algum recurso no período de doze meses, além do estrangulamento aos Pontos de Cultura, que não mais recebem recursos (e que tinham um papel estratégico na consolidação de redes temáticas ou territoriais, como redes horizontais de formação, difusão e articulação entre os próprios Pontos de Cultura), bem como os editais para as Ações do programa foram praticamente abandonos (exceto Interações Estéticas, em edital realizado pela Funarte, para intercâmbio entre artistas profissionais e Pontos de Cultura). Há que perguntar: o que representou todo este esforço em conceituação, gestão e aplicação desta política pública e qual o motivo de o programa Cultura Viva estar sofrendo tamanho retrocesso nos tempos atuais? (Turino)

O entrevistado então se posiciona mencionando, como análise dessa situação, os cinco pontos abaixo descritos:

- 1) Uma política pública como o Cultura Viva e os Pontos de Cultura só pôde surgir em um momento político muito determinado. Não me refiro ao ponto de vista político-partidário, mas ao simbolismo da eleição do presidente Lula, em 2002, que abriu um novo ambiente para o protagonismo popular (...);
- 2) A inclusão social foi a marca do novo ciclo governamental iniciado em 2003, os dados são incontestáveis. Todavia, apesar do forte componente inclusivo do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura ("reconhecer e apoiar grupos sociais e culturais historicamente alijados"), o programa pretendia além, apresentando o componente emancipatório, alicerçado no tripé autonomia/protagonismo/empoderamento (...);
- 3) A lógica do Estado é a lógica da imposição e controle. Porém, a lógica do Cultura Viva era outra: "do Estado que impõe para o Estado que dispõe", "do Estado que controla para o Estado que está disposto a perder o controle". A imposição e controle do Estado são estabelecidos pela técnica (principalmente quando técnica se transforma em ideologia), que se traduz na burocracia (...). Aí reside a contradição entre a lógica de um governo reformista e com proposta de inclusão social, mas subordinado à lógica de controle de Estado e de manutenção do equilíbrio de poder que o sustenta. Como o Cultura Viva se propunha ir além da inclusão, houve o embate e o programa travou;
- 4) Na primeira fase do governo Lula, sobretudo no Ministério da Cultura, havia algum espaço para experimentações de políticas públicas inovadoras, principalmente pela carga simbólica representada por um deslocamento de classes no exercício de governo. Foi nesta brecha que o Cultura Viva surgiu, como se tivesse entrado por uma pequena fresta de porta que logo mais se fecharia. Enquanto houve vontade política combinada com a baixa institucionalidade no Ministério da Cultura, foi possível avançar. Depois, tudo tornou-se mais difícil;
- 5) Sob o governo Dilma estas poucas frestas simbólicas foram ainda mais fechadas. E o império da técnica e da gestão se sobrepôs ao mundo dos sonhos (ou da experimentação, para manter o termo no léxico tecnicista). Não que tenha sido uma intenção perversa e premeditada, buscando conter inovações para além das formas tradicionais, mas foi da própria lógica do Sistema Estado, que precisa se autopreservar. Cultura Viva diz respeito à pluralidade da vida, de suas expressões e desejos, mas o mundo da técnica transforma tudo em coisa, até mesmo a gratuidade da vida. Com isso, Oficinas de Conhecimentos Livres tiveram que ceder lugar à Economia Criativa (submetendo a Cultura à lógica da economia e não o contrário) e processos formativos horizontais (em que um Ponto contribuía com outro via

afecções e as ideias se disseminavam de forma virótica) passaram a ser substituídos por formações verticais. E tudo amparado no discurso da qualificação técnica, em que os agentes do Estado são os qualificadores e os representantes da sociedade os desqualificados. (Turino)

Com o relato, percebemos que, embora o surgimento do programa Cultura Viva tenha acontecido em meio a um contexto político favorável, de protagonismo popular, de inclusão social, de possibilidade de experimentações, a máquina Estatal, a dinâmica burocrática e as prioridades impostas e determinadas a cada novo mandato em que os novos governantes estabelecem alguns rumos estratégicos sem considerar as especificações já estabelecidas e implementadas de programas, ações e políticas públicas existentes, podem contribuir para os entraves, para os atrasos, ou mesmo, para a extinção de iniciativas inovadoras e transformadoras. O entrevistado cita ainda os processos formativos verticais do império da técnica e da gestão do atual governo como formas substitutas das formações e das contribuições horizontais entre os Pontos de Cultura.

Por fim, indagado acerca do futuro do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura o entrevistado reflete:

Considero que, em sua essência conceitual e de prática de gestão, como política de governo, o Cultura Viva, sob o governo Dilma, acabou. Porém, como conceito de política pública, ele foi apropriado por centenas, talvez mais de um milhar, de entidades culturais comunitárias do Brasil, que continuam se assumindo como Ponto de Cultura mesmo não recebendo recursos públicos há anos, ao meu ver, este é um indicador de que o programa pode ressurgir com força em caso de uma mudança de governo em que exista um maior comprometimento com o protagonismo da sociedade. Também vivemos o paradoxo de que o programa tem crescido muito no exterior, quando vários países já o adotam (Colômbia, Costa Rica, Argentina e Peru), sendo que em maio de 2013 aconteceu o primeiro Congresso Latino-Americano da cultura viva, em La Paz, Bolívia, com cerca de 1.500 participantes, de dezessete países. (TURINO)

O entrevistado apresentou uma opinião firme acerca do futuro do programa. Mencionou que com o atual governo a essência conceitual e prática de gestão acabaram. Tal posicionamento foi demonstrado em resposta anterior quando descreveu o desmonte do programa realizado pelo governo atual. No entanto, como política pública o entrevistado acredita que houve uma apropriação pelas entidades culturais comunitárias do país. E estas, mesmo sem receber os recursos públicos, consideram-se Pontos de Cultura. Aliás, podemos identificar esse sentimento de reconhecimento durante as entrevistas com os gestores da ACARTES.

Outro ponto interessante aludido pelo entrevistado refere-se ao crescimento do Programa Cultura Viva fora do Brasil, como na Colômbia, na Costa Rica, na Argentina e no Peru, bem como a realização do Primeiro Congresso Latino-americano da Cultura Viva em La Paz, na Bolívia, com uma considerável abrangência em relação ao número de participantes e de países presentes. Deste modo, uma aproximação entre os Ministérios da Cultura entre esses países, fomentando encontros e discussões seria promissora, uma vez que, na troca de experiências e no fluxo das informações, poderemos avançar em novos formatos e conquistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objeto de estudo a Academia de Ciência e Artes – ACARTES, localizado no bairro do Pirambu. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover a arte e a cultura com ações formativas em audiovisual, a sua principal ação cultural.

Nosso propósito foi analisar a dinâmica de ação do empreendedorismo cultural no Ponto de Cultura ACARTES, identificando alguns conceitos e teorias relativos ao tema, bem como descrever a experiência do Ponto quanto à atuação empreendedora em suas ações de repercussão, relacionando-as às características do empreendedorismo cultural identificados com os referenciais teóricos. Por meio da coleta dos dados documentais, da observação direta e dos relatos obtidos nas entrevistas, acreditamos que os objetivos foram alcançados.

Em sua trajetória de atuação, a ACARTES tem apresentado momentos de conquistas e de aprendizados, assim como adaptações aos mecanismos de apoio governamental, que ocasionam reafirmação, novas conquistas e a manutenção de suas atividades. Nota-se que as ações formativas em audiovisual implementadas e desenvolvidas pela ACARTES estimulam a busca pelo conhecimento, incentivando a prática, articulando ações que geram transformação e que podem ser compreendidas sob a perspectiva do Empreendedorismo Cultural. As mesmas configuram-se como ações criativas voltadas à busca pela autogestão, pela sustentabilidade, pela busca de oportunidades e pela articulação em rede.

Os relatos dos gestores do Ponto de Cultura ACARTES apontaram para a necessidade de qualificação tanto dos Pontos quanto dos gestores do programa em aspectos relacionados à gestão. Por esse viés, a pesquisa e a análise aprofundada dos propósitos subjacentes e objetivos traçados e destinados aos processos formativos do atual governo seriam propícios e, talvez, reveladores de possibilidades, de diálogos e de articulações dentro do programa.

Nessa perspectiva, é importante também estimular o pensamento sistêmico, em que a percepção está voltada à compreensão da dinâmica de um processo em sua totalidade,

que se estabelece pela importância do conjunto de ações desenvolvidas por suas partes. Adotando-se uma visão sistêmica de seus processos, o Programa Cultura Viva, o Ponto de Cultura, a Teia, as reuniões deliberativas, as convenções, os congressos, as ações, as políticas, a gestão, o empreendedorismo cultural e as ações formativas serão e terão a sua parcela de contribuição relevante para si, para a comunidade e para a sociedade.

Concluímos também que a metodologia adotada nas oficinas de audiovisual e de caráter imersivo foi criada em um processo que trouxe resultados satisfatórios para a organização, tais como: projeção da imagem, sustentabilidade, disseminação dos conhecimentos por meio de palestras, dos minicursos e dos workshops no Estado do Ceará, no Brasil e no exterior. A capacitação dos alunos, por meio da prática, configurou-se como um estímulo à criatividade, um reforço de identidade e de responsabilidade, incentivando ainda o empoderamento, a autonomia e o protagonismo: aspectos-chave do Programa Cultura Viva.

Com isso, constatou-se satisfatoriamente a principal hipótese que norteou o presente estudo: as características do empreendedorismo cultural no Ponto de Cultura contribuem para a melhoria de suas práticas e para a sustentabilidade da organização cultural.

A presente pesquisa permitiu-nos ainda levantar algumas sugestões que podem contribuir para o Ponto de Cultura ACARTES:

- Adotar e reforçar, estrategicamente, a disseminação do conceito de Empreendedorismo Cultural e de suas características por meio de oficinas, de debates e de atividades práticas;
- Estabelecer parcerias com o SEBRAE para consultorias de gestão na área da cultura;
- Promover prêmios de empreendedorismo entre os alunos, estimulando a participação e a elaboração de projetos empreendedores inovadores;
- Estabelecer indicadores de desempenho para acompanhamento de resultados.

Em relação ao Programa Cultura Viva não identificamos o termo empreendedorismo como um conceito a ser considerado em sua política, embora tenha sido identificado que a lógica do empoderamento, da autonomia e do protagonismo estimulados

pelo Programa nas ações dos Pontos de Cultura possa ter relação com as categorias de ação empreendedora cultural de autogestão, da articulação em rede, da busca por oportunidades e por sustentabilidade.

Mais que procurar por soluções prontas ou por generalizações, pretendemos com a presente pesquisa proporcionar levantamentos e novas questões, estimulando a formação de novos problemas, de modo a conferir o caráter dinâmico presente em toda a investigação, pois assim o conhecimento é, frustrando qualquer tentativa estática nas conclusões obtidas.

Devido a algumas limitações e à especificidade do presente estudo, o mesmo deixa algumas lacunas que podem ser preenchidas em futuras investigações. Sugerimos, assim, a investigação e a análise do perfil do empreendedor cultural nos Pontos de Cultura, direcionando o estudo aos aspectos comportamentais de gestores e alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 DA CULTURA. Disponível em:

<<http://www.agenda21culture.net/index.php?option=comcontent&view=article&id=44&Itemid=>>
Acesso em dezembro de 2012.

AUMONT, Jacques. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas-SP: Papyrus, 2003.

ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARROS, José Márcio; ZIVIANI, Paula. *O programa Cultura Viva e a Diversidade Cultural*. In: Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva/ organizadores: Frederico Barbosa, Lia Calabre – Brasília: IPEA, 2011, 245p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

BILTON, Chris. *Cultures of Management: Cultural Policy, Cultural Management and Creative Organisations*. Centre for Cultural Policy Studies, University of Warwick, Inglaterra, 2007.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. *As Conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CANEDO, Daniele. *A mobilização da sociedade para a participação na elaboração de políticas públicas para a cultura*. In: BARBALHO, Alexandre...[et AL.], organizadores. *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. – Salvador: Edufba, 2011.

COELHO, José Teixeira Netto. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. 3ªed. São Paulo: Ed. Iluminuras. 2004.

COSTA, Maria Gonçalves da; MONTEIRO, Ângela Maria Ferreira et al. *Historiando o Pirambu*. Fortaleza: SeriarTE, 1999.

CULTURA EM NÚMEROS. Disponível em: <<http://www.marketingcultural.com.br/115/pdf/cultura-em-numeros-2010.pdf>> Acesso em dezembro de 2012.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em setembro de 2012.

DEGEN, Ronald. *O empreendedor*. Fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: Makron, 1989.

DOLABELA, Fernando. *O Segredo de Luisa*. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. *Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso* / José Carlos Assis Dornelas. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FILION, L. J. *Um roteiro para desenvolver o empreendedorismo*. Disponível em URL: <http://www.saberinovar.com.br/fibra/docs>. Acesso em junho de 2013.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Criatividade e dependência na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*; organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Arquivos Celso Furtado Vol.5. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GADELHA, Rachel; MAMEDE, Maria Amélia. Organizadoras. *Economia criativa: uma nova perspectiva*. Anais do I Seminário Nacional de Economia Criativa. Fortaleza-CE: Expressão gráfica, 2009.

GIL, Gilberto. *Uma nova política cultural para o Brasil*. In: Revista Rio de Janeiro, n.15. jan.-abr. Fórum Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Empreendedorismo no Brasil: 2012* \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; autores: Tales Andreassi, Mariano de Matos Macedo... [et al] -- Curitiba : IBQP, 2012.

GOMES, A. F. *O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local*. RAE-Revista Eletrônica de Administração, nº 07, vol. 6, São Paulo, Jul/Dez 2005.

HAWKES, Jon. *The fourth pillar of sustainability: culture's essential role in public planning*. Cultural Development Network (Vic). 2001. Disponível em: <[http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon\(2001\)TheFourthPillarOfSustainability.pdf](http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon(2001)TheFourthPillarOfSustainability.pdf)> Acesso em julho de 2013.

HERMET, Guy. *Cultura e Desenvolvimento*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Aglomerados subnormais, primeiros resultados*. Rio de Janeiro, p.1-259, 2010.

IBGE. *População jovem no Brasil: a dimensão demográfica*. Rio de Janeiro, 1999.

IPEA. *Relatório redesenho do programa cultura viva grupo de trabalho cultura viva*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2013/01/IPEA-RESULTADO-DO-REDESENHO-PCV-19dez-SCDC.pdf>> Acesso em julho de 2013.

IPEA. *Cultura viva : avaliação do programa arte educação e cidadania* / Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo: organizadores.- Brasília : Ipea, 2010.148 p.

IPEA. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília, 2007.

IPEA. *Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*. Livro10. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/livro10/perpectivasdodesenvolvimento.pdf>> Acesso em julho de 2013.

JELÍN, Elizabeth et al. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000. 142p. Cadernos do Nosso Tempo, Nova Série, 3.

LEITÃO, Cláudia (Org.). *Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. *Empreendedor cultural: perfil e formação profissional*. In: IV Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. Disponível em:<<HTTP://www.cult.ufba.br/enecult2008/14310.pdf>> Acesso em julho de 2013

MATOS, Antonio Carlos ; SOUZA Alecsandro Araujo; HARIZ, Melhem Skaf. *Manual do jovem empreendedor*. São Paulo: FIESP/CJE, 2007. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/A870285A676E3A598325729E004E3192/\\$File/Manual%20CJE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/A870285A676E3A598325729E004E3192/$File/Manual%20CJE.pdf) > Acesso em agosto de 2013.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MICHAELIS. *Dicionário da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=usagem>>Acesso em agosto de 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Observatório da cultura*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/projetos_especiais/observatorio_da_cultura/index.html>.Acesso em dezembro de 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Relatório Anual Mais Cultura 2008*. Disponível em:<http://mais.cultura.gov.br/files/2009/10/relatorio_cultura3_05_11_2009.pdf>Acesso em janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Relatório de avaliação do plano plurianual 2008-2011*. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/09/cadern-setorial-2042000.pdf>>Acesso em dezembro de 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Cultura Viva em números 2006 – 2012*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/secretaria/scdc-em-numeros/>>Acesso em julho de 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Cultura Viva*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/>>Acesso em julho de 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Cultura Viva/ TEIA*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/teia/>> Acesso em julho de 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Agentes Cultura Viva*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/?cat=15>> Acesso em julho de 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Cultura Viva/ Pontões de Cultura*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontoe/>> Acesso em julho de 2013.

OLIVEIRA, Edson Marques. *Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e Estratégias*. 2004. 538f. Tese (Doutorado em Serviço Social) -UNESP – Franca, SP.

PORTO, Marta. *Cultura e desenvolvimento*. In: “Cultura e Desenvolvimento”, Org. Heloísa Buarque de Hollanda, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. Disponível em: <http://www.martaporto.com.br/dialogos/wpcontent/uploads/2008/09/tex_desafioparatodos.pdf> Acesso em julho de 2013.

PRÊMIO EMPREENDEDOR CULTURAL. Disponível em: <<http://empreendedorcultural.com.br>>. Acesso em 22 de setembro de 2013.

REYNOLDS, P.D. (1991), “Sociology and entrepreneurship: concepts and contributions”, *Entrepreneurship: Theory & Practice*, 16(2), 47-70 *apud* SIMPEH, Kwabena Nkansah. *Entrepreneurship theories and Empirical research: A Summary Review of the Literature*. European Journal of Business and Management. ISSN 2222-2839 (Online) Vol. 3, No.6, 2011.

RUBIM, Antônio. A.C. *Crise e políticas culturais*. In: BARBALHO, Alexandre...[et AL.], organizadores. *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. – Salvador: Edufba, 2011.

SENGE, Peter. *A quinta disciplina*. 22ªed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2006.

SIMPEH, Kwabena Nkansah. *Entrepreneurship theories and Empirical research: A Summary Review of the Literature*. European Journal of Business and Management. ISSN 2222-2839 (Online) Vol. 3, No.6, 2011. Disponível em: <<http://www.iiste.org/Journals/index.php/EJBM/article/view/531>> Acesso em junho de 2013.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais - 2ª edição*. Brasília: MinC, 2010.

SPITZER, Dean R. *Supermotivação*. São Paulo: Futura, 1997.

TEIXEIRA, Coelho. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

THORNTON, Patrícia. *The sociology of entrepreneurship*. Annual Review of Sociology, 25: 19-46. 1999.

THORNTON Patricia at al. *Socio-cultural factors and entrepreneurial activity: An overview*. International Small Business Journal. 29(2) 105–118. 2011.

TIMMONS, Jeffry e SPINELLI, Steve: *Criação de novos negócios, empreendedorismo para o século XXI*, Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 1994.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

_____. Questionário Ponto de Cultura [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <celioturino65@gmail.com> em 29 julho 2013.

_____. *O desmonte do programa CULTURA VIVA e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma*. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/>>. Acesso em: 16 de julho de 2013.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, 212p.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. *Heloisa Buarque de Hollanda entrevista George Yúdice*. Revista Z Cultural, ano VIII, ISSN 1980-9921. Agosto de 2005. Entrevista concedida a Heloisa Buarque de Hollanda. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/heloisa-buarque-de-hollanda-entrevista-george-yudice-agosto-de-2005/>> Acesso em agosto de 2013.

UNESCO and China highlight *role of cultura in post-2015 development agenda*. UN News Centre. 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=44823&Cr=culture&Cr1=#.U15xulDUmNV>> Acesso em 10 de julho de 2013.